



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O relato da sustentabilidade nas empresas do PSI**

**Nuno Miguel Santos Gomes**

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*  
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientação:**

**Prof. Doutora Amélia Maria Martins Pires**

**Bragança, outubro, 2024**



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O relato da sustentabilidade nas empresas do PSI**

**Nuno Miguel Santos Gomes**

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*  
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientação:**

**Prof. Doutora Amélia Maria Martins Pires**

**Bragança, outubro, 2024**



## Resumo

O conceito de sustentabilidade ganhou maior relevância na última parte do século XX, à medida que se percebeu a necessidade de romper com os objetivos económicos e industriais que priorizavam a perspectiva económica sobre as preocupações ambientais e sociais (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). A consciencialização sobre a importância da sustentabilidade cresceu com a evidência dos perigos da industrialização e do consumo excessivo. Os desafios globais, como mudanças climáticas, degradação ambiental, desigualdades socioeconómicas e escassez de recursos, destacam a necessidade urgente de adotar abordagens sustentáveis em todas as esferas da vida humana (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). A sustentabilidade busca um equilíbrio entre aspetos ambientais, sociais e económicos, reconhecendo que estão interligados e se influenciam mutuamente (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019). No contexto ambiental, a sustentabilidade promove a conservação de recursos naturais, proteção da biodiversidade e mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, através de práticas responsáveis de uso da terra, gestão eficiente de resíduos, redução da poluição e transição para energias renováveis. Socialmente, aborda questões de justiça, equidade e inclusão, garantindo condições de vida dignas, educação de qualidade, cuidados de saúde adequados e oportunidades de emprego para todos. Economicamente, implica repensar o modelo de desenvolvimento tradicional, buscando uma economia mais sustentável com práticas responsáveis de produção e consumo, investimentos em tecnologias limpas e incentivo à inovação (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Prates & Avelino, 2024). É no contexto dos desafios da sustentabilidade que se desenvolve este trabalho, mais concretamente com o propósito de analisar a estrutura de relato da sustentabilidade das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integram o PSI e, nesse âmbito, identificar o nível de compreensão acerca dos seus impactos ambientais, como estão a relatá-los e que fatores influenciam a sua divulgação, incluindo a análise da adoção das *GRI standards*, avaliando como essas empresas adotam e implementam essas normas nos seus relatórios de sustentabilidade. Para lhe dar resposta, o estudo segue uma metodologia de natureza qualitativa, com uma forte componente interpretativa. A recolha de dados será feita com base em fontes de dados secundários, fundamentalmente diretrizes e relatórios, para o período de 2017 a 2021. Globalmente, os resultados mostram que, ainda que as empresas que integram o PSI-20 venham elaborando relatórios para comunicarem o seu desempenho financeiro, social e ambiental aos *stakeholders*, o tipo de informação que divulgam, neste âmbito, tende a ser mais qualitativa, sugerindo que estas empresas ainda veem o relato da sustentabilidade como uma ferramenta de marketing e não tanto como um meio para demonstrarem práticas de criação de valor a longo prazo. Embora se identifique uma tendência crescente no relato da sustentabilidade, ainda que mais evidente em empresas com foco específico em sustentabilidade, há ainda espaço para melhorar.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; PSI; GRI, Responsabilidade Ambiental e Social, Divulgação Voluntária.

## Abstract

The concept of sustainability gained greater relevance in the latter part of the 20th century as the need to break away from economic and industrial objectives that prioritized economic perspectives over environmental and social concerns became apparent (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). Awareness of the importance of sustainability grew with the evidence of the dangers of industrialization and excessive consumption. Global challenges such as climate change, environmental degradation, socioeconomic inequalities, and resource scarcity highlight the urgent need to adopt sustainable approaches in all spheres of human life (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). In recent decades, constant changes have been observed in society, particularly regarding the environmental and social issues caused by companies. Sustainability seeks a balance between environmental, social, and economic aspects, recognizing that they are interconnected and mutually influential (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019). In the environmental context, sustainability promotes the conservation of natural resources, protection of biodiversity, and mitigation of the negative impacts of human activities through responsible land use practices, efficient waste management, pollution reduction, and the transition to renewable energies. Socially, it addresses issues of justice, equity, and inclusion, ensuring dignified living conditions, quality education, adequate healthcare, and employment opportunities for all. Economically, it implies rethinking the traditional development model, seeking a more sustainable economy with responsible production and consumption practices, investments in clean technologies, and encouragement of innovation (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Prates & Avelino, 2024). It is within the context of sustainability challenges that this work is developed, specifically aiming to analyze the sustainability reporting structure of companies listed on Euronext Lisbon that are part of the PSI, and, in this context, to identify the level of understanding of their environmental impacts, how they are reporting them, and the factors influencing their disclosure, including the analysis of the adoption of GRI standards, evaluating how these companies adopt and implement these standards in their sustainability reports. To address this, the study follows a qualitative methodology with a strong interpretative component. Data collection will be based on secondary data sources, primarily guidelines and reports, for the period from 2017 to 2021. Overall, the results show that, although the companies that make up the PSI have been preparing reports to communicate their financial, social, and environmental performance to stakeholders, the type of information they disclose in this area tends to be more qualitative, suggesting that these companies still view sustainability reporting as a marketing tool rather than as a means to demonstrate long-term value creation practices. While there is an identified growing trend in sustainability reporting, more evident in companies specifically focused on sustainability, there is still room for improvement.

**Keywords:** Sustainability; PSI; GRI, Environmental and Social Responsibility, Voluntary Disclosure.

## Resumen

El concepto de sostenibilidad cobró mayor relevancia en la última parte del siglo XX, a medida que se hizo evidente la necesidad de romper con los objetivos económicos e industriales que priorizaban la perspectiva económica sobre las preocupaciones ambientales y sociales (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). La conciencia sobre la importancia de la sostenibilidad creció con la evidencia de los peligros de la industrialización y el consumo excesivo. Los desafíos globales, como el cambio climático, la degradación ambiental, las desigualdades socioeconómicas y la escasez de recursos, destacan la necesidad urgente de adoptar enfoques sostenibles en todas las esferas de la vida humana (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). La sostenibilidad busca un equilibrio entre los aspectos ambientales, sociales y económicos, reconociendo que están interrelacionados y se influyen mutuamente (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019). En el contexto ambiental, la sostenibilidad promueve la conservación de los recursos naturales, la protección de la biodiversidad y la mitigación de los impactos negativos de las actividades humanas, a través de prácticas responsables de uso de la tierra, gestión eficiente de residuos, reducción de la contaminación y transición hacia energías renovables. Socialmente, aborda cuestiones de justicia, equidad e inclusión, garantizando condiciones de vida dignas, educación de calidad, atención médica adecuada y oportunidades de empleo para todos. Económicamente, implica repensar el modelo de desarrollo tradicional, buscando una economía más sostenible con prácticas responsables de producción y consumo, inversiones en tecnologías limpias y fomento de la innovación (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Prates & Avelino, 2024). Es en el contexto de los desafíos de la sostenibilidad donde se desarrolla este trabajo, específicamente con el propósito de analizar la estructura de los informes de sostenibilidad de las empresas cotizadas en Euronext Lisboa que forman parte del PSI y, en este ámbito, identificar el nivel de comprensión sobre sus impactos ambientales, cómo los están informando y qué factores influyen en su divulgación, incluida la evaluación de la adopción de los estándares GRI, analizando cómo estas empresas adoptan e implementan dichas normas en sus informes de sostenibilidad. Para responder a esta cuestión, el estudio sigue una metodología de naturaleza cualitativa, con una fuerte componente interpretativa. La recolección de datos se realizará con base en fuentes de datos secundarios, principalmente directrices e informes, para el período de 2017 a 2021. En términos generales, los resultados muestran que, aunque las empresas que integran el PSI han estado elaborando informes para comunicar su desempeño financiero, social y ambiental a los stakeholders, el tipo de información que divulgan en este ámbito tiende a ser más cualitativa, lo que sugiere que estas empresas aún ven el informe de sostenibilidad como una herramienta de marketing y no tanto como un medio para demostrar prácticas de creación de valor a largo plazo. Aunque se identifica una tendencia creciente en el informe de sostenibilidad, más evidente en empresas con un enfoque específico en sostenibilidad, aún hay margen para mejorar.

**Palabras clave:** Sostenibilidad; PSI; GRI, Responsabilidad Ambiental y Social, Divulgación Voluntaria.



## Agradecimentos

A concretização desta dissertação é o culminar de mais uma etapa no meu percurso académico, que só foi possível devido ao apoio e colaboração de todos os que estiveram envolvidos na minha vida como estudante.

Desde a minha entrada no IPB sinto que a minha motivação para melhorar não só como aluno, mas também como pessoa, aumentou exponencialmente, pelo que não posso deixar de agradecer a todos pela forma como me acolheram e me trataram, sinto que a minha evolução aqui foi diretamente influenciada pelas pessoas que estiveram presentes.

Quero agradecer a todas as pessoas que estiveram envolvidas direta ou indiretamente na minha vida como aluno do IPB, nomeadamente a minha família, os meus colegas, amigos, professores, diretores e o restante staff por todo o apoio que senti durante este período e espero que possamos estender os nossos laços por muitos mais anos.

Inicialmente agradecer a todos os professores que estiveram envolvidos na minha etapa académica, com especial atenção à minha professora e orientadora, a Professora Doutora Amélia Maria Martins Pires, não só por aceitar ser minha orientadora e constantemente guiar-me no caminho certo, mas também pelas palavras de apoio e motivação.

Aos meus amigos e colegas, o facto de me terem aturado por múltiplos anos vai para além da minha compreensão, queria muito agradecer pelo carinho que me facultaram e pelos anos de camaradagem, embora o futuro seja incerto, espero que a nossa amizade vá para além do período escolar.

Finalmente, mas não menos importante, à minha família, agradecer pelo amor incondicional e pelas imensas oportunidades que me proporcionaram ao longo da minha vida, por me moldarem na pessoa que sou hoje e por sempre acreditarem em mim.

Sem todos vocês, não sei onde estaria.

## **Abreviaturas e/ou Acrónimos**

**BCSD** – Business Council for Sustainable Development

**CDSB** – Climate Disclosure Standards Board

**CSC** – Código das Sociedades Comerciais

**EC** – Economia Circular

**ESG** – Environment, Social, and Governance

**EU** – União Europeia

**FSB** – Financial Stability Board

**GRI** – Global Reporting Initiative

**GSSB** – Global Sustainability Standards Board

**IASB** – International Accounting Standards Board

**IFRS** – International Financial Reporting Standards

**IIRC** – International Integrated Reporting Council

**ISO** – International Organization for Standardization

**ISSB** – International Sustainability Standards Board

**ODM** – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio

**ODS** – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PSI** – Portuguese Stock Index

**TBL** – Triple Bottom Line

**TCFD** – Task Force on Climate-related Financial Disclosures

# Índice

Índice de Gráficos .....	viii
Índice de Figuras .....	viii
Índice de Tabelas .....	ix
Introdução.....	10
1.1. Sustentabilidade: Origem e evolução dos conceitos e principais respostas aos desafios levantados .....	14
1.2. A emergência do conceito de RSE: principais interpretações e desenvolvimento registados .....	19
1.3. Principais desafios e oportunidades: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Pacto Ecológico Europeu .....	25
1.4. Relato da sustentabilidade: principais avanços e contributos .....	28
1.4.1 International Integrated Reporting Council (IIRC).....	31
1.4.2 Climate Disclosure Standards Board (CDSB).....	32
1.4.3 International Sustainability Standards Board (ISSB) .....	32
1.4.4 Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).....	33
1.4.5 Global Reporting Initiative (GRI) .....	33
1.5. Relato da Sustentabilidade em Portugal.....	36
1.6. As GRI standards como suporte à elaboração do Relatório de Sustentabilidade .....	38
2. O relato da sustentabilidade nas empresas do PSI.....	48
2.1. Metodologia de investigação.....	48
2.2. Caracterização da amostra .....	50
3. Apresentação e Análise dos Resultados .....	67
Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras .....	84
Referências Bibliográficas .....	88

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Resumo da classificação por setor ICB.....	64
Gráfico 2. Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI ao longo do período ....	68
Gráfico 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	74
Gráfico 4. Indicadores Categoria Económica.....	78
Gráfico 5. Indicadores Categoria Ambiental .....	80
Gráfico 6. Indicadores Categoria Social.....	81

## Índice de Figuras

Figura 1 - Os três campos de ação da RSE/CSR .....	18
Figura 2 - Triple Bottom Line (3 P's) .....	22
Figura 3 - Environmental, Social and Governance .....	23
Figura 4 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	25
Figura 5 - Os quatro principais objetivos da Green Deal .....	27
Figura 6 - Principais organismos de normalização do relato não financeiro .....	30
Figura 7 - As Quatro Agendas da Estratégia para o Portugal 2030 .....	37

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Resumo das Normas GRI .....	40
Tabela 2 – Normas e Indicadores GRI.....	42
Tabela 3 – Indicadores Categoria Económica .....	44
Tabela 4 – Indicadores Categoria Ambiental .....	44
Tabela 5 – Indicadores Categoria Social .....	45
Tabela 6 – Composição do PSI no período em análise.....	49
Tabela 7 – Classificação ICB das empresas constituintes do PSI .....	51
Tabela 8 – Resumo da classificação por setor ICB .....	64
Tabela 9 – Normas GRI, ODS 17, Taxonomia UE e Relatório Independente de Fiabilidade ....	65
Tabela 10 – Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI ao longo do período .	67
Tabela 11 – Resumo dos Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI .....	69
Tabela 12 – Número de empresas que publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados e Empresas que publicaram Relatórios e Contas e Relatórios Anuais .....	70
Tabela 13 – Empresa de Verificação Externa.....	71
Tabela 14 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados pelas empresas do PSI.....	73
Tabela 14 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados pelas empresas do PSI (Cont.).....	73
Tabela 15 – Opções de Conformidade adotadas pelas empresas constituintes do PSI.....	76
Tabela 16 – Indicadores Categoria Económica .....	78
Tabela 17 – Indicadores Categoria Ambiental .....	79
Tabela 18 – Indicadores Categoria Social .....	80
Tabela 19 – Padrão de adoção das GRI standards.....	82

## Introdução

Ainda que o conceito de sustentabilidade não seja recente, ganhou relevância maior na última parte do século XX, em que se começou a assumir a necessidade de entrar em rutura com os objetivos económicos e industriais que frequentemente priorizavam a perspetiva económica sobre as preocupações ambientais e sociais (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). Ainda que intrinsecamente ligada a várias particularidades da sociedade e da economia, só à medida que os efeitos perigosos da industrialização e do consumo excessivo se tornaram mais evidentes é que foi crescendo a consciencialização para a necessidade de tomar medidas para a promover (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). Os grandes desafios globais, que têm na sua base as mudanças climáticas, a degradação ambiental, as desigualdades socioeconómicas ou a escassez de recursos, destacam a necessidade urgente de adotar abordagens sustentáveis em todas as esferas da vida humana (Prates & Avelino, 2024).

Ao longo das últimas décadas vêm-se observando mudanças constantes na sociedade, com particular destaque para os diversos problemas ambientais e sociais criados pelas empresas e, de entre muitas outras razões, na sua origem encontra-se, fundamentalmente, a ineficiência na utilização de recursos naturais para satisfazer as necessidades de uma população com um elevado nível de consumo (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). A sustentabilidade busca um equilíbrio entre os aspetos ambientais, sociais e económicos das nossas atividades, reconhecendo que esses aspetos estão interligados e se influenciam mutuamente (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023). Na sua essência, busca estabelecer um equilíbrio entre as necessidades presentes e futuras, assegurando que tanto as gerações atuais como as gerações vindouras possam desfrutar de um planeta saudável, sociedades justas e economias prósperas. É uma abordagem multifacetada e que requer ações em diversos campos e setores capazes de contribuir para um meio ambiente mais saudável e para promover a equidade social e a prosperidade económica a longo prazo (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). No contexto ambiental, a sustentabilidade promove a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a mitigação dos impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente. Isso envolve a adoção de práticas responsáveis de uso da terra, gestão eficiente de resíduos, redução da poluição e a transição para fontes de energias renováveis, com vista a preservar os ecossistemas e minimizar as mudanças climáticas. No âmbito social, a sustentabilidade aborda questões de justiça, equidade e inclusão, com o objetivo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, género, raça ou classe social, tenham acesso a condições de vida dignas, educação de qualidade, cuidados de saúde adequados e oportunidades de emprego. A promoção da igualdade de direitos, o respeito à diversidade cultural e o empoderamento das comunidades são aspetos cruciais da sustentabilidade social. No campo económico, a sustentabilidade implica repensar o modelo de desenvolvimento tradicional, tendo em conta não apenas o crescimento económico puro, mas também os impactos sociais e ambientais derivados dessas atividades económicas. A busca por uma economia mais

sustentável envolve práticas de produção e consumo responsáveis, investimentos em tecnologias limpas, incentivos para a inovação e a criação de oportunidades de negócios que contribuam para o bem-estar coletivo a longo prazo (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Prates & Avelino, 2024).

A sustentabilidade convoca à ação, ou seja, implica repensarmos os nossos comportamentos e decisões em todos os aspetos da vida, interpelando-nos a encontrar soluções criativas e colaborativas para os desafios globais que enfrentamos, buscando harmonia entre as necessidades humanas e a preservação do planeta (Prates & Avelino, 2024). Compreender e aplicar os princípios da sustentabilidade não apenas moldará um futuro mais promissor, mas também definirá a qualidade de vida das presentes e futuras gerações. Ao adotar práticas sustentáveis, podemos construir um futuro mais resiliente e equilibrado para todos. Cada vez mais pessoas, governos, organizações não governamentais e empresas se dedicam a encontrar soluções sustentáveis para questões como as energias renováveis, a eficiência energética, a conservação da biodiversidade, a redução do desperdício, a mobilidade sustentável ou a justiça social (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). A sua implementação exige uma mudança de mentalidade e ações concretas em todos os níveis da sociedade e impõe reconhecer que os recursos naturais são finitos, ou têm ciclos de renovação longos, e que é fundamental encontrar formas de equilibrar as necessidades humanas com a capacidade do planeta de as suportar.

Para lidar com os desafios globais emergentes e garantir um planeta próspero e saudável para todos, o progresso nesse sentido é crucial, pelo que são cada vez mais os investidores e partes interessadas atentos à forma como as empresas lidam com a sustentabilidade. Por outro lado, considerando o potencial de estabilidade a longo prazo e os efeitos positivos na sociedade e no meio ambiente, empresas que demonstram práticas sólidas no âmbito dos diferentes pilares da sustentabilidade podem ser mais atraentes para os investidores (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019). É neste âmbito que se desenvolve este trabalho, tendo como objetivo analisar os desafios da sustentabilidade e, mais especificamente, analisar a estrutura de relato da sustentabilidade das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integram o PSI incluindo a análise da adoção das normas GRI, e, nesse âmbito, identificar o nível de compreensão acerca dos seus impactos ambientais, como estão a relatá-los e que fatores influenciam a sua divulgação. Durante o desenvolvimento da minha dissertação, o índice anteriormente conhecido como PSI-20 foi renomeado, passando a ser designado apenas como PSI. Essa mudança reflete uma alteração oficial no nome do índice, que deixou de incluir a referência numérica "20", mas manteve a sua relevância como indicador do desempenho das principais empresas cotadas na bolsa portuguesa. A partir deste ponto, para maior consistência e alinhamento com a denominação atual, o índice será referido unicamente como PSI, e não como PSI-20.

Para lhe dar resposta o trabalho desenvolve-se a partir de dois capítulos, para além desta introdução e respetivas conclusões. Um primeiro capítulo para trazer à discussão a emergência e pertinência dos conceitos bem como as principais oportunidades e desafios em termos de relato da sustentabilidade. De forma complementar, o capítulo dois compreende um estudo

empírico, desenvolvido no contexto das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integram o PSI, a desenvolver com base numa metodologia de natureza. Nesse contexto, será dada especial atenção às Normas GRI, avaliando como essas empresas adotam e implementam essas normas em seus relatórios de sustentabilidade. Para o efeito, será realizada uma análise documental, com recurso a fontes de dados secundárias, mais especificamente os relatórios e divulgações emanadas por essas empresas, para se identificar a sua estrutura de relato, em termos de evolução e tipologia ao longo de 5 anos, para os anos de 2017 a 2021, inclusive. Acredita-se que, desta forma, com este trabalho se poderá contribuir para uma maior compreensão da incorporação das questões da sustentabilidade nas principais empresas portuguesas, destacando-se a importância deste tema no cenário corporativo atual.

## **Capítulo I – Revisão de Literatura**

## **1.1. Sustentabilidade: Origem e evolução dos conceitos e principais respostas aos desafios levantados**

A sustentabilidade é um processo que tem as suas raízes nas preocupações ambientais e sociais que surgiram com a Revolução Industrial, durante o século XVIII, e que trouxe consigo a produção em larga escala (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020), dando origem a um processo de elevado consumismo por parte da população e que resultou em impactos ambientais significativos, como a poluição do ar, da água, e a degradação dos ecossistemas (Chang, et al., 2017). As empresas tinham, à data, como objetivo gerar o lucro máximo, mesmo que isso significasse explorar, também, ao máximo os recursos naturais disponíveis (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019).

Ao longo da história foram vários os fatores que contribuíram para alertar o mundo para a necessidade de cuidar do meio ambiente. Catástrofes naturais, guerras ou acidentes nucleares, a par de muitos outros eventos, como o uso excessivo de pesticidas na agricultura, foram mostrando as consequências de abusar do meio ambiente, vinculando fatores ambientais à saúde pública (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019) ou alertando que, com as taxas de crescimento económico e populacional que se vinham registando o sistema global se encontrava muito comprometido. O reconhecimento da forma como o comportamento humano vinha afetando o meio ambiente e a necessidade de ações corretivas, produziram mudanças no debate ambiental, dando origem, à margem das ações realizadas no âmbito da ONU (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020; Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019), em 1992, a uma série de documentos que incluem a “Carta da Terra”, a “Convenção sobre Biodiversidade”, a “Convenção sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Florestas”, que viriam a colocar o meio ambiente na agenda política como nunca antes havia sido feito. A estes acontecimentos seguiu-se o Protocolo de Quioto (1997), o Lançamento dos Princípios do Equador (2003) e a criação de diversas organizações com o intuito de conceber um conjunto de políticas, normas e regulamentos para limitar a liberdade das empresas nas agressões ao planeta (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019). Dessa forma, a comissão mundial liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o Relatório Brundtland, no qual foi cunhado o termo "Desenvolvimento Sustentável". O relatório apresentava diretrizes para que países desenvolvidos e em desenvolvimento seguissem metas socioeconômicas e ecológicas, visando beneficiar as gerações atuais e garantir a segurança para as futuras (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). O relatório, intitulado "Nosso Futuro Comum", estabeleceu diretrizes fundamentais às quais os países parceiros deveriam se comprometer, assegurando segurança social, económica e ambiental (Chang, et al., 2017; Corrêa & Ribeiro, 2020). Em resposta, governos, empresas e organizações de todo o mundo começaram a adotar novos métodos para direcionar as suas políticas e práticas em prol de um futuro mais sustentável (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019).

Atualmente, estamos a vivenciar um movimento global em prol da sustentabilidade, com uma consciência ambiental que, ainda que longe de ser perfeita, dá sinais de uma maior

consciencialização de que os recursos da natureza são finitos e que o seu uso irresponsável pode, num futuro não tão distante, ter efeitos catastróficos no meio ambiente (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). Há um crescente reconhecimento da importância de adotar práticas sustentáveis em todas as áreas da sociedade, pelo que, empresas, governos e público em geral se vêm comprometendo com a transição para energias renováveis, redução do desperdício, conservação da biodiversidade e promoção da justiça social (Chang, et al., 2017). Por sua vez, ainda que os modelos atuais já apresentem uma melhoria considerável, em comparação com os modelos mais antigos, carecem ainda de progressos em algumas áreas. A sustentabilidade é não só um conceito fundamental no atual cenário global como abrange diversas dimensões, desde o meio ambiente até aos aspetos sociais e económicos, com o objetivo de garantir que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade de as gerações futuras verem também às suas próprias necessidades atendidas (Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável a sociedade deve procurar soluções novas e de longo prazo para os seus problemas sociais, económicos e ambientais. A promoção da eficiência energética, o recurso ao uso de fontes de energia renováveis, a proteção dos recursos naturais, a redução das emissões de gases com efeito estufa ou a promoção da inclusão social e o combate à pobreza são alguns dos aspetos que se enquadram nesta categoria (Chang, et al., 2017). Assegurar a sustentabilidade, para garantir um futuro saudável para o nosso planeta e para as gerações futuras, envolve a prática de utilização dos recursos naturais de forma responsável, garantindo a sua conservação e minimizando o impacto ambiental. Isto abrange aspetos económicos, sociais e ambientais, conhecidos como as diferentes dimensões ou pilares da sustentabilidade (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021). A dimensão ambiental da sustentabilidade, que se concentra na conservação e proteção dos recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade, reconhece que a exploração excessiva de recursos naturais, a poluição e as mudanças climáticas têm impactos negativos no planeta. A busca por sustentabilidade ambiental envolve a promoção da eficiência energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa, o uso responsável da água, a gestão adequada dos resíduos ou a proteção da biodiversidade (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023; Chang, et al., 2017). Por sua vez, a dimensão social aborda a igualdade, a justiça social e o bem-estar das comunidades, o que implica garantir que todas as pessoas tenham acesso a condições de vida dignas, educação, saúde, segurança e oportunidades económicas. A promoção da diversidade, a inclusão, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades são elementos-chave da sustentabilidade social, envolvendo, também, o respeito pelos direitos humanos e a criação de sociedades mais justas e equitativas. A dimensão económica da sustentabilidade procura viabilizar o crescimento económico no longo prazo sem esgotar os recursos naturais ou prejudicar as gerações futuras (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023; Prates & Avelino, 2024). Uma procura que envolve a adoção de práticas económicas responsáveis, como a economia circular, que é uma abordagem económica que visa reduzir o desperdício e aumentar o uso económico dos recursos, enfatizando a reutilização, a reciclagem, restaurando materiais para os manter em

circulação, bem como a consideração dos impactos sociais e ambientais nas decisões de negócios.

Importa destacar, também, que estes pilares estão interligados e se influenciam mutuamente, na medida em que a degradação ambiental pode afetar negativamente as comunidades mais vulneráveis e as desigualdades sociais podem dificultar a implementação eficaz de políticas ambientais, pelo que uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve buscar o equilíbrio e a integração do crescimento económico, social e ambiental e incentivar, por essa via, a preservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019) (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021). A sustentabilidade apresenta uma evolução que reflete uma mudança de paradigma. Não é mais vista como uma opção, mas como uma necessidade urgente de preservar o planeta e garantir um futuro melhor para as gerações futuras, pelo que, uma vez reconhecidas estas preocupações, o meio ambiente e o bem-estar social tornaram-se elementos fundamentais para o desenvolvimento humano (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019; Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). Isto requer uma estratégia integrada e interdisciplinar que leve em conta os fatores sociais e ambientais, além dos económicos, e exige que todas as partes, incluindo governos, empresas e grupos da sociedade civil participem de um processo de desenvolvimento sustentável que é contínuo e dinâmico (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). Refletir sobre os principais conceitos da sustentabilidade envolve considerar como as nossas escolhas e ações diárias afetam o mundo ao nosso redor. Isso inclui repensar os nossos hábitos de consumo, apoiar práticas empresariais responsáveis, promover a educação ambiental e participar de esforços para mitigar os desafios globais, como as mudanças climáticas. A colaboração entre governos, setor privado, organizações não governamentais e indivíduos é essencial para avançar em direção a um futuro mais sustentável para todos (Chang, et al., 2017).

Embora a sustentabilidade seja um tema de grande relevância, com muitos a dedicarem-se ao estudo dessa questão e várias organizações empenhando esforços nesse sentido, é evidente que o progresso nesse campo não ocorreu ao ritmo desejado (Prates & Avelino, 2024). A prosperidade do tema requer esforços contínuos e colaborativos em todos os setores da sociedade, ou seja, alcançar um futuro mais sustentável para todos é uma jornada em busca de um equilíbrio entre o crescimento económico, a proteção ambiental e o bem-estar social (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019).

Um desenvolvimento que, fruto da complexidade dos desafios que envolve e da sua interligação, exige abordagens integradas e soluções de longo prazo. Muitas pessoas e organizações ainda têm uma compreensão limitada dos conceitos e princípios da sustentabilidade, e podem não estar cientes dos impactos negativos de suas ações no meio ambiente, na sociedade e na economia, justificando alguma falta de motivação e comprometimento na adoção de práticas sustentáveis (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023; Silva, Silva, Brito, Souza, & Lima, 2020). Por sua vez, o desenvolvimento da sustentabilidade exige combater interesses económicos e políticos que podem influenciar na tomada de decisões e que podem levar as empresas a cometerem

ações que não são necessariamente alinhadas com os seus deveres de sustentabilidade (Garcia-Salazar, Echecherri-Rubio, & Jaime, 2021).

Por exemplo, as indústrias que são, de uma forma geral, muito intensivas em recursos naturais, poluentes ou com práticas não sustentáveis, podem resistir a mudanças que possam afetar os seus resultados. As buscas por ganhos imediatos por parte das empresas tendem por priorizar ações populistas ao invés de abordagens sustentáveis de curto, médio ou longo prazo (Hermiyetti & Usmar, 2024; Prates & Avelino, 2024). Junta-se, também, a falta de coordenação e colaboração, visto que a sustentabilidade é um desafio global que exige ação coordenada e colaboração entre diversos setores da sociedade, incluindo governos, empresas, sociedade civil e comunidade em geral.

Uma falta de coordenação e colaboração efetiva que pode levar a abordagens fragmentadas, conflitantes ou insuficientes para enfrentar os desafios sustentáveis. A falta de alinhamento de interesses e ações, a par das limitações de recursos e capacidades, pode levar o desenvolvimento da sustentabilidade por um caminho muito mais longo (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). O desenvolvimento demorado da sustentabilidade representa um desafio significativo, pois o tempo é um fator crítico quando se trata de enfrentar problemas ambientais e sociais como os que enfrentamos atualmente.

Quando as ações de sustentabilidade são implementadas de forma demorada, os problemas e impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades podem persistir por mais tempo, o que dificulta a reversão dos danos e a promoção de mudanças positivas (Prates & Avelino, 2024). Para superar esse desafio é importante abordar essas barreiras e adotar uma abordagem mais proativa, o que inclui a promoção da consciencialização pública, o estabelecimento de políticas e regulamentações adequadas, o incentivo à inovação tecnológica e o envolvimento de todos os setores da sociedade. Para além disso, é crucial estabelecer metas claras e ambiciosas para a sustentabilidade, que possam impulsionar o progresso a um ritmo mais acelerado.

Neste contexto, surge o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), utilizado pela primeira vez em 1953 pelo economista americano Howard Bowen, para destacar um grupo de iniciativas e abordagens, tomadas voluntariamente pelas empresas para apoiar a envolvente em que operam, incluindo programas para proteger o meio ambiente, promover o bem-estar social, valorizar os funcionários, melhorar as condições de trabalho e incentivar o envolvimento cívico (Garcia-Salazar, Echecherri-Rubio, & Jaime, 2021; Hermiyetti & Usmar, 2024), como se procura ilustrar com a figura 1, que se segue.



**Figura 1.** Os três campos de ação da RSE/CSR.

Fonte: Elaboração Própria baseada em Christensen, Hail, & Leuz (2021).

A figura 1 ilustra o conceito de RSE, um esforço concentrado das organizações para conduzirem as suas operações de forma que lhes permita avançar sem prejudicar a sociedade e o meio ambiente. Uma fórmula de desenvolver negócios que procura aumentar o efeito social de uma empresa ao mesmo tempo que atinge, também, crescimento e receita (Christensen, Hail, & Leuz, 2021), transformando a RSE num componente essencial da cultura empresarial e num componente-chave da sua estratégia (Garcia-Salazar, Echecherri-Rubio, & Jaime, 2021), usando-a para se destacarem no mercado e no seu compromisso com a sociedade (Fornasari & Traversi, 2024; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021).

Acreditando que esta forma de estar pode beneficiar financeiramente as empresas, ao reduzir os custos operacionais, aumentar a produtividade e o reconhecimento da marca (Prates & Avelino, 2024), muitos investidores e clientes estão dispostos a pagar mais por bens e serviços que são criados de forma ética (Hermiyetti & Usmar, 2024), demonstrando apreço por empresas que apresentam um compromisso com o ambiente, que desempenham um papel mais ativo na resolução de questões sociais e ambientais, o que tem ajudado a que as práticas de RSE tenham crescido em importância nos últimos anos (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019; Fornasari & Traversi, 2024). As empresas tendem a desenvolver planos que estejam alinhados com o seu objetivo geral e que levem em consideração as expectativas das principais partes interessadas, pelo que a integração da RSE no modelo de negócios de uma organização requer colaboração com as partes interessadas (Wu, Zhang, & Jinhong, 2020).

A RSE demonstra como uma empresa pode se comprometer com práticas éticas, sociais e ambientais tanto dentro quanto fora de seus negócios, pelo que apresenta perspectivas internas e externas. A sua dimensão interna concentra-se na adoção de práticas e políticas que concorram para aumentar a sustentabilidade e o bem-estar interno, sendo socialmente responsável e, ao cuidar do crescimento e da satisfação de seus funcionários (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019), criar um ambiente de trabalho seguro e tomar medidas para proteger a saúde e a segurança dos funcionários, promover oportunidades de desenvolvimento profissional, como

programas de treinamento ou formação, para que possam melhorar as suas habilidades e progredir na carreira, a par da promoção da diversidade e da inclusão. Por outro lado, a dimensão externa da RSE inclui as práticas e iniciativas que uma empresa adota para ter um impacto positivo na sociedade, no meio ambiente e em outras partes interessadas que não estão envolvidas em suas operações internas (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019).

Ao considerar uma variedade de fatores, o objetivo é contribuir para uma comunidade mais sustentável e moral. Algumas das boas práticas que as empresas podem implementar na dimensão externa da RSE são, por exemplo, estabelecer parcerias colaborativas com organizações sociais, culturais e ambientais com o objetivo de apoiar projetos voltados para o desenvolvimento sustentável na comunidade (Christensen, Hail, & Leuz, 2021). Ao adotar essas práticas, a empresa não apenas cumpre seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável, mas também fortalece sua imagem como agente comprometido com a responsabilidade social e ambiental (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023).

Ainda que não só, na medida em que os primeiros relatórios de sustentabilidade se apresentavam concentrados em questões ambientais, o seu foco foi-se ampliando para passar a incluir fatores sociais como a diversidade e a segurança no local de trabalho (Corrêa & Ribeiro, 2020), e a sua importância entra numa trajetória de crescente reconhecimento, não só por parte das empresas, mas também por parte da sociedade em geral (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019), e muito à custa da RSE, procurando dar resposta ao interesse crescente para entender os motivos e a forma como as empresas divulgam informação relacionada com as suas práticas de RSE (Chersan, 2016).

## **1.2. A emergência do conceito de RSE: principais interpretações e desenvolvimento registados**

Para ajudar a identificar e compreender o porquê dos diferentes enfoques e abordagens adotadas pelas empresas para a divulgação de informação no âmbito da RSE, bem como as principais motivações por trás da divulgação de informações, assumindo-se que podem ser os objetivos e expectativas dos *stakeholders* ou o contexto empresarial específico (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Buallay, Barone, & Hamdan, 2019), podem ser utilizadas diferentes abordagens, que vão da teoria da legitimidade, passando pelas teorias da sinalização, agência, custos do proprietário e dos *stakeholders* e por fim a teoria dos custos políticos (Chang, et al., 2017).

À luz da teoria da legitimidade, que compreende a maneira como as organizações procuram ser percebidas como entidades socialmente responsáveis e ambientalmente conscientes, quando as diferentes organizações procuram alinhar as suas práticas e ações com as expectativas e normas sociais, esta teoria enfatiza como fundamental ter transparência e adotar uma comunicação eficaz (Crisóstomo, Carneiro, & Gomes, 2018; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-

Navarrete, 2021). As organizações devem ser claras em relação às suas práticas sustentáveis e aos seus planos. A falta de clareza pode fazer com que as pessoas duvidem das ações sustentáveis (Christensen, Hail, & Leuz, 2021). Neste contexto, a teoria da legitimidade advoga que as empresas sentem necessidade de demonstrar que estão a agir de maneira responsável e ética para se legitimarem na sociedade (junto dos diferentes *stakeholders*) por meio da divulgação de informações sobre suas práticas de RSE (Chersan, 2016).

Também a teoria da sinalização apresenta idêntica interpretação, ao sugerir que as empresas usam a divulgação de informações sobre RSE como um sinal para os investidores e outros *stakeholders* de que estão comprometidas com a sustentabilidade, ou seja, como usam de forma estratégica diferentes sinais, como os selos de certificação, os relatórios de sustentabilidade ou a participação em iniciativas ambientais, para comunicarem as suas ações sustentáveis com o objetivo de ganharem vantagens competitivas, a confiança dos consumidores e atenderem às expectativas do mercado (Crisóstomo, Carneiro, & Gomes, 2018).

Enfatiza, ainda, o quanto é importante incorporar a sustentabilidade numa estratégia de marketing, e não apenas como um compromisso social, mas também como um plano para o negócio (Christensen, Hail, & Leuz, 2021). Neste âmbito, a divulgação de informações de RSE pode aumentar a confiança dos *stakeholders* na empresa e levar a um maior envolvimento e apoio (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019).

Mais especificamente, a teoria da agência, que se concentra na dinâmica entre acionistas (principais) e gestores (agentes), sugere que os acionistas contratam a administração da empresa para tomar decisões em seu nome (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019; Crisóstomo, Carneiro, & Gomes, 2018), isto é, os acionistas dão aos gestores o poder de agirem em seu nome, pelo que, nesse particular, ajuda a compreender como as partes interessadas de uma organização se relacionam e como essas relações afetam as suas estratégias no âmbito da sustentabilidade (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021). Para o efeito, as empresas precisam divulgar sobre as suas práticas de RSE para atender às expectativas dos acionistas em relação à gestão dos riscos ambientais, sociais e de governança (Chersan, 2016).

É um facto comumente aceite que a avaliação do desempenho seja focada no longo prazo e que, neste horizonte, considere, para além dos resultados financeiros imediatos, os efeitos sociais e ambientais ao longo do tempo. A adoção desta abordagem incentiva a adoção de métricas que capturem tanto os custos quanto as vantagens a longo prazo. Neste particular, a teoria dos custos de propriedade (TCP) apresenta-se como uma abordagem que permite analisar como os custos de propriedade de recursos impactam as práticas empresariais éticas e sustentáveis, ou seja, ao aplicar a TCP à RSE, as empresas levam em consideração custos indiretos ou externalidades relacionadas com a propriedade de recursos, como impactos ambientais, sociais e éticos (Taliento, Favino, & Netti, 2019).

Esta teoria enfatiza que as empresas podem enfrentar custos significativos como resultado de práticas inadequadas, que incluem danos ambientais, violações de direitos humanos e outras externalidades negativas, pelo que a adoção desta abordagem para a avaliação da RSE oferece uma gestão mais eficaz desses gastos, enfatizando que o investimento em inovação sustentável, como a implementação de tecnologias mais limpas, processos mais eficientes e a criação de produtos sustentáveis podem fazer parte do processo e se apresentarem como elementos fundamentais para reduzir custos a longo prazo (Zafalon, Padgett, & Yahiro, 2020; Chang, et al., 2017).

Por sua vez, a compreensão e a implementação da sustentabilidade nas organizações está dependente da capacidade de cada um para reconhecer que tem obrigações com as várias partes interessadas (*stakeholders*) e que essas obrigações podem afetar as suas operações (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019; Ramanathan & Isaksson, 2023). Nesta perspetiva, a teoria dos *stakeholders* vem defender a existência dessas responsabilidades (Christensen, Hail, & Leuz, 2021; Chang, et al., 2017), pelo que as empresas devem divulgar sobre as suas práticas de RSE para demonstrarem que estão a cumprir as suas responsabilidades para com esses *stakeholders* (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019; Bauwhede & Cauwenberge, 2022). Isso significa prestar atenção às suas preocupações, receber *feedback*, identificando e envolvendo cada um, para levar em consideração as suas necessidades e expectativas, principalmente em relação a questões de longo prazo (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021).

No mesmo sentido, a teoria do custo político sugere que as empresas divulgam informações sobre as suas práticas de RSE em resposta às pressões políticas e sociais, ou seja, as empresas podem ser pressionadas a relatar neste âmbito para evitarem sanções legais, aumentarem a reputação ou obterem benefícios económicos.

Com o objetivo de obter apoio público ou atender a interesses específicos, como beneficiar de recursos públicos para apoiar projetos e iniciativas que promovam a sustentabilidade, as empresas tomam a decisão de divulgar com base em considerações políticas, especialmente quando há um apoio político que pode ser significativo. Uma área de conexão entre custo político e sustentabilidade é a forma como o governo distribui incentivos e subsídios para promover práticas sustentáveis (Christensen, Hail, & Leuz, 2021).

Com o passar do tempo, a RSE, que inicialmente era entendida como um conjunto de boas práticas, passou a ser encarada como uma metodologia de avaliação da performance, ou seja, aos tradicionais indicadores financeiros foram-se juntando, paulatinamente, indicadores não financeiros, no âmbito dos efeitos sociais e ambientais e, para o efeito, John Elkington propôs, em 1994, o *Triple Bottom Line* (TBL), apresentado na figura 2, um modelo que acabaria por ficar conhecido por "três P's" por incorporar as três dimensões fundamentais da sustentabilidade – lucro (*Profit*), pessoas (*People*) e planeta (*Planet*) (Chang, et al., 2017; Rizzi, Mazzioni, Moura, & Oro, 2019).



**Figura 2.** Triple Bottom Line (3 P's).

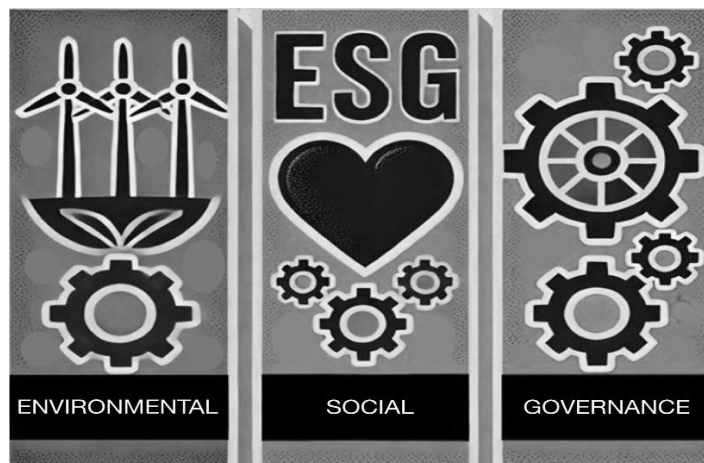
Fonte: Elaboração Própria baseada em Chang, et al. (2017)

A figura 2 aborda o que acabaria por ficar conhecida por TBL, esta enfatiza a importância de considerações éticas, sociais e ambientais para medir o sucesso empresarial, reconhecendo, num ambiente em que os consumidores, investidores e a sociedade em geral estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade e a responsabilidade social, que a perspectiva financeira deve ser complementada com a implementação de práticas de negócios mais sustentáveis e responsáveis, o que terá um efeito benéfico e mais amplo na sociedade e no meio ambiente (Bauwhede & Cauwenberge, 2022).

Assim, no que respeita às pessoas, o foco deverá estar no impacto social das operações de uma empresa, considerando questões como a responsabilidade social empresarial, práticas éticas de emprego e contribuições para o bem-estar da comunidade. Relativamente às preocupações com o planeta, a ênfase deve ser colocada nos efeitos que a empresa tem sobre o meio ambiente, o que pode ser visto por meio da promoção de ações que reduzam a emissão de carbono, promovam o uso responsável de recursos naturais e minimizem os resíduos (Chang, et al., 2017).

Mais recentemente, foram vários os autores que passaram a fazer referência a esta metodologia a partir dos fatores ESG – Environment, Social and Governance, para designar as três principais áreas de preocupação empresarial relacionadas com a sustentabilidade (Taliento, Favino, & Netti, 2019; Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024). A figura 3 representa os campos de ação do ESG, avaliando as práticas e políticas relacionadas com o meio ambiente e como as operações de uma empresa que afetam o ambiente (Environmental) (Bax, Bonaccolto, & Paterlini, 2022). A forma como uma empresa trata os direitos humanos, as relações com os funcionários, a diversidade e a inclusão, a segurança e a saúde ocupacional, o envolvimento

com a comunidade e a sua responsabilidade social (*Social*), (Hermiyetti & Usmar, 2024), e, ainda, tudo o que respeita à composição e independência do conselho de administração, ética e transparência comercial, gestão de riscos e conformidade com as leis de governança corporativa (*Governance*).



**Figura 3.** Environmental, Social and Governance.

Fonte: Elaboração Própria baseada em Taliento, Favino, & Netti (2019)

Assim, e tal como já referido para as práticas RSE ou da teoria dos 3P's, também as práticas ESG podem ajudar a mitigar riscos, melhorar a reputação, atrair investidores e talentos, melhorar a eficiência operacional, promover a inovação e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Destaca-se, contudo, que a sua implementação exige investimentos significativos em termos de tempo, de recursos monetários e humanos que podem representar um desafio muito significativo para as empresas com recursos limitados (Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024). Por sua vez, e não obstante se tratar de fatores amplamente utilizados, enquanto critérios de avaliação de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, importa destacar que contêm importantes limitações, como as que se prendem com a falta de padronização clara de definições, de métricas e métodos para a mensuração dos critérios ESG a utilizar. O risco de inconsistências e a falta de comparabilidade entre as empresas, torna difícil uma avaliação precisa e objetiva do desempenho em sustentabilidade (Hermiyetti & Usmar, 2024; Christensen, Hail, & Leuz, 2021).

Na verdade, os critérios ESG são complexos e envolvem muitas dimensões, para além de que a avaliação de questões sociais e ambientais é, em si mesma, algo subjetiva porque depende do contexto e das perspetivas das diferentes partes interessadas (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019). Neste sentido, é importante que as diferentes entidades, ao utilizarem os critérios ESG, estejam cientes dessas limitações para as procurarem abordar da melhor forma, buscando padrões e normas reconhecidos e trabalhando para melhorar a qualidade da informação que divulgam (Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024). A existência de regulamentação clara apresenta-se como absolutamente necessária. A dificuldade em verificar

de forma independente e confiável as afirmações das empresas sobre as suas práticas e desempenho sustentáveis, levanta problemas de credibilidade e confiança (Christensen, Hail, & Leuz, 2021). Por sua vez, a verificação independente de tais práticas representa outro desafio, incluindo a complexidade e os custos associados, que podem resultar num significativo ônus financeiro (Bax, Bonaccolto, & Paterlini, 2022; Bauwhede & Cauwenberge, 2022).

As ações de uma empresa podem ter um impacto positivo ou negativo na sua reputação e essa percepção pública pode afetar a sua base de clientes, a sua capacidade para atrair investimentos e/ou para atrair e reter talentos. A consideração dos efeitos ambientais, sociais e de governança é cada vez mais importante para investidores (Taliento, Favino, & Netti, 2019). Uma maior confiança do consumidor, acesso mais fácil ao capital e uma maior credibilidade no mercado são algumas das vantagens que as empresas que adotam práticas ESG sólidas obtêm (Shalhoob & Hussainey, 2023; Buallay, Barone, & Hamdan, 2019).

As preocupações dos investidores institucionais, por exemplo, têm ganho importância à medida que se constatou que uma grande quantidade de fundos de investimento institucionais tem em consideração os critérios ESG ao tomar decisões de investimento (Bax, Bonaccolto, & Paterlini, 2022; Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024). Isso significa que as empresas que escondem informações não financeiras podem não atrair investidores, o que pode afetar o acesso a financiamento e o seu valor de mercado. Em conformidade, são já muitas as instituições financeiras que não financiam empresas que não atendam a esses requisitos por reconhecerem que as empresas que não seguem práticas ambientais e sociais responsáveis correm riscos financeiros e de reputação, incluindo multas por violações ambientais, processos judiciais e danos à marca (Ferrer, Moreira, & Jesus, 2019). Com o aumento dos riscos ambientais e climáticos, as empresas que não adotem práticas sustentáveis podem enfrentar grandes desafios operacionais e financeiros no futuro, pelo que a banca vem exercendo uma certa pressão para que as empresas adotem práticas mais sustentáveis e responsáveis, como meio para acederem a financiamento e permanecerem competitivas no mercado (Chang, et al., 2017; Christensen, Hail, & Leuz, 2021).

Além disso, reguladores em várias jurisdições estão constantemente a implementar regulamentos de divulgação ESG mais rigorosos, encorajando as instituições financeiras a ponderarem essas considerações ao fazerem escolhas de financiamento (Bax, Bonaccolto, & Paterlini, 2022). À medida que a consciencialização sobre os problemas ESG aumenta, cresce a expectativa de que novos regulamentos surjam para incentivar e/ou exigir a implementação de obrigações de divulgação ESG (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019; Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024). As medidas de encorajamento podem passar por incluir incentivos fiscais para empresas com desempenho ESG sólido e punições para empresas que não atendam aos padrões mínimos. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (EU), entre outras organizações internacionais, têm o poder de promover a cooperação entre os diferentes países e setores para fornecerem padrões globais para a implementação dos fatores ESG (Taliento, Favino, & Netti, 2019).

### 1.3. Principais desafios e oportunidades: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Pacto Ecológico Europeu

No âmbito da sustentabilidade e dos desafios que a mesma foi colocando para a tornar alcançável, a ONU criou um conjunto de metas globais para tentar resolver uma variedade de problemas sociais, económicos e ambientais que a humanidade vem enfrentando e que tendem a comprometer os objetivos que se pretende ver alcançados nestes domínios (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). Com ênfase nas áreas mais carentes, esses objetivos foram anunciados em setembro de 2000 para melhorar as condições de vida das pessoas em todo o mundo e pressupunham atingir um conjunto de metas a atingir até 2015 (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020).

Ainda que nem todas as metas definidas tenham sido totalmente alcançadas, permitiram redirecionar a atenção e afetar recursos significativos para a resolução de vários dos problemas que as comunidades mais vulneráveis vinham enfrentando em todo o mundo e estiveram na base do desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), uma nova agenda de desenvolvimento mais abrangente e integrada que a ONU apresentou e cujas metas se estenderiam para lá de 2015 (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021).

Os ODS estão representados num conjunto de 17 objetivos relacionados (Figura 4), acompanhados por metas específicas com o propósito de resolver uma variedade de problemas sociais, económicos e ambientais que o mundo enfrenta atualmente. Representam uma estratégia global que se pretende ver alcançada até 2030 (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020; Shi, Han, Yang, & Gao, 2019; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021), razão pela qual são vulgarmente designados por Agenda 2030.



Figura 4. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fonte: Nações Unidas (2015).

A análise da figura 4 permite alcançar que os ODS visam promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas componentes, buscando equilibrar a preservação ambiental, a equidade social e a prosperidade económica, ou seja, construir um futuro mais justo e sustentável para as gerações atuais e futuras. Para o efeito, empresas, governos, organizações não governamentais e indivíduos em todo o mundo são encorajados a fazer um esforço concreto e trabalhar em conjunto para erradicar a pobreza, procurando acabar com todas as formas de pobreza extrema, alcançar fome zero e promover uma agricultura sustentável, garantir saúde e bem-estar para todos (Stolowy & Paugam, 2023; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021), democratizar o acesso a educação e assegurar que todos recebam uma educação igualitária, inclusiva e de alta qualidade, assegurar igualdade de género, promover o empoderamento da mulher e acabar com a discriminação e a violência de género, garantir água limpa e saneamento (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020), proporcionar energia acessível e limpa, acesso a um trabalho decente e crescimento económico, garantindo o pleno emprego, produtivo e decente, e promovendo um modelo de crescimento económico inclusivo e sustentável (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021), apoiar um modelo de construção sustentável, incentivando a inovação e criando setores que sejam resilientes e inclusivos (Stolowy & Paugam, 2023), promover a inclusão social, económica e política para diminuir as desigualdades dentro e entre as nações, obter cidades e comunidades sustentáveis, mais inclusivas, seguras e resilientes, estabelecer padrões de consumo e produção sustentáveis, incluindo o uso eficiente de recursos e a redução de desperdícios (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020), promover a implementação de medidas imediatas para combater a mudança climática e os seus efeitos, assegurar a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, mares e oceanos; lutar para preservar e restaurar os ecossistemas terrestres e promover o uso sustentável da biodiversidade e das florestas (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021), agir para construir sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça e fortalecer instituições eficazes, e promover o envolvimento dos governos, setor privado e sociedade civil na implementação e revitalização de parcerias e meios globais para o desenvolvimento sustentável (Stolowy & Paugam, 2023).

Reconhece-se, contudo, que a implementação dos ODS é um desafio complicado e que requer ações coordenadas em vários níveis e setores. Ainda que a avaliação dos resultados alcançados aponte para progressos significativos, ainda há muito trabalho a fazer. Por sua vez, a quantificação do progresso em relação aos ODS enfrenta uma série de limitações, designadamente ao nível da qualidade e a disponibilidade dos dados. A recolha, análise e distribuição de dados confiáveis e atualizados em muitos países é, ainda, um desafio significativo, para além que se torna difícil medir o progresso dos ODS porque são interconectados e abordam uma variedade de questões (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020; Shi, Han, Yang, & Gao, 2019).

Alcançar um futuro mais sustentável e equitativo é um desafio de todos e para todos, pelo que, no âmbito destes esforços, a EU desenvolveu e aprovou, em dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu (PEE), também conhecido como *Green Deal* ou Acordo Verde, com o objetivo

geral de mudar a economia europeia em direção à sustentabilidade e ao respeito ambiental. Para o efeito, apresenta um conjunto de objetivos principais que a figura 5 procura ilustrar.



**Figura 5.** Os quatro principais objetivos da Green Deal.

Fonte: Comissão Europeia (2019).

A sua análise (Figura 5) mostra que com esta ação, o *Green Deal*, a EU quer assumir um compromisso firme com a sustentabilidade, definindo a neutralidade climática como um dos principais objetivos a alcançar até 2050. Para o conseguir, as medidas a tomar deverão equilibrar as emissões de gases de efeito estufa com medidas que reduzam ou capturem essas emissões, sem descuidar as práticas agrícolas orgânicas, para melhorar também a sustentabilidade do sistema alimentar. Incluindo nos seus objetivos ajudar a proteger a vida animal, vegetal e do homem, intervindo para diminuir a poluição, incentivar as empresas a se tornarem líderes em produtos e tecnologias limpas e ajudar a garantir uma transição justa e inclusiva (Fornasari & Traversi, 2024), pretende preservar e restaurar os ecossistemas naturais. Estabelecendo uma estratégia abrangente para a biodiversidade até 2030, enfatiza a necessidade de renovar os edifícios para torná-los mais eficientes em termos energéticos, promover a utilização de fontes de energia renováveis e acelerar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono. Impõe, ainda, o estabelecimento de um fundo para uma transição justa, com o objetivo de ajudar comunidades que enfrentem dificuldades financeiras para mudarem a sua estrutura industrial (Cochran, Mackenzie, & Brander, 2024). Para que estes objetivos sejam mais facilmente alcançáveis, o *Green Deal* mobiliza recursos substanciais para a inovação, pesquisa e desenvolvimento sustentáveis, enfatizando a importância do investimento sustentável, e uma coordenação eficaz a nível nacional e europeu (Fornasari & Traversi, 2024). Para mais facilmente ver estes objetivos alcançados, a EU recorre a diversas ferramentas, com destaque para a Taxonomia, um sistema que define padrões e que, com recurso à categorização, permite identificar atividades económicas que são consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental (Cochran, Mackenzie, & Brander, 2024), ou seja, um sistema que oferece uma abordagem uniforme e harmonizada para identificar atividades económicas sustentáveis para investidores, empresas e decisores políticos (Fornasari & Traversi, 2024; Krik & Kozuch, 2024). Conforme definido pela Taxonomia, as empresas podem avaliar o grau de sustentabilidade das suas operações por meio da medição do volume de negócios e das despesas (*Capex/Opex*), associado a atividades económicas sustentáveis, permitindo, com base em relatórios

comparáveis e consistentes, que os investidores determinem até que ponto os investimentos subjacentes são ambientalmente sustentáveis (Cochran, Mackenzie, & Brander, 2024).

#### **1.4. Relato da sustentabilidade: principais avanços e contributos**

O relato da sustentabilidade é uma ferramenta preponderante para demonstrar o compromisso de uma empresa com práticas responsáveis e transparentes. Ao longo das últimas décadas sofreu alterações diversas, seja como consequência de uma maior consciência acerca dos problemas socioambientais, seja pela necessidade de as empresas prestarem contas acerca dos seus resultados financeiros e dos efeitos que causam na sociedade e no meio ambiente (Chang, et al., 2017). Uma mudança que foi influenciada por uma variedade de fatores e que foi moldando a forma como as empresas abordam e divulgam as suas estratégias de sustentabilidade. Ainda que numa fase inicial tenha começado por se concentrar, maioritariamente, na necessidade de dar resposta às normas e regulamentos ambientais, com o passar do tempo, e à medida que se foi percebendo que a sustentabilidade era um conceito mais amplo, que incluía, para além das questões ambientais, aspetos sociais e económicos, a estrutura de relato foi-se alterando para incluir a responsabilidade social das empresas, os direitos humanos, a diversidade e a igualdade de género. Por sua vez, foi-se assistindo, também, a uma pressão crescente por parte dos diferentes *stakeholders*, que acabaria não só por desempenhar um importante papel como por impulsionar a evolução da estrutura de relato da sustentabilidade para atender às suas necessidades e, fundamentalmente, procurar criar uma ferramenta capaz de construir, junto de cada um, uma maior confiança e legitimidade (Bauwhede & Cauwenberge, 2022; Ramanathan & Isaksson, 2023).

Na verdade, os relatórios sobre práticas sustentáveis vêm sendo utilizados pelas empresas para fornecer informações sobre as suas atividades não financeiras, nomeadamente sobre os efeitos das suas atividades no meio ambiente, no mundo social e no setor económico, ao mesmo tempo que mostram como esses efeitos estão a ser administrados (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020). À medida que a inclusão da sustentabilidade nas estratégias de negócios se assume como um fator de carácter fundamental, ou seja, que as empresas perceberam os benefícios de incorporarem práticas sustentáveis no âmbito das suas operações, passaram a sentir necessidade de o comunicarem porque isso contribuía para melhorar a sua imagem junto dos *stakeholders* (Corrêa & Ribeiro, 2020). Ao fornecerem informações detalhadas sobre as diferentes ações no âmbito dos fatores ESG, as empresas, enquanto contribuem para um futuro mais sustentável, podem construir uma maior confiança junto de investidores, clientes, funcionários e outras partes interessadas (Buallay, Barone, & Hamdan, 2019).

Um tipo de relato que, tomando por base apenas questões ambientais, foi evoluindo para uma estrutura tendencialmente mais abrangente e capaz de proporcionar uma visão mais ampla

acerca do desempenho das empresas (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020) e dos seus impactos relativamente a um conjunto de tópicos, incluindo comprometimento ambiental, materiais e uso de recursos, emissões de gases com efeito estufa ou de sustentabilidade da cadeia de abastecimento (Zdolšek & Beloglavec, 2023).

Com isso, a enfrentar alguns problemas, em particular no que respeita à complexidade associada à recolha e mensuração de dados relacionados com os fatores ESG, nomeadamente a valorização de informações precisas sobre os efeitos das diferentes práticas levadas a cabo pela empresa (Shalhoob & Hussainey, 2023). Considerando que acionistas, potenciais investidores, trabalhadores, consumidores, fornecedores, comunidades locais ou outros podem estar entre partes interessadas ou os públicos-alvo dos relatórios de sustentabilidade (Corrêa & Ribeiro, 2020), a sua estrutura e conteúdo podem ser alterados para atender às diferentes necessidades destes públicos, pelo que a avaliação dos dados requer uma compreensão completa das expectativas dos públicos envolvidos.

Adicionalmente, fruto da globalização e do facto de as economias estarem cada vez mais interligadas, passou a haver a necessidade de se dispor de um conjunto de padrões internacionais para a elaboração dos diferentes relatórios no âmbito da sustentabilidade.

Neste âmbito, ao longo dos anos foram surgindo diferentes padrões de relatórios de sustentabilidade, desenvolvidos e apresentados por diferentes organizações (Stolowy & Paugam, 2023; Bauwhede & Cauwenberge, 2022), com o propósito de assegurarem a necessária consistência e maior rigor ao processo de relato. Os diferentes padrões foram acompanhados de sucessivos avanços, até se alcançar uma base sólida, particularmente a partir do momento em que se passou a incorporar padrões internacionais (Zdolšek & Beloglavec, 2023) que estabeleçam indicadores e métricas capazes de ajudarem as empresas não só a recolher, analisar e apresentar informações, como a fornecer orientações para a produção de relatórios de sustentabilidade mais confiáveis e consistentes, facilitando, também, a avaliação do desempenho (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020).

As últimas décadas serviram de palco e permitiram testemunhar o empenho e papel fundamental que foi exercido por diversas entidades na transformação do cenário empresarial em relação às questões da sustentabilidade e que em muito contribuíram para o desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade (Corrêa & Ribeiro, 2020).

Essas organizações, apresentadas na figura 6, não apenas incentivaram como estabeleceram diretrizes e padrões para promover a divulgação transparente e abrangente dos impactos ambientais, sociais e económicos das diferentes organizações, permitindo que as diferentes partes interessadas compreendam melhor os impactos das empresas nestes domínios e o que estão a fazer para os reduzir, convertendo o relato não financeiro numa parte essencial da transparência e da prestação de contas das empresas em relação aos problemas ESG, ou seja, num componente essencial da comunicação corporativa contemporânea (Stolowy & Paugam, 2023; Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024).

À medida que a consciencialização sobre os problemas ESG aumenta, a divulgação do relato não financeiro torna-se cada vez mais relevante. Atualmente, existem regulamentações em vários países que exigem que empresas de grande porte divulguem informações não financeiras num esforço para aumentar a transparência e a responsabilidade (Zdolšek & Beloglavec, 2023).



Figura 6 – Principais organismos de normalização do relato não financeiro

Fonte: Rodrigues (2024).

O facto das empresas divulgarem informações sobre o seu desempenho em áreas não financeiras como a sustentabilidade, incluindo a responsabilidade social, ambiental e governança (ESG) passou a ser encarada como uma componente elementar fundamental (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020; Chouhan, Sharma, Goswami, Al-Zaimoor, & Sharma, 2024), para que as partes interessadas, como clientes, investidores, funcionários e reguladores avaliem o impacto social, ambiental e ético de uma empresa, bem como a sua governança corporativa (Bauwhede & Cauwenberge, 2022).

Neste contexto destaca-se o trabalho de diferentes organizações, que desencadearam iniciativas para criar diretrizes e métricas para orientar as empresas na divulgação de informações pertinentes e comparáveis, de que são exemplo, a *Global Reporting Initiative* (GRI), o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), a *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB), a *International Sustainability Standards Board* (ISSB), a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023).

Não obstante o mérito e pertinência das diferentes iniciativas, a GRI acabaria por ser pioneira no desenvolvimento de normas para a elaboração dos relatórios de impacto ambiental, as *GRI standards*, que são hoje utilizados por empresas em todo o mundo (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020). O nível de aceitação fala por si, sendo já mais de 200 países que atualmente utilizam o modelo de relatórios GRI em todo o mundo (GRI, 2022).

### 1.4.1 International Integrated Reporting Council (IIRC)

O IIRC, agora parte da IFRS *Foundation*, é uma organização global sem fins lucrativos, criada em 2010. Uma reação à crise financeira global com o objetivo de reduzir o perigo de uma catástrofe repetida, o IIRC é o resultado de uma aliança entre reguladores, investidores, empresas, acadêmicos e organizações não governamentais para promover a integração da sustentabilidade, em relatórios corporativos mais amplos, com base num modelo de relato integrado, fornecendo uma visão holística do desempenho da organização, incluindo as suas práticas de sustentabilidade (Rizzi, Mazzioni, Moura, & Oro, 2019; Trocz, Lorenzini, Vesco, & Walter, 2022).

Para aumentar a sustentabilidade dos modelos de negócios, a IIRC promove e incentiva as empresas a reconhecerem e documentarem as consequências das suas ações no âmbito dos fatores ESG (IIRC, 2021), promovendo a divulgação de informações mais precisas e uma abordagem mais transparente e responsável para a gestão de riscos e alocação de capital, aumentando a sustentabilidade da economia (Villiers & Sharma, 2020; Lima, Melo, & Cavalcanti, 2022). Ao incentivar as empresas a serem mais transparentes e responsáveis nas suas atividades ESG, o modelo proposto pelo IIRC também as auxilia na criação de abordagens mais abrangentes, proporcionando informações sobre o desempenho e criação de valor a longo prazo (Trocz, Lorenzini, Vesco, & Walter, 2022). Com isso, incentiva as empresas a fazerem escolhas e investimentos que levem em consideração o meio ambiente, a comunidade e a viabilidade financeira de longo prazo da organização.

O crescimento dos relatórios de sustentabilidade foi significativamente influenciado pelo IIRC e a sua estratégia de relato integrado permitiu promover a ideia de que as empresas devem ser mais responsáveis e transparentes, enquanto fornece aos investidores informações para os ajudar a fazer melhores escolhas (Lima, Melo, & Cavalcanti, 2022). Destaca-se que o IIRC defende o relato integrado como uma forma de as empresas contarem a sua narrativa de criação de valor para as partes interessadas (Rizzi, Mazzioni, Moura, & Oro, 2019). Combinando dados financeiros e não financeiros num único relatório, o relatório integrado oferece uma perspetiva holística e completa da estratégia, governança e desempenho de uma organização em todas as suas perspetivas (IIRC, 2021). Enfatiza a importância de fornecer uma visão mais completa e coesa e, ao fazer isso, permite atender às necessidades de diversos *stakeholders*. Para garantir que a sua estrutura está atualizada e alinhada com as expectativas, em constante mudança, das partes interessadas e com o ambiente sustentável, o IIRC examina e atualiza sua Estrutura de Relato Integrado regularmente (Villiers & Sharma, 2020; Trocz, Lorenzini, Vesco, & Walter, 2022). Por sua vez, as organizações que buscam alinhar os seus relatórios com as melhores práticas recomendadas pelo IIRC, fazem refletir nas suas estruturas de relatórios o desenvolvimento verificado (Zdolšek & Beloglavec, 2023).

#### **1.4.2 Climate Disclosure Standards Board (CDSB)**

A *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para criar padrões para que as empresas divulguem informações, de forma consistente e eficaz, sobre mudanças climáticas e os efeitos financeiros dessas mudanças nas atividades empresariais (CDSB, 2020). Para o efeito, criou o *Framework for Reporting Environmental Information* (FREI), um conjunto de diretrizes que ajuda as empresas a divulgar informações ambientais, incluindo informações sobre mudanças climáticas (Zdolšek & Beloglavec, 2023), que se apresentem pertinentes para investidores e outros *stakeholders*, assim como, aumentar a transparência sobre as práticas corporativas relacionadas com as mudanças climáticas e trabalhar com outras iniciativas para harmonizar e integrar esses padrões.

A CDSB tem contribuído significativamente para o progresso da sustentabilidade, principalmente no que diz respeito à divulgação de dados sobre mudanças climáticas e outros problemas ambientais relacionados, nomeadamente com a publicação do FREI, que não só tem ajudado as empresas a divulgarem informações claras e consistentes como os investidores e outras partes interessadas a avaliar melhor o desempenho ambiental, como resultado dessa padronização (CDSB, 2020; Zdolšek & Beloglavec, 2023). Porém, e não obstante os seus contributos, em 31 de janeiro de 2022, foi integrada na IFRS *Foundation* para apoiar o trabalho do recém-criado *International Sustainability Standards Board* (ISSB) (IFRS).

#### **1.4.3 International Sustainability Standards Board (ISSB)**

Em resposta à crescente importância da sustentabilidade nos negócios, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) começaram a considerar fatores ESG nas suas divulgações, que tradicionalmente se concentravam apenas em informações financeiras. E, tanto assim é que, em novembro de 2021, a IFRS Foundation criou o ISSB (IFRS), refletindo a necessidade de criar padrões globais para a divulgação de informações sobre sustentabilidade, complementando as tradicionais IFRS. Assim, e ainda que o conceito de relatórios integrados não seja exclusivamente baseado em IFRS, visa unificar informações financeiras e de sustentabilidade em um único relatório, enfatizando a importância de dar uma visão mais abrangente do desempenho empresarial (Zdolšek & Beloglavec, 2023; Driver, El-Alfy, & Weber, 2023).

Como as IFRS são concebidas para fornecer informações financeiras e as métricas de sustentabilidade ainda não estão padronizadas em todo o mundo, existindo várias estruturas e padrões abertos, o ISSB pode ajudar a superar a falta de uniformidade e a estabelecer padrões globais, contribuindo para aumentar a transparência, ao incentivar as empresas a divulgar informações relevantes sobre o seu desempenho ESG de forma clara e acessível (IFRS), e

facilitar a comparação entre empresas e setores, permitindo que investidores e outras partes interessadas comparem facilmente o desempenho ESG (Tettamanzi, Venturini, & Murgolo, 2022).

#### **1.4.4 Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)**

A TCFD é uma iniciativa global, criada em dezembro de 2015 pelo *Financial Stability Board* (FSB), com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre os efeitos financeiros das mudanças climáticas nas empresas (TCFD). Neste âmbito, as recomendações da TCFD visam ajudar organizações, instituições financeiras e outros grupos a comunicar melhor os riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023) a partir de uma estrutura que inclui quatro áreas de divulgação: (i) a governança, mostrando como a organização está estruturada para lidar com as mudanças climáticas; (ii) a estratégia, identificando os efeitos que as mudanças climáticas podem ter nos negócios de uma organização; (iii) a gestão de riscos, explicando como encontrar, avaliar e administrar riscos climáticos e como as estratégias de mitigação funcionam; e (iv) métricas e metas que forneçam informações quantitativas sobre a pegada de carbono, métricas para avaliar riscos e oportunidades climáticas e metas estabelecidas para gerenciar essas questões (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023; TCFD).

#### **1.4.5 Global Reporting Initiative (GRI)**

A GRI é uma organização internacional independente, sem fins lucrativos, fundada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1997. Com mais de 25 anos de experiência, a GRI é pioneira no desenvolvimento de padrões normativos para a elaboração dos relatórios de impacto ambiental (Driver, El-Alfy, & Weber, 2023). Esta desenvolveu um padrão global para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, as *GRI standards*, que são os mais amplamente utilizadas em todo o mundo (GRI, 2022) pela sua grande flexibilidade. Na verdade, as *GRI standards* apresentam-se ajustadas a qualquer organização, independentemente do seu tamanho ou setor (Corrêa & Ribeiro, 2020), ajudando não só a informar as partes interessadas sobre os efeitos das ações das empresas como permitindo, também, examinar a precisão dos dados utilizados graças aos marcadores de qualidade em que se fazem assentar (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020). As *GRI standards* fornecem uma lista completa de indicadores de sustentabilidade que são acessíveis a todas as empresas, independentemente do seu tamanho, grandes ou pequenas, da sua natureza, públicas ou privadas, ou setor de atividade, incluindo instruções precisas e completas acerca dos dados que devem ser incluídos (GRI, 2022), como devem ser apresentados e como devem ser verificados num relatório de sustentabilidade (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023; Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023).

A GRI oferece, também, uma variedade de serviços e recursos adicionais, incluindo orientação para ajudar as organizações a entender os seus padrões - *GRI standards*, como *webinars* que oferecem suporte técnico adicional, estudos de caso para destacar as melhores práticas em relatórios de sustentabilidade e ferramentas interativas para ajudar as organizações a produzir os seus próprios relatórios de sustentabilidade (GRI, 2022).

Para acompanhar as mudanças nas expectativas das partes interessadas, incluindo consumidores, investidores e governos, as *GRI standards* são supervisionadas (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023) e revistas regularmente, com o intuito de promover a sua melhoria contínua e garantir que as empresas estabelecem padrões internos consistentes com as suas metas de relatórios de sustentabilidade (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020), destacando como é crucial promover uma boa governança, transparência e conduta ética, e, em conformidade, permitir que os diferentes utilizadores visualizem uma imagem comparativa e confiável desses esforços (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

Desde a sua fundação que a GRI tem trabalhado constantemente para estabelecer uma linguagem internacional, ou seja, definir um padrão para a elaboração de relatórios de sustentabilidade para incentivar as diferentes organizações a serem mais abertas e responsáveis (Villiers & Sharma, 2020; Corrêa & Ribeiro, 2020). Tendo como principal objetivo facilitar a elaboração e compreensão dos relatórios de sustentabilidade em todo o mundo e apoiar as empresas a continuarem a ser responsáveis pelos efeitos dos seus atos, a GRI vem fornecendo uma estrutura para que as diferentes organizações possam relatar o seu desempenho ambiental e social de forma simples e sem comprometer a transparência e a comparabilidade (Chersan, 2016). Com base no seu modelo padrão, as organizações podem registar corretamente as suas contribuições para a sustentabilidade e obter informações sobre o seu desempenho (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020), permitindo comparações precisas entre organizações e criando confiança junto das partes interessadas (Corrêa & Ribeiro, 2020). As *GRI standards* constituem um sistema modular de normas interligadas para permitirem que as organizações relatem publicamente os impactos das suas atividades de maneira estruturada e transparente e, para facilitar a sua compreensão, oferecem orientações adicionais, como informações de contexto, explicações e exemplos (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

Nestes termos, a estrutura das *GRI standards* é composta por três séries, as normas Universais, as Setoriais e Tópicos (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023). As normas Universais da GRI incluem a GRI 1, “Fundamentos”, que estabelece o propósito das *GRI standards*, esclarece os conceitos fundamentais e orienta sobre a sua utilização, proporcionando uma lista de requisitos para relatar e especificando os princípios essenciais para um relato de alta qualidade; a GRI 2 “Divulgações Gerais”, relacionadas com a estrutura e práticas de relato da organização, incluindo detalhes sobre as suas atividades e trabalhadores, governança, estratégia, políticas, práticas e envolvimento das partes interessadas, para proporcionar uma visão abrangente do perfil e escala da organização; e GRI 3 “Tópicos Relevantes”, para orientar sobre como identificar os tópicos mais relevantes, o processo de determinação e como a organização os gerência (Luque-Vílchez,

Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023; GRI STANDARDS, 2023). No processo de relato de sustentabilidade, a organização identifica e prioriza os seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade. A GRI 1 estabelece conceitos e princípios-chave, enquanto as GRI 2 e GRI 3 fornecem orientações detalhadas para entender e avaliar a significância dos impactos (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023).

Desenvolvidas para diversos setores, de que são exemplo o petróleo e gás ou a agricultura, aquicultura e pesca, estas normas listam tópicos relevantes para cada setor, como resíduos, saúde e segurança ocupacional ou tributação (GRI STANDARDS, 2023), para que cada organização possa relatar os seus impactos adequadamente (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023). As normas Setoriais ajudam a identificar os impactos específicos de um setor e a determinar os tópicos materiais, complementando o processo para garantir que nenhum impacto relevante seja negligenciado (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023). Ainda que as *GRI Standards* permitam que uma organização relate informações abrangendo todos os seus impactos mais significativos na economia, meio ambiente e na sociedade ou que se concentre apenas em tópicos específicos, como mudanças climáticas ou trabalho infantil, a sua recomendação é relatar de acordo com as suas normas, as *GRI standards*, proporcionando uma visão completa dos impactos mais relevantes de uma organização (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023).

Porém, se uma organização não puder cumprir alguns requisitos para relatar de acordo com as *GRI standards*, ou se desejar relatar apenas informações específicas, pode optar por usar normas GRI selecionadas, mas relatar com referência às *GRI standards* (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023). Uma metodologia que ajuda a determinar quais os tópicos mais relevantes para relatar, auxiliando as organizações a divulgarem as suas contribuições, positivas ou negativas, para o desenvolvimento sustentável e que poderão ser, por si, usadas para diferentes finalidades, como, avaliar políticas e estratégias, orientar decisões ou estabelecer metas e objetivos (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020). Por sua vez, as partes interessadas, como os investidores, poderão utilizar essas informações para avaliar a integração do desenvolvimento sustentável na estratégia de uma organização, identificar riscos financeiros e avaliar o sucesso a longo prazo, enquanto os analistas, preparadores de políticas ou académicos as podem utilizar para desenvolver comparação, formulação de políticas ou investigação (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

Não obstante a grande aceitação que conseguiram alcançar, as GRI enfrentam críticas, como a ausência de contextualização adequada da sustentabilidade, a possibilidade de *greenwashing* e a necessidade de melhorias na verificação externa dos relatórios (Wu, Zhang, & Jinhong, 2020). São muitos aqueles que defendem que os relatórios oferecem apenas uma visão superficial da sustentabilidade das organizações e que a padronização excessiva pode limitar a comparação entre empresas de diferentes setores ou regiões (Villiers & Sharma, 2020). Não obstante as críticas, as *GRI standards* continuam a apresentar-se como uma ferramenta importante para a comunicação de esforços sociais e ambientais das empresas, promovendo uma maior

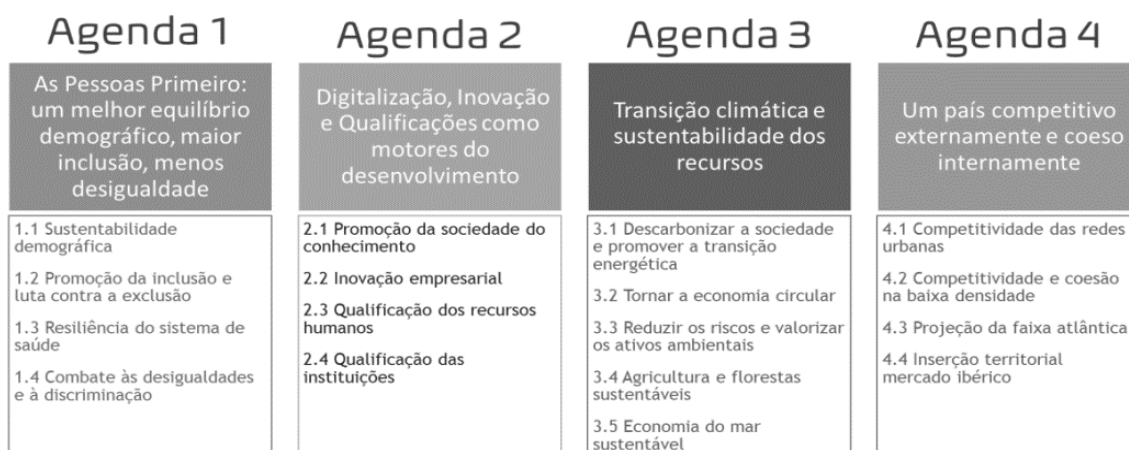
transparência e comparabilidade (Corrêa & Ribeiro, 2020). A adoção dessas práticas de sustentabilidade, quando bem fundamentadas, pode ajudar as empresas a alcançar uma melhor gestão de riscos, redução de custos e retenção de pessoal, enquanto reforça a credibilidade e a confiança dos *stakeholders* (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

## 1.5. Relato da Sustentabilidade em Portugal

Em Portugal, o relato da sustentabilidade tem procurado, desde o início, acompanhar as tendências globais, em particular as práticas corporativas que, na área da sustentabilidade, vêm sendo seguidas pelos países pioneiros nestas matérias (Schmidt, Truninger, Guerra, & Prista, 2018). Um dos primeiros e mais impactantes diplomas que integram a lei portuguesa neste âmbito, e que está ainda em vigor, é o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpôs para o direito nacional a Diretiva 2014/95/UE, também conhecida como Diretiva de Relatórios Não Financeiros (Monteiro, Roque, & Faria, 2024). No âmbito deste diploma, as empresas abrangidas pela Diretiva devem fornecer, nos seus relatórios anuais, informações não financeiras pertinentes relacionadas com os fatores ESG, como as condições de trabalho, direitos humanos, combate à corrupção, impactos ambientais e diversidade de género (Bauwhede & Cauwenberge, 2022). Porém, como esta Diretiva se dirige a empresas consideradas como "entidades de interesse público", a que, genericamente, correspondem as empresas cotadas e as grandes empresas, deixa de fora do seu âmbito de aplicação a maioria das empresas localizadas no espaço da UE (Bauwhede & Cauwenberge, 2022; Stolowy & Paugam, 2023). Atualmente, estamos a assistir, um pouco por todo o mundo, ao aparecimento de novas leis e regulamentações no âmbito da sustentabilidade, algumas recentemente publicadas e outras que se aguarda publicação a qualquer momento. Em linha com o Acordo Climático de Paris e com o *Green Deal* (Acordo Verde), a EU fez publicar, em 14 de dezembro de 2022, a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), Diretiva 2022/2464 (Monteiro, Roque, & Faria, 2024), relativa ao reporte de informação não financeira e que, a par de outras regulamentações a publicar e/ou entretanto já publicadas, representam o primeiro conjunto de *standards* publicados pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) e criam os elementos fundamentais do *Framework de Reporting* de sustentabilidade, no âmbito da nova estratégia da EU para a sustentabilidade (Stolowy & Paugam, 2023).

Com o objetivo de elevar o nível de qualidade das informações apresentadas pelas empresas, a respeito das suas práticas em prol da sustentabilidade, esta nova Diretiva vem consagrar a obrigatoriedade de as empresas elaborarem um relatório no qual deverão apresentar dados e informações sobre o impacto ambiental e social que as suas atividades económicas causam, bem como sobre informações não financeiras, utilizando, para o efeito, os *standards* publicados pelo EFRAG (Fornasari & Traversi, 2024). As empresas abrangidas terão de seguir normas europeias de sustentabilidade (Rodrigues S. , 2019). Por sua vez, e considerando que esta nova Diretiva ampliou o seu âmbito de aplicação, é esperado que, por comparação com a sua

antecessora, o número de empresas abrangidas seja significativamente maior. Portugal, à semelhança dos demais países com quem partilha o espaço da EU, continua a ser fortemente impactado pelo Pacto Ecológico Europeu e grandemente comprometido com os seus objetivos, que se refletem em áreas como os compromissos climáticos, as práticas agrícolas e a política de mobilidade (Comissão Europeia, 2019; Cochran, Mackenzie, & Brander, 2024), e que fez verter na "Estratégia Portugal 2030", que traduz num conjunto de objetivos e diretrizes, que podem ser resumidos na figura 7, em diferentes domínios e que o país estabeleceu para guiar o seu desenvolvimento até 2030.



**Figura 7.** As Quatro Agendas da Estratégia para o Portugal 2030

Fonte: República Portuguesa (2020).

Para prosseguir esta visão, e de acordo com a figura 7, foram definidas quatro agendas temáticas que incluem as pessoas, a digitalização, a inovação e qualificações e a transição climática (República Portuguesa, 2020). Uma nova filosofia que coloca as pessoas no centro das preocupações, com o propósito de construir uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, enquanto procura responder aos desafios do envelhecimento e da transição demográfica.

Ainda que as empresas em Portugal venham elaborando o relatório de sustentabilidade ou o relatório integrado, como meios para comunicarem aos *stakeholders* o seu desempenho em termos financeiros e também em relação a questões sociais e ambientais, a investigação disponível sobre o atual estado do relato da sustentabilidade em Portugal não só é ainda bastante escassa como as suas principais conclusões sugerem que, não obstante as empresas apresentarem uma estrutura de relato no âmbito da sustentabilidade que permite identificar uma tendência crescente e até algo otimista relativamente às preocupações em divulgar neste âmbito, a verdade é que esta propensão apenas se verifica no seio das grandes empresas ou em empresas que tenham um foco muito especializado na área da sustentabilidade (Lima B. , 2021). Uma outra tendência, que também é observada, permite identificar que a divulgação de informações neste âmbito acaba por colocar uma maior ênfase na componente qualitativa, o que de certa forma pode sugerir que este tipo de relato ainda é assumido pelas empresas nacionais

mais como uma ferramenta de *marketing* do que como um instrumento de divulgação de práticas que concorrem para a criação de valor integrado no longo prazo, ou seja, uma tendência que se baseia, fundamentalmente, em divulgar informações no âmbito da sustentabilidade apenas para dar conhecimento aos *stakeholders* e não tanto com a preocupação de os deixar verdadeiramente informados e convencidos dos seus investimentos nestes domínios (Lima B. , 2021).

Assim, e à semelhança do que se passa um pouco por todo o mundo, a importância do relato da sustentabilidade para as organizações em Portugal está ligada à crescente consciencialização para com os problemas ambientais e sociais que a sociedade vem enfrentando e que o foram convertendo em ferramenta essencial para demonstrar o compromisso e os esforços das organizações em divulgarem os seus impactos no meio ambiente e na sociedade à medida que os consumidores, investidores e outros *stakeholders* se tornam mais exigentes. A informação disponível permite constatar, também, que divulgar no âmbito da sustentabilidade é já uma prática em Portugal, ainda que para um número reduzido e limitado de empresas e sob uma abordagem ainda bastante simplista. Na verdade, a Diretiva 2014/95/EU, para além do seu âmbito de aplicação ser bastante restritivo, não estabelece uma estrutura de divulgação específica, o que dá às empresas uma maior liberdade para escolherem como divulgar e o que divulgar no âmbito da informação de natureza não financeira (Krik & Kozuch, 2024; Monteiro, Roque, & Faria, 2024).

Essa liberdade de escolha sobre como divulgar levou as empresas a optar, predominantemente, por adotar as normas de relato disponíveis, especialmente as GRI Standards, nos seus relatórios de sustentabilidade, uma vez que esse é o padrão mais amplamente utilizado em todo o mundo (KPMG, 2022) ainda que outras, mas menos comuns, tenham optado por criar um modelo de divulgação mais ligeiro, dando apenas conhecimento aos *stakeholders* de que estão a cumprir, ou seja, não manifestando grande preocupação em estabelecer conexões e identificar impactos.

## **1.6. As GRI standards como suporte à elaboração do Relatório de Sustentabilidade**

Sendo claro que vivemos um momento em que se pretende alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entendido como um mecanismo que satisfaz as necessidades atuais sem colocar em causa a prossecução da satisfação das necessidades das gerações futuras (Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020), e que as entidades, no decorrer da execução das suas atividades, contribuem positiva e negativamente para o desenvolvimento sustentável, estes elementos são fundamentais e devem ser tidos em conta para que este objetivo possa ser atingido (Corrêa & Ribeiro, 2020; Chersan, 2016). Para o efeito, as *GRI standards* apresentam-se como as mais usualmente utilizadas (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023). Ainda que as entidades possam decidir que informações devem incluir num Relatório de Sustentabilidade e

como assegurar a qualidade da informação prestada, só poderá declarar que elaborou o seu Relatório de Sustentabilidade segundo as *GRI standards* se cumprir com todos os requisitos (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

A GRI oferece diferentes opções de adesão às suas normas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, permitindo que as empresas escolham o nível de profundidade e abrangência conforme suas necessidades e maturidade em práticas de sustentabilidade. As duas principais opções são a "Standard Essencial" e a "Standard Abrangente" (GRI STANDARDS, 2023). A opção "Essencial" exige que a empresa reporte apenas os temas materiais mais significativos, com informações gerais e de impacto relevante, sendo ideal para empresas iniciantes no processo de sustentabilidade. Já a opção "Abrangente" é mais completa, exigindo a cobertura total de todos os impactos sociais, ambientais e económicos, indicada para empresas que querem relatar de forma detalhada as suas ações, exigindo mais recursos e esforço (GRI STANDARDS, 2023).

Além dessas duas opções principais, a GRI oferece alternativas adicionais que proporcionam maior flexibilidade. As empresas podem optar por usar normas setoriais específicas, focando em particularidades de seus setores económicos, como finanças, petróleo e gás, ou agricultura, complementando as normas gerais da GRI (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023) como é o caso da norma para o setor de Petróleo e Gás (GRI 11: Oil and Gas Sector), que foca em temas como emissões de gases de efeito estufa, derramamentos, entre outros, assim como o impacto nas comunidades locais e nos direitos humanos (GRI STANDARDS, 2023). A Norma para o setor de Carvão (GRI 12: Coal Sector), por sua vez, é voltada para a mineração de carvão e trata da extração de recursos, das emissões geradas pela queima de carvão, dos impactos na biodiversidade e das condições de trabalho em minas, além de abordar o fechamento de minas e seus efeitos sobre as comunidades locais. A Norma para Agricultura, Aquicultura e Pesca (GRI 13: Agriculture, Aquaculture, and Fishing Sectors) aborda o uso da terra e dos recursos hídricos, a segurança alimentar, as mudanças climáticas, o impacto na biodiversidade e questões trabalhistas, incluindo os direitos dos trabalhadores agrícolas e das comunidades locais (GRI STANDARDS, 2023).

As normas setoriais da GRI são importantes porque fornecem uma estrutura específica que ajuda as empresas a lidar com questões relevantes para seus respectivos setores, incentivando uma divulgação mais precisa e transparente dos seus impactos (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023). Elas também permitem comparações significativas entre empresas do mesmo setor, facilitando a avaliação do desempenho em sustentabilidade. Essas normas estão em constante evolução à medida que novos desafios e prioridades surgem nas diferentes indústrias, e a GRI continua a trabalhar com especialistas e partes interessadas para expandir e atualizar essas diretrizes (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023). A tabela 1 descreve as principais normas GRI, destacando seus conteúdos e o nível de obrigatoriedade, oferecendo uma visão clara das diretrizes que orientam a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

**Tabela 1.** Resumo das Normas GRI

Norma	Conteúdo
GRI 101 - Fundamentos	<b>Conteúdo:</b> Apresenta os princípios de relato com o objetivo de definir o conteúdo e a qualidade do relatório de sustentabilidade. <b>Obrigatoriedade:</b> A utilização desta norma é obrigatória.
GRI 102 - Conteúdos Gerais	<b>Conteúdo:</b> Usada para relatar informações contextuais e práticas gerais de sustentabilidade da empresa. <b>Obrigatoriedade:</b> Alguns conteúdos desta norma são obrigatórios, dependendo da opção escolhida: <b>Essencial:</b> Tópicos 102-1 a 102-14; 102-16; 102-18 e 102-40 a 102-56. <b>Abrangente:</b> Todos os tópicos são obrigatórios.
GRI 103 - Forma de Gestão	<b>Conteúdo:</b> Utilizada para relatar como a empresa gerencia temas materiais em sustentabilidade. <b>Obrigatoriedade:</b> Obrigatória para todos os tópicos materiais relatados.
GRI 200 - Tópicos Económicos	<b>Conteúdo:</b> Foca em tópicos materiais e no relato de informações económicas das empresas, alinhadas aos dados financeiros e demonstrações. <b>Obrigatoriedade:</b> Não obrigatória. Os tópicos podem ser escolhidos de acordo com o interesse de relato da organização.
GRI 300 - Tópicos Ambientais:	<b>Conteúdo:</b> Trata de tópicos materiais relacionados ao impacto ambiental e à gestão de recursos naturais. <b>Obrigatoriedade:</b> Não obrigatória. Os tópicos podem ser escolhidos de acordo com o interesse de relato da organização.
GRI 400 - Tópicos Sociais	<b>Conteúdo:</b> Refere-se a tópicos materiais relacionados a questões sociais e de responsabilidade corporativa. <b>Obrigatoriedade:</b> Não obrigatória. Os tópicos podem ser escolhidos de acordo com o interesse de relato da organização.

Fonte: GRI STANDARDS (2023); GRI (2022).

As normas da GRI fornecem um *framework* estruturado para que as organizações possam relatar seu desempenho em áreas económicas, ambientais e sociais, alinhando suas atividades aos princípios globais de sustentabilidade. No contexto das empresas que compõem o PSI, a adoção dessas normas reflete o compromisso das mesmas com uma gestão responsável e sustentável.

A tabela 1 resume as normas da GRI e suas respectivas obrigatoriedades no contexto de relatórios de sustentabilidade. A norma GRI 101 – Fundamentos é a base dos relatórios e apresenta os princípios de relato, com o objetivo de definir o conteúdo e assegurar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. A utilização desta norma é obrigatória para todas as empresas que utilizam o framework da GRI. A GRI 102 – Conteúdos Gerais é utilizada para relatar informações contextuais e práticas gerais da empresa em relação à sustentabilidade.

Parte do conteúdo desta norma é obrigatória, dependendo da opção de adesão escolhida pela empresa. Para aquelas que optam pela versão “Essencial”, os tópicos obrigatórios incluem os de número 102-1 a 102-14, 102-16, 102-18, e de 102-40 a 102-56. No caso da versão “Abrangente”, todos os tópicos são obrigatórios, proporcionando um nível mais completo de transparência. A GRI 103 – Forma de Gestão também é uma norma de uso obrigatório e tem

como foco a maneira como a empresa faz a gestão dos temas materiais que foram identificados como relevantes no seu relatório de sustentabilidade.

A análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas é essencial para compreender como as organizações gerenciam questões económicas, ambientais e sociais. No contexto português, as empresas do PSI, que representam as maiores corporações cotadas na bolsa de valores, são particularmente relevantes para a investigação dessas práticas.

A tabela 2 fornece uma visão detalhada das normas GRI, evidenciando a complexidade e a abrangência dos indicadores que as empresas do PSI devem considerar em seus relatórios de sustentabilidade. A tabela divide os indicadores em categorias como económicos, ambientais, sociais e *disclosures* gerais, oferecendo uma base sólida e padronizada para as empresas medirem e divulgarem seus impactos de forma transparente e comparável.

Cada grupo de indicadores reflete um aspeto vital da sustentabilidade corporativa, desde a governança e o desempenho económico até as responsabilidades ambientais e sociais. Ao adotarem essas normas, as empresas não apenas garantem a transparência e a integridade de suas operações, mas também demonstram um compromisso firme com a sustentabilidade, que é fundamental para sua longevidade e sucesso no mercado global.

Analisar como as empresas do PSI aplicam essas normas permitirá uma compreensão mais profunda de suas práticas e contribuirá para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade mais eficazes no futuro.

**Tabela 2.** Normas e Indicadores GRI

<b>Grupos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Quantidade de Indicadores</b>
<b>Disclosures Gerais</b>	Perfil Organizacional	13
	Estratégia	2
	Ética e Integridade	2
	Governança	22
	Envolvimento das partes interessadas	5
	Práticas de Relato	12
<b>Económicos</b>	201 Desempenho Económico	4
	202 Presença no Mercado	2
	203 Impactos Económicos Indiretos	2
	204 Práticas de Compras	1
	205 Anticorrupção	3
	206 Comportamento anticompetitivo	1
	207 Imposto	4
<b>Ambientais</b>	301 Materiais	3
	302 Energias	5
	303 Água e Efluentes	3
	304 Biodiversidade	4
	305 Emissões	7
	306 Efluentes e Resíduos	5
	307 Conformidade Ambiental	1
	308 Avaliação Ambiental de Fornecedores	2
<b>Sociais</b>	401 Emprego	3
	402 Relações de Trabalho	1
	403 Saúde e Segurança no Trabalho	4
	404 Capacitação e Educação	3
	405 Diversidade e Igualdade de Oportunidades	2
	406 Não Discriminação	1
	407 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	1
	408 Trabalho Infantil	1
	409 Trabalho Forçado ou Obrigatório	1
	410 Práticas de segurança	1
	411 Direitos dos povos indígenas	1
	412 Avaliação dos direitos humanos	3
	413 Comunidades locais	2
	414 Avaliação social dos fornecedores	2
	415 Política pública	1
	416 Saúde e segurança do cliente	2
	417 Marketing e rotulagem	3
	418 Privacidade do cliente	1
	419 Conformidade Socioeconómica	1

Fonte: GRI STANDARDS (2023); GRI (2022).

A análise da tabela 2 permite-nos verificar que as normas GRI estão organizadas em várias categorias, cada uma aborda aspetos específicos da performance e gestão empresarial em termos de sustentabilidade. A categoria de *Disclosures* Gerais, composta por 6 sub-indicadores, abrange elementos fundamentais como perfil organizacional, estratégia, ética e integridade, governança, envolvimento das partes interessadas e práticas de relato. Destaca-se o foco em governança, que conta com 22 indicadores, sublinhando a importância de uma estrutura robusta para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão empresarial.

Os indicadores económicos totalizam 7 e examinam o desempenho económico das empresas, incluindo práticas de compras, anticorrupção, presença no mercado e impacto económico indireto. Esses indicadores são cruciais para avaliar como as empresas geram valor económico de maneira sustentável e como suas operações impactam o mercado e a sociedade.

A dimensão ambiental conta com 8 indicadores, abordando desde o uso de materiais e energia até as emissões e a conformidade ambiental. A ênfase nessa categoria está na gestão dos recursos naturais e na minimização dos impactos ambientais das operações empresariais. O indicador de "Emissões" recebe destaque especial, com 7 subindicadores, refletindo a crescente preocupação com as mudanças climáticas.

Por fim, a categoria social é a mais extensa, com 19 indicadores, abordando questões que vão desde emprego e relações de trabalho até saúde e segurança no trabalho, diversidade e igualdade de oportunidades, direitos humanos e a interação com comunidades locais. Esta categoria destaca a responsabilidade das empresas em promover práticas justas e inclusivas, tanto internamente quanto externamente, sublinhando a importância do respeito aos direitos humanos e da contribuição positiva para a sociedade.

Como foi possível ver anteriormente, a versão mais atual das orientações da GRI, para as *GRI standards*, encontra-se dividida em quatro séries principais, as GRI 100, 200, 300 e 400, para incorporar Normas Universais, de princípios fundamentais (GRI 100), e Normas Específicas (GRI 200, 300 e 400), para aspetos económicos, sociais e ambientais, respetivamente, permitindo que as organizações relatem o seu desempenho de maneira padronizada e comparável (Global Reporting Initiative, 2024).

Neste sentido, nas tabelas 3 a 5, que se seguem, apresentam-se os principais indicadores para a perspetiva económica, ambiental e social, respetivamente. A Tabela 3 compreende os indicadores económicos, que englobam desde o desempenho económico direto até às práticas de compra e comportamento anticorrupção, e que são essenciais para entender como as empresas contribuem para o desenvolvimento económico e para a transparência e responsabilidade corporativa.

**Tabela 3.** Indicadores Categoria Económica

Indicadores Categoria Económica	
201	Desempenho económico
202	Presença no mercado
203	Impactos económicos indiretos
204	Práticas de compras
205	Anticorrupção
206	Comportamento anticompetitivo
207	Imposto

Fonte: GRI STANDARDS (2023); *GRI (2022)*.

A análise da tabela 3 permite concluir que os indicadores selecionados oferecem uma estrutura robusta para avaliar e comunicar o impacto económico das organizações, cobrindo aspetos cruciais como o desempenho económico, a presença no mercado, os impactos económicos indiretos, as práticas de compras, anticorrupção, comportamento anticompetitivo e impostos. A adoção desses indicadores pelas empresas promove a transparência e a responsabilidade e sustentabilidade, contribuindo para um ambiente de negócios mais ético e sustentável. Através do uso adequado desses indicadores, as organizações podem melhorar a sua reputação e relacionamento com os *stakeholders* e impulsionar o seu desempenho económico.

Na continuação apresentam-se os indicadores para a categoria ambiental, conforme Tabela 4, essenciais para que as organizações possam monitorizar e melhorar o seu desempenho ambiental, promovendo práticas mais sustentáveis e reduzindo os impactos negativos ao meio ambiente.

**Tabela 4.** Indicadores Categoria Ambiental

Indicadores Categoria Ambiental	
301	Materiais
302	Energias
303	Águas e efluentes
304	Biodiversidade
305	Emissões
306	Efluentes e resíduos
307	Conformidade ambiental
308	Avaliação ambiental de fornecedores

Fonte: GRI STANDARDS (2023); *GRI (2022)*.

A análise da tabela 4, permite concluir que estes indicadores incluem aspetos críticos como o uso de materiais, consumo de energia, gestão da água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, conformidade ambiental ou, ainda, a avaliação ambiental de fornecedores, pelo que proporcionam uma estrutura suficientemente detalhada para que as organizações possam avaliar e relatar os seus impactos ambientais. Por isso, a implementação destes indicadores não só ajuda as organizações a cumprirem com as suas responsabilidades ambientais como fortalece a sua reputação junto dos *stakeholders*, promovendo a transparência e a sustentabilidade. Ao adotar estas práticas, as organizações contribuem para a proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável a longo prazo (Ponce & Khare, 2020).

Por fim, apresentam-se na tabela 5, os principais indicadores para a categoria social, que incluem aspetos como o emprego, as relações de trabalho, a saúde e segurança no trabalho ou a diversidade e igualdade de oportunidades. Esses indicadores permitem que as organizações monitorizem e melhorem o seu desempenho social, promovendo um ambiente de trabalho justo e seguro, bem como relações positivas com as comunidades e outros *stakeholders*.

**Tabela 5.** Indicadores Categoria Social

Indicadores Categoria Social	
401	Emprego
402	Relações de trabalho
403	Saúde e Segurança no trabalho
404	Capacitação e educação
405	Diversidade e igualdade de oportunidades
406	Não discriminação
407	Liberdade de associação e negociação coletiva
408	Trabalho infantil
409	Trabalho forçado ou obrigatório
410	Práticas de segurança
411	Direitos dos povos indígenas
412	Avaliação dos direitos humanos
413	Comunidades locais
414	Avaliação social dos fornecedores
415	Política pública
416	Saúde e segurança do cliente
417	Marketing e rotulagem
418	Privacidade do cliente
419	Conformidade Socioeconómica

Fonte: GRI STANDARDS (2023); GRI (2022).

A análise da tabela 5 permite concluir que os indicadores utilizados, ao abordarem áreas fundamentais como o emprego, as condições de trabalho, a saúde e segurança, os direitos humanos, a diversidade ou as relações com as comunidades locais, fornecem uma estrutura suficientemente abrangente para que as organizações possam relatar os seus impactos sociais. A sua adoção ajudará as organizações a garantir práticas sociais mais responsáveis, promover a igualdade e a inclusão e fortalecer a confiança de *stakeholders*. Assim, ao implementar estas práticas, as organizações contribuem para o bem-estar social e para o desenvolvimento sustentável, criando valor tanto para a sociedade quanto para os negócios.

## **Capítulo II – Metodologia e Apresentação de Resultados**

## 2. O relato da sustentabilidade nas empresas do PSI

### 2.1. Metodologia de investigação

Recordamos que a presente investigação se desenvolve no âmbito dos desafios da sustentabilidade, mais concretamente com o propósito de analisar a estrutura de relato da sustentabilidade das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integram o PSI e, nesse âmbito, identificar o nível de compreensão acerca dos seus impactos ambientais, como estão a relatá-los e que fatores influenciam a sua divulgação, incluindo a análise da adoção das *GRI standards*, avaliando como essas empresas adotam e implementam essas normas nos seus relatórios de sustentabilidade.

Para lhe dar resposta, o trabalho a desenvolver segue uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória e descritiva em relação aos seus objetivos, pois não se aplica à formulação de hipóteses que podem surgir durante o processo (Creswell, 2013). Destaca-se que a pesquisa descritiva sinaliza as características de um fenómeno específico, pelo que o seu foco está na atribuição de significados e na interpretação de fenómenos. Com efeito, o estudo segue uma metodologia de natureza qualitativa, com uma forte componente interpretativa, um tipo de investigação que implica enquadrar e interpretar o objeto no seu contexto social e compreender como evoluiu ao longo do tempo (Alase, 2017). Não obstante as limitações que este tipo de metodologia possa aportar, a comunidade científica atribui, no âmbito das ciências sociais, importância aos estudos qualitativos baseados em uma investigação interpretativista.

Em conformidade, o trabalho inicia com uma revisão de literatura, efetuada com ênfase nos conceitos de desenvolvimento sustentável e do seu relato para, na continuação, e com recurso a uma componente empírica, se aferir acerca da estrutura de relato, grau de compreensão e suas motivações no contexto das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, mais concretamente no âmbito das empresas que integram o PSI.

A decisão de usar as empresas do PSI passa, fundamentalmente, pelo facto de se tratar de um grupo de empresas cotadas e, por isso, obrigadas por lei a disponibilizar informação não financeira em quantidade e qualidade, que, por comparação com as não cotadas, deverá apresentar um nível que seja suficientemente capaz de nos ajudar a alcançar o objetivo definido para este estudo. Destaca-se, ainda, que se trata de um índice que integra empresas de diversos setores de atividade e que, ao ser definido com base na capitalização bolsista e liquidez das suas ações, representa, dentro do universo das empresas cotadas em Portugal, o conjunto daquelas que apresentam maior relevância no mercado financeiro português e, naturalmente, com maior impacto na economia nacional. As empresas cotadas têm, por norma, o capital aberto, pelo que, as suas ações são negociadas no mercado de capitais, ou seja, permitindo que os investidores comprem e vendam essas ações sem restrições. O índice PSI é determinado com base na capitalização bolsista e liquidez das ações, pelo que inclui as empresas mais importantes em Portugal em termos de liquidez e capitalização de mercado.

A recolha de dados será feita com base em fontes de dados secundários, fundamentalmente com base em análise documental, nomeadamente regulamentos, diretrizes e relatórios. Inicia com a análise dos normativos e demais diretrizes publicadas, a nível nacional e internacional, para orientar na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e/ou dos relatórios integrados, com o propósito de procurar identificar uma eventual evolução na adoção de uma “estrutura padrão” de relatório e, na continuação, com recurso à análise dos relatórios elaborados e divulgados pelas empresas da amostra, ao longo de um período de 5 anos, de 2017 a 2021 inclusive, procurar alcançar qual é o nível de compreensão existente, que procedimentos utilizam e quais os fatores influenciadores.

Neste particular, a primeira iniciativa passa por fazer um levantamento das entidades cotadas na *Euronext* Lisboa e, neste universo, as que integram o PSI (até 2021), representativas da população objeto de estudo, e, dentro destas, verificar quais as que divulgam nos domínios da sustentabilidade, como o fazem e com que motivações. A tabela 6 apresenta a composição do índice PSI para o período em análise (de 2017 a 2021, inclusive).

**Tabela 6.** Composição do PSI no período em análise

<b>Empresas (19)</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Altri</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Banco Comercial Português</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Corticeira Amorim</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>CTT</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>EDP</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>EDP Renováveis</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Galp</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Ibersol</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Jerónimo Martins</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Mota-Engil</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>NOS</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Novabase</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Pharol</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Ramada Investments</b>	X	X	X	✓	✓
<b>REN</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>SEMAPA</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Sonae</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Sonae Capital</b>	✓	✓	✓	X	X
<b>The Navigator Company</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>

Fonte: Elaboração própria.

A análise da tabela 6 permite concluir acerca de uma certa estabilidade relativamente ao número e empresas que compõem o PSI durante os cinco anos analisados. Ainda que seja possível

verificar que o PSI integrava, no período em análise, 19 empresas, a “Ramada Investments” entra para o índice em 2020, ano de saída da “Sonae Capital” do índice, fazendo com que o índice se apresente constituído por 18 empresas e com 17 das 19 a manterem-se constantes ao longo de todo o período em análise, de 2017 a 2021, inclusive. Esta consistência proporciona uma base sólida para a análise longitudinal do relato da sustentabilidade, ou seja, permitindo uma avaliação consistente acerca da evolução das práticas de divulgação de sustentabilidade dessas empresas.

A análise aos relatórios das empresas do PSI, considerando a sua adesão e conformidade com as *GRI standards*, será tomada como ponto de partida e considerada como crucial para compreender as tendências e desafios no relato de sustentabilidade em Portugal. A análise dos relatórios de sustentabilidade permitirá identificar padrões de boas práticas, lacunas e áreas para melhoria na transparência e na gestão dos impactos ambientais pelas empresas do índice PSI.

## **2.2. Caracterização da amostra**

Uma boa caracterização da amostra apresenta-se como um passo prévio e fundamental para uma adequada compreensão e cumprimento dos objetivos definidos. Para o efeito, recordamos que a amostra é formada pelo conjunto das empresas portuguesas cotadas no mercado de capitais da *Euronext* Lisboa, mais precisamente as que integram o índice PSI, no período de 2017 a 2021.

Na Tabela 7, que se segue, apresentam-se as entidades que integram o PSI classificadas por setores de atividade, de acordo com a classificação "*Industry Classification Benchmark*" (ICB), um sistema de classificação desenvolvido pela FTSE Russell para categorizar empresas e valores de acordo com sua atividade principal.

Esclarece-se, a propósito da tabela 7, que o ICB apresenta uma estrutura hierárquica em quatro níveis, Indústria, Supersetor, Setor e Subsetor, abrangendo 11 indústrias principais subdivididas em 20 supersectores, 45 setores e 173 subsectores. As principais categorias incluem Material Básico, Consumo Discrecional, Consumo Básico, Energia, Finanças, Saúde, Indústrias, Tecnologia, Telecomunicações, Serviços Públicos e Imobiliário.

O ICB proporciona uma maneira coerente e padronizada de classificar empresas, pelo que é amplamente utilizado por investidores, gestores de fundos, analistas financeiros e meios de comunicação para facilitar a comparação de desempenho, a construção de carteiras diversificadas e a análise setorial (FTSE RUSSEL).

**Tabela 7.** Classificação ICB das empresas constituintes do PSI

<b>Empresas (19)</b>	<b>Setor (ICB)</b>
<b>Altri</b>	Produtos industriais gerais
<b>Banco Comercial Português</b>	Bancos
<b>Corticeira Amorim</b>	Bens de Consumo
<b>CTT</b>	Transporte Industrial
<b>EDP</b>	Eletricidade
<b>EDP Renováveis</b>	Eletricidade
<b>Galp</b>	Produção de Petróleo e Gás
<b>Ibersol</b>	Viagens e Lazer
<b>Jerónimo Martins</b>	Retalho
<b>Mota-Engil</b>	Construção e materiais
<b>NOS</b>	Telecomunicações
<b>Novabase</b>	Tecnologias de Informação
<b>Pharol</b>	Telecomunicações
<b>Ramada Investments</b>	Produtos industriais gerais
<b>REN</b>	Eletricidade
<b>SEMAPA</b>	Silvicultura e papel
<b>Sonae</b>	Retalho
<b>Sonae Capital</b>	Serviços Financeiros
<b>The Navigator Company</b>	Silvicultura e papel

Fonte: Elaboração própria.

A análise da tabela 7 permite constatar que o índice PSI compreende um conjunto diversificado de setores, desde os serviços financeiros à produção de petróleo e gás, passando pela eletricidade, telecomunicações e retalho. Uma diversidade setorial que, à partida, promete diferentes abordagens e desafios para cada empresa no contexto da sustentabilidade. Procurar compreender como cada uma destas entidades encara os seus impactos ambientais e como os está a relatar as suas práticas sustentáveis, apresenta-se como uma boa base para identificar as tendências e as práticas no mercado português como, também, oferece *insights* valiosos para a formulação de políticas e estratégias empresariais mais responsáveis e sustentáveis. Acredita-se, assim, que este trabalho poderá contribuir para uma compreensão mais aprofundada da integração da sustentabilidade nas principais empresas portuguesas, destacando a importância deste tema no cenário corporativo atual.

Tal como já referimos, as empresas que integram a amostra abrangem uma ampla gama de setores da economia portuguesa, que vão do setor financeiro ao energético, passando pelas telecomunicações, saúde, transporte e logística, turismo e lazer e setor tecnológico. No período de análise (de 2017 a 2021) este índice era composto por um conjunto de 19 empresas, que passamos a descrever.

### **i. Altri, SGPS, S.A.**

A Altri, SGPS, S.A. foi fundada em 2005 e atua no setor de papel e celulose, produzindo pasta de celulose e papel kraft branqueado para alimentar o foco principal da sua atividade, que é a fabricação de componentes essenciais para uma variedade de produtos de papel, como papéis de escrita, papéis de impressão e embalagens. Para o efeito, dispõe de várias fábricas em Portugal, localizadas estrategicamente para aproveitar matérias-primas florestais, como pinheiros e eucaliptos, usadas na fabricação de celulose. Considerada um dos melhores produtores de fibras de eucalipto branqueadas na Europa, com base em três fábricas de fibras celulósicas, “Celbi”, “Caima” e “Biotek”, que produzem mais de um milhão de toneladas por ano, a Altri é um nome de referência no setor de fibras celulósicas na Europa.

O setor de massas e papel do grupo é um excelente exemplo de economia circular, pois utiliza de forma eficiente os recursos renováveis. Quase 95% das matérias-primas utilizadas são renováveis e a estratégia do grupo maximiza a utilização de todos os subprodutos resultantes dos seus processos e atividades. Apresentou relatórios anuais de sustentabilidade no período entre 2017 e 2021, detalhando as atividades e resultados relevantes no plano ambiental e socioeconómico do Grupo Altri. Os Relatórios atendem aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE, referente à divulgação de informação não financeira, abrangendo o Grupo Altri. Em conformidade com esses diplomas, o Relatório apresenta dados suficientes para a compreensão da evolução do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo em questões ambientais e sociais. Inclui informações sobre trabalhadores, igualdade de gênero, não discriminação, Direitos Humanos e combate à corrupção e suborno. O relatório foi elaborado de acordo com os GRI Standards na opção "De acordo" – Essencial.

### **ii. Banco Comercial Português (BCP)**

O BCP, atualmente conhecido por Millennium BCP, foi fundado em 1985 e é atualmente o maior banco privado português. A evolução do Grupo surge marcada pelo aparecimento da marca Millennium, para distinguir as atividades financeiras e de serviços bancários em Portugal e em vários mercados internacionais, como Polónia, Moçambique, Angola (através da associada BMA) e China (Macau). Além disso, o grupo mantém a sua presença internacional através de escritórios de representação, protocolos comerciais e outros métodos.

O Grupo BCP adotou políticas de sustentabilidade que promovem uma cultura de responsabilidade social, para manter o bem-estar das pessoas, da empresa e das comunidades ao seu redor e preservar o meio ambiente, os recursos naturais e o clima, tendo como objetivo principal melhorar a proposta de valor da organização a longo prazo. A abordagem de sustentabilidade do grupo baseia-se, assim, nas tendências mais importantes de reporte e desempenho em questões ambientais, sociais e de governo, tanto a nível nacional quanto internacional, e inclui uma variedade de objetivos relacionados com as tendências mais recentes

em relação ao relato de informação não financeira e finanças sustentáveis. Esses objetivos incluem seguir os Princípios de Banca Responsável das Nações Unidas (UNEP FI), cumprir as metas definidas nos ODS da ONU e se ajustar às novas diretrizes da UE sobre relato não financeiro, incluindo as recomendações da Task Force on Climate. O documento foi elaborado seguindo as diretrizes do GRI Standards (Global Reporting Initiative) na opção "in accordance core" e o suplemento do setor financeiro. Também adota os princípios de inclusão, materialidade e resposta da Norma AA1000APS (2008) e foi verificado por uma entidade externa de acordo com os princípios da International Standard on Assurance Engagements 3000.

### **iii. Corticeira Amorim, SGPS, S.A.**

A Corticeira Amorim, SGPS, S.A., cujas origens remontam ao século XIX, tornou-se a maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, fazendo negócios em mais de 100 países e com um registo de volume de negócios superior a 1.021 milhões de euros por meio de uma rede de dezenas de subsidiárias. Investe milhões de euros anualmente em pesquisa e desenvolvimento para promover a sua matéria-prima única e a partir da qual desenvolve uma ampla gama de produtos, soluções e materiais que são utilizados em algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como as indústrias de vinhos, aeroespacial, automóvel, construção, desporto, arquitetura e design.

O objetivo atual da Corticeira Amorim é claro e direto: ser sustentável por natureza. A sua estratégia de sustentabilidade está alinhada com os seus valores, missão e políticas internas, bem como com os ODS da ONU. Este Relatório de Sustentabilidade faz parte do Relatório Anual Consolidado da Corticeira Amorim e destaca seu compromisso com a sustentabilidade. Foi elaborado de acordo com as diretrizes das GRI Standards para o nível core, atendendo aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017 e ao artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais como Demonstração Não Financeira Consolidada. Também cumpre o artigo 8º do Regulamento da Taxonomia e o artigo 10 (2) do Ato Delegado., e demonstram como a empresa encara a sustentabilidade, promovendo os temas ESG no negócio e aprovando objetivos, iniciativas e ações prioritárias estratégicas nestes domínios. A integração das questões ESG no negócio e a governança dos temas da sustentabilidade são responsabilidades da Comissão Executiva, que reúne pelo menos uma vez por ano para examinar a abordagem aos temas ESG, a definição de metas e a performance, e verificar o relato.

### **iv. CTT, Correios de Portugal, S.A.**

Os CTT, hoje conhecidos como Correios de Portugal, S.A., têm uma história que remonta a 1520, ano do início do serviço de correio em Portugal. Tendo como principal atividade fornecer uma variedade de serviços postais, opera também no setor financeiro, fornecendo serviços bancários, por meio de sua extensa rede de agências e locais de atendimento em todo o país. Em 2013,

com a privatização de uma parte dos CTT, as suas ações passaram a ser negociadas em bolsas de valores.

O grupo elabora e divulga Relatórios Integrados, que fornecem informações sobre a estratégia, a gestão e o desempenho dos principais vetores de negócios do universo empresarial, todos vistos a partir do ponto de vista da criação de valor sustentável. Adicionalmente, são analisados os riscos inerentes à atividade e, de acordo com as diretrizes propostas pelo IIRC, são discutidos os diferentes tipos de capital (financeiro, humano, intelectual, social e natural) que os CTT incorporam, fornecendo, também, informações sobre o governo da sociedade e o desempenho dos principais fatores de sustentabilidade. Os CTT cumprem as obrigações do artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, conforme o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, ao divulgar anualmente informações integradas de gestão e não financeiras. Estas incluem dados sobre áreas ambientais, sociais, trabalhadores, igualdade de gênero, não discriminação, direitos humanos, combate à corrupção, tentativas de suborno e governança corporativa.

Este relato foi elaborado de acordo com os GRI Standards: *Comprehensive Option A* estrutura e o conteúdo dos relatórios seguem as diretrizes da GRI, os objetivos da nova taxonomia verde europeia, o regulamento de qualificação das atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental e as recomendações da CMVM sobre sustentabilidade. Ao longo do período em análise, os CTT atendem a um conjunto significativo de recomendações relativas ao governo societário, usando para o efeito o modelo de relatório constante do Regulamento CMVM e as recomendações do Código IPCG na sua redação atual.

#### **v. EDP - Energias de Portugal, S.A.**

A EDP - Energias de Portugal, S.A., fundada em 1976, é uma das principais empresas de energia elétrica em Portugal e uma das maiores do mundo, trabalhando em várias áreas do setor energético, como a geração, distribuição e comercialização de eletricidade e gás natural. A empresa demonstra o seu compromisso com a sustentabilidade e a transição para uma matriz energética mais limpa, ao investir em projetos de energia renovável e em iniciativas para reduzir as emissões de carbono das suas operações.

Além disso, ela está envolvida na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias energéticas complexas, como o uso de armazenamento de energia e tecnologias de gerenciamento de redes inteligentes. Vem demonstrando total compromisso com o progresso na luta contra o aquecimento global, tanto internamente quanto com os parceiros ou por meio da participação em iniciativas globais. A sua estratégia social concentra-se na transição energética justa em comunidades em todo o mundo, apoiando o lançamento de bairros solares para promover a partilha de energia entre comunidades que usam energia renovável.

A empresa se compromete firmemente com os dez princípios do Global Compact das NU para atingir um mundo mais sustentável, tendo em conta os valores de respeito pelos direitos

humanos, emprego e desenvolvimento sustentável, proteção do ambiente e luta contra a corrupção. Há mais de vinte anos que a EDP vem investindo em tecnologias sustentáveis, com soluções de energia solar descentralizada, mobilidade elétrica e outros produtos e serviços que aumentam a eficiência energética, desenvolvendo produtos e serviços que ajudem as empresas a aproveitar as oportunidades criadas pela digitalização e avanços tecnológicos.

Finalmente, a empresa continua a trabalhar para abordar a vulnerabilidade de indivíduos e comunidades por meio de (i) esforços para diminuir a pobreza energética e (ii) projetos de acesso à energia, investindo em empresas promissoras no domínio do acesso à energia e cofinanciamento de projetos promovidos principalmente por organizações não governamentais.

O Relatório de Sustentabilidade do grupo EDP é feito de acordo com as diretrizes globais, a Iniciativa de Relato (GRI Standards) – Opção Abrangente e a Diretiva de Relato Não Financeiro 2014/95 UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014, especificamente, divulgação nos termos do artigo 66.º-B e aprovação pela assembleia geral nos termos do artigo 65.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais com o objetivo de apresentar claramente o desempenho do grupo em várias áreas da sustentabilidade.

#### **vi. EDP Renováveis, S.A.**

A EDP Renováveis, S.A. (EDPR), fundada em 2007, é uma importante empresa global de energia renovável e uma subsidiária da EDP - Energias de Portugal, uma das maiores empresas de energia da Europa e que se concentra, como a sua designação sugere, na geração de eletricidade de fontes renováveis como energia eólica e solar. Sediada em Madrid e com escritórios regionais importantes em Houston, São Paulo e Singapura, opera em 28 mercados da Europa, América do Norte, América do Sul e Ásia/Pacífico, fazendo dela a quarta maior produtora de energias renováveis do mundo.

A sua carteira de desenvolvimento inclui ativos de primeira linha e capacidade operacional que lhe permitem liderar o mercado em energias renováveis. As suas políticas estão também orientadas para os funcionários, integrando o Índice de Igualdade de Género da Bloomberg e tendo sido classificada no ano de 2022 como “Melhor Local de Trabalho” nos Estados Unidos e Brasil e “Melhor Empregador” na Europa (Espanha, Itália, França, Roménia, Portugal e Polónia). Os Relatórios Anuais da entidade foram elaborados de acordo com as Normas GRI na sua opção Core, e esses Padrões foram assegurados de forma independente de acordo com a ISAE 3000 pela PwC.

A empresa possui uma Política Ambiental que visa proteger o clima, engajar-se com a biodiversidade e preservar os recursos naturais, as suas principais ações incluem a produção de energia limpa a partir de fontes renováveis, como energia eólica e solar, e o uso eficiente de recursos naturais, promovendo uma cultura de responsabilidade ambiental e conscientização. O

objetivo do relatório de sustentabilidade publicado pela EDPR é destacar as atividades ambientais da empresa, organizadas de acordo com essas áreas de atuação.

#### **vii. Galp Energia, SGPS, S.A.**

A Galp Energia, SGPS, S.A, foi fundada em 1999 com origens no setor energético português. É uma das maiores empresas de energia em Portugal e opera em várias áreas de negócios em todo o mundo, incluindo a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Prepara e divulga Relatórios Integrados com o objetivo de fornecer uma descrição transparente e rigorosa das atividades pelas quais a empresa cria valor económico, assim como as práticas e princípios de governo ambiental, social e societário, proporcionando uma avaliação abrangente do desempenho de Galp, incluindo fatores externos pertinentes e, quando necessário, tendo como base dados de anos anteriores.

Estes relatórios são preparados de acordo com as normas e diretrizes aplicáveis e globalmente reconhecidas, nomeadamente as IFRS, o CSC, no que respeita ao conteúdo do relatório de gestão, incluindo as que dizem respeito à comunicação de informações não financeiras introduzidas, pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho. Os Relatórios Anuais foram elaborados de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), na versão 2021 das Normas GRI, na opção "referência às Normas GRI".

#### **viii. Ibersol, SGPS, S.A.**

A Ibersol, SGPS, S.A. é uma empresa portuguesa especializada em restaurantes e serviços de alimentação, administrando várias marcas de restaurantes e cadeias de *fast food* em Portugal e em outros países, como a Pizza Hut, Pizza Movil, Cantina Mariachi, Kentucky Fried Chicken (KFC), Bocatta, Burger King, o Kilo, Pasta Caffé, Pans & Company, entre outros.

O Grupo Ibersol visa desenvolver os seus negócios de maneira sustentável, com um compromisso de respeito pelo meio ambiente e na busca constante de soluções para reduzir o impacto ambiental e proteger o planeta. Esses impactos incluem a preservação de recursos, com contribuições para a economia circular, encaminhamento de resíduos da produção de biodiesel e relacionamentos sustentáveis com o cliente e a cadeia de suprimentos.

De acordo com os Relatórios Integrados de Gestão, em resposta a essas preocupações, dispõe de certificação no âmbito da ISO 14001 desde 2015, atestando o compromisso de toda a estrutura em melhorar o desempenho ambiental das suas atividades, principalmente procurar otimizar a utilização dos recursos naturais, protegendo o meio ambiente e diminuindo a pegada ecológica.

Com uma grande aposta na economia circular, busca separar o crescimento económico do consumo de recursos, visão que requer que a empresa siga rigorosas práticas de gestão ambiental em todos os seus aspetos. Em conformidade, investe diariamente para diminuir os impactos ambientais de sua atividade, principalmente na preservação de recursos, reduzindo a pegada ambiental e promovendo mudanças positivas.

#### **ix. Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**

O grupo Jerónimo Martins, SGPS, S.A. atua na indústria alimentícia, principalmente no setor de distribuição, onde dispõe de posições de liderança nos mercados de Portugal e Polónia, onde opera com as insígnias Pingo Doce e Recheio, que controlam os segmentos de supermercados e cash & carry. Atua também na Colômbia, onde opera com uma cadeia de lojas alimentares de proximidade que combinam competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano.

Em linha com os ODS e os Princípios do Global Compact das NU, a estratégia de Responsabilidade Corporativa da empresa é composta por cinco pilares transversais a todas as empresas e tem como objetivo responder aos desafios e expectativas dos clientes. Está também comprometida com o Pacto Ecológico Europeu. Os Relatórios de Responsabilidade Corporativa divulgados pela empresa apontam que ela alcançou o nível máximo (A) nos programas Clima e Água do CDP – Disclosure Insight Action.

Na avaliação das commodities relacionadas ao risco de desmatamento (óleo de palma, carne bovina e soja), manteve o nível de Liderança (A-) pelo terceiro ano consecutivo, destacando a posição da Jerónimo Martins como o principal retalhista alimentar em termos de classificação global. Além disso, o Grupo Jerónimo Martins figura em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade, reconhecendo seu progresso nas áreas ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Os relatórios RSC foram elaborados de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards: Opção “Core”.

#### **x. Mota-Engil, SGPS, S.A.**

A Mota-Engil, SGPS, S.A. é um grupo de construção que atua nos setores de Engenharia e Construção civil e obras públicas, áreas onde tem uma longa e respeitável história desde sua fundação, em 1946. É uma das principais empresas de construção e engenharia de Portugal, onde é líder, e tem uma grande influência no mercado internacional, com posição destacada em vários mercados da Europa, África e América Latina. Nestes mercados, a empresa está envolvida em uma variedade significativa de projetos, incluindo infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário, bem como concessões de infraestrutura, energia e projetos ambientais.

Reconhecendo que a aposta na sustentabilidade aumenta as suas chances de obter novos métodos de financiamento e a sua base de potenciais financiadores, em 2021 realizou uma nova operação de financiamento suportada em ofertas de troca e emissão de obrigações ligadas à sustentabilidade. Em conformidade, a Mota-Engil iniciou, em 2021, um processo para estruturar o seu relato e integrar os fatores ESG, começando pela identificação e revisão dos indicadores mais relevantes, em conformidade com a estratégia definida e as exigências legais e regulamentares.

Para o efeito, segue as GRI standards na opção “Essencial”, com as necessárias correspondências de conteúdo ao modelo de relatório para divulgação de informações não financeiras criado pela CMVM e às exigências do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, relativas à divulgação de informações não financeiras e informações sobre diversidade por parte de grandes empresas e grupos.

#### **xi. NOS, SGPS, S.A.**

Ainda que a sua história remonte às operadoras de telecomunicações mais antigas em Portugal, como a PT Telecom e a TV Cabo, a NOS, SGPS, S.A. surge 2013, após a fusão da ZON Multimédia e da Optimus. É uma empresa que opera no setor dos serviços de telecomunicações e entretenimento em Portugal, oferecendo soluções de última geração para televisão, internet, voz, dados e telefonia fixa e móvel para todos os setores do mercado. A operar principalmente em Portugal, pode desenvolver negócio em alguns mercados internacionais, com a distribuição de conteúdos.

O compromisso da empresa com a sustentabilidade assenta na firme convicção de que apenas as empresas socialmente responsáveis, que combatem a mudança climática e criam comunidades justas, inclusivas e diversificadas, criarão valor de longo prazo e poderão gerar mais retornos e prosperidade para todos os stakeholders. Em conformidade, a NOS afirmou a sua posição ao reiterar o seu compromisso com os ODS das NU e ao aderir aos princípios do Pacto Global.

Prepara e divulga Relatórios de Sustentabilidade que explicam como o grupo aborda os fatores de sustentabilidade económica, ambiental e social e o desempenho geral da empresa nesses aspetos, que elabora de acordo com as GRI Standards, para o nível "In accordance-core", bem como de acordo com o CSC, mais especificamente com os requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

#### **xii. Novabase**

A Novabase, fundada em Portugal em 1989, é conhecida por ser uma das principais empresas a atuar nas áreas da inovação e tecnologia, investindo em pesquisa e desenvolvimento para

fornecer aos seus clientes soluções inovadoras a partir dos seus escritórios em Portugal, Espanha, Angola, Moçambique e Brasil. A sua história de sucesso e o seu compromisso com a excelência, colocam-na no lote das principais empresas de tecnologia de Portugal.

Ciente de sua posição de liderança como facilitadora digital no avanço de uma sociedade mais produtiva, equitativa e consciente ambientalmente, a NOVABASE está firmemente comprometida e motivada pelas oportunidades de Transformação. O Relatório e Contas da empresa destaca os principais aspetos, documentos, práticas e processos dentro do Grupo NOVABASE, os quais são considerados terem impacto significativo em questões não financeiras relevantes para o Grupo.

Isso inclui preocupações ambientais, sociais, trabalhistas, de igualdade de gênero, não discriminação, direitos humanos e combate à corrupção. Além disso, o relatório enfatiza as diretrizes subjacentes a esses relatórios e o compromisso da empresa com a sustentabilidade, que é respaldado pelas certificações de qualidade (ISO 9001), gestão ambiental (ISO 14001) e saúde e segurança no trabalho (ISO 45001). Essas certificações são renovadas anualmente após auditorias internas e externas realizadas por entidades certificadoras.

### **xiii. Pharol**

A Pharol surge em resultado das profundas mudanças que foram sendo operadas no setor das telecomunicações em Portugal, pelo que tem uma longa história de relacionamentos neste setor. Com um papel importante enquanto acionista de referência da Portugal Telecom, uma das maiores empresas de telecomunicações do país e que acabaria por ser adquirida pela Altice Group, em 2015, dando origem à Altice Portugal.

Fruto de vicissitudes várias, em 2015 viu aprovado um modelo de sustentabilidade económica, para procurar manter de forma sustentável a estratégia definida e aprovada pelos acionistas e, com isso, procurar garantir que os gastos de atividade ou investimentos oportuníssimos sejam financiados exclusivamente com capital próprio, ou seja, sem a necessidade de venda imediata de ativos.

O relatório e contas da empresa Pharol enfatiza o compromisso com a promoção da consciência ambiental, o uso responsável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Isso inclui a promoção de uma gestão ecoeficiente para minimizar os impactos ambientais decorrentes das atividades da empresa e de cada colaborador em seu trabalho diário. As normas gerais de conduta estabelecidas neste Código se aplicam a todos os colaboradores da PHAROL, SGPS S.A., incluindo membros dos órgãos sociais, dirigentes, diretores, quadros e demais trabalhadores e colaboradores. A implementação dessas normas é constantemente monitorada pelos órgãos de gestão da empresa.

#### **xiv. Ramada Investimentos**

A Ramada Investimentos é uma *holding* que detém participações em várias empresas e setores económicos em Portugal. Com uma história sólida, concentra a sua atividade em investimentos e gestão de ativos pela enorme capacidade de que dispõe para comprar participações em várias empresas e ter um papel ativo na sua gestão. O desempenho de suas participações em empresas e as decisões de investimento que toma manifestam um nível "de acordo essencial" que vem demonstrando nos seus relatórios, que prepara de acordo com as GRI standards. Este relatório compila informações consolidadas da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. e suas subsidiárias (Ramada Aços, S.A. | Universal Afir, S.A. | Planfuro Global, S.A. | F. Ramada II – Imobiliária, S.A. | Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A.). Sempre que possível e relevante, foram fornecidos dados comparativos do ano anterior para contextualizar a evolução do desempenho em sustentabilidade.

#### **xv. REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. é especializada na exploração e gestão da rede de transporte de eletricidade concessionada em Portugal, onde administra e mantém as redes de alta tensão, para transporte de eletricidade, e as redes de gás natural, que fornecem gás para uso doméstico, comercial e industrial em todo o país. O seu papel é fundamental para garantir um fornecimento de energia seguro e estável em Portugal, o que tem um impacto direto na economia e no bem-estar dos cidadãos.

Declara que o objetivo dos seus relatórios é fornecer informações claras sobre as questões económicas, sociais e ambientais identificadas como as mais importantes para a empresa e para as suas partes interessadas. Em conformidade, elabora Relatórios sobre Sustentabilidade tomando por base as GRI standards, na sua opção de conformidade "abrangente".

A dimensão ESG (Ambiente, Sustentabilidade e Governança) é de elevada importância para a REN, que já considerava KPIs relacionados a essa visão nos anos anteriores. Os critérios ESG, que abrangem o meio ambiente, a sociedade e a governança corporativa, são fundamentais para orientar investimentos mais responsáveis. Ambientalmente, esses critérios avaliam o impacto de uma empresa em questões como emissões de gases de efeito estufa, proteção da biodiversidade, uso de recursos hídricos e desmatamento, utilizando métricas para avaliar e reduzir esse impacto. Socialmente, consideram a relação da empresa com sua comunidade, incluindo emprego, saúde, segurança e diversidade, refletindo os valores corporativos e fortalecendo laços com as comunidades. No âmbito da governança corporativa, os critérios se concentram nos direitos dos acionistas, responsabilidades da alta direção, estrutura organizacional, controles internos, conformidade e outros aspetos relacionados à tomada de decisão e ética empresarial.

## **xvi. Semapa**

A Semapa é um grupo empresarial com sede em Portugal que se destaca pela diversificação dos seus negócios em vários setores, que vão do fabrico da pasta e papel, passando pela produção de cimentos e materiais de construção até ao fornecimento de serviços ambientais e de transporte marítimo. Composto por três setores industriais diferentes, Ambiente, Cimento, Pasta e Papel, as suas ações têm vários efeitos na economia circular.

Consciente dos seus impactos negativos, nomeadamente no âmbito da indústria do cimento, onde se verifica o consumo de matérias-primas não renováveis (calcário e margas) e a intensidade energética do processo, que requer muitos combustíveis fósseis, tenta compensar com outras medidas. Assim, tem uma entidade que é responsável pelo processo de renderização, fundamental para a economia circular e a bioeconomia circular, no contexto ambiental, desenvolvendo reciclagem de subprodutos da cadeia e evitando a emissão de gases de efeito estufa (GEE).

Isso ocorre porque o não aproveitamento desses subprodutos levaria a sua deposição e decomposição em aterros sanitários, o que liberaria metano e óxido nitroso, dois gases com alto efeito de estufa. Os Relatórios de Sustentabilidade da Semapa foram elaborados seguindo as Normas da GRI, refletindo o compromisso voluntário da empresa em antecipar-se e alinhar-se com as melhores práticas internacionais. Além disso, este documento atende às exigências do Decreto-Lei nº 89/2017, que estipula a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos.

## **xvii. Sonae - SGPS, SA**

A Sonae SGPS, SA, que apresenta uma ampla gama de negócios e atua em várias áreas-chave, tem uma forte presença no mercado de distribuição alimentar, através da rede de supermercados Continente, uma das principais redes a operar em Portugal, atuando, ainda, com importantes marcas conhecidas no setor de distribuição e retalho, como a Worten (retalho de eletrodomésticos e eletrónica) e a MO (moda). A Sonae Sierra, especializa no desenvolvimento e gestão de centros comerciais, é uma de suas subsidiárias mais notáveis. Compreende, ainda, investimentos em diferentes setores de tecnologia da informação, como a BizDirect (tecnologia empresarial) e a Sonae IM (tecnologia de investimento), e um importante portfólio no imobiliário, onde detém propriedades residenciais e comerciais.

As principais responsabilidades incluem o apoio à Comissão Executiva na definição, implementação e monitorização da estratégia corporativa de sustentabilidade da Sonae. Garantir o cumprimento dos Princípios e Compromissos de Sustentabilidade assumidos externamente. Coordenar a atividade do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, buscando alcançar o propósito de sustentabilidade das empresas da esfera Efanor.

Além disso, desafiar, aconselhar e acompanhar cada uma das empresas Sonae na construção de seu percurso de sustentabilidade, através do acompanhamento e partilha de conhecimento, tendências, soluções e melhores práticas internas e externas, fomentando o networking interno e externo e capturando sinergias entre as diferentes empresas do Grupo.

Coordenar a consolidação das informações de gestão de sustentabilidade das empresas Sonae para o reporte de informação e contribuir para a consolidação das informações a serem reportadas nos ratings de ESG do mercado financeiro. Também é responsável por promover a cultura e o conhecimento de sustentabilidade e das práticas das empresas Sonae, tanto interna quanto externamente.

### **xviii. Sonae Capital**

A Sonae Capital é um grupo empresarial português com presença diversificada em várias áreas de negócios, focando-se em setores como turismo, imobiliário, energias renováveis e indústria. Fundada em 1959 por Afonso Pinto de Magalhães, inicialmente o grupo Sonae dedicava-se à produção de laminados de alta pressão, mas com o tempo expandiu-se para outras áreas como o retalho, telecomunicações e imobiliário. Em 2007, com a cisão da Sonae SGPS, que se concentrou no retalho, nasceu a Sonae Capital, responsável por gerir negócios em setores como turismo, indústria e imobiliário.

A estratégia da Sonae Capital baseia-se na diversificação de investimentos, com foco na criação de valor e na exploração de oportunidades de crescimento em setores complementares. O grupo busca maximizar a rentabilidade dos seus ativos e promover a inovação e sustentabilidade, especialmente no turismo e nas energias renováveis. A maioria das operações da empresa estão concentradas em Portugal, mas, através da Adira, a Sonae Capital tem uma presença internacional, exportando para vários países.

Sendo uma empresa cotada na Euronext Lisbon, a Sonae Capital adota boas práticas de governação corporativa, com um conselho de administração composto por líderes experientes. A estrutura organizacional é clara, com cada área de negócio a ser gerida independentemente, mas sempre alinhada com os objetivos estratégicos globais do grupo. Em termos financeiros, a Sonae Capital tem mantido uma postura de equilíbrio, com investimentos criteriosos para garantir a sustentabilidade a longo prazo, mitigando riscos através da diversificação de negócios.

No campo da sustentabilidade, a Sonae Capital compromete-se a reduzir a sua pegada ecológica e adotar práticas mais amigas do ambiente. A aposta em energias renováveis é uma peça central da estratégia da empresa, em linha com os objetivos globais de redução de emissões de carbono. No entanto, a diversificação dos negócios e a aposta contínua na eficiência energética e sustentabilidade são sinais de que a Sonae Capital está preparada para continuar a crescer nos próximos anos.

## **xix. Navigator Company**

A Navigator Company, que antes se chamava Portucel Soporcel, é uma das maiores empresas de papel e celulose de Portugal e também da Europa. A operar em vários setores, apresenta uma longa história na fabricação de papel, incluindo o de escrita e impressão, papel para embalagens e papel tissue (incluindo lenços de papel e papel higiênico), e da celulose.

Comprometida com o meio ambiente, adota práticas sustentáveis na gestão de florestas e na fabricação de celulose e papel. Para garantir o fornecimento sustentável de matéria-prima, opera com plantações de eucalipto e florestas geridas de forma sustentável. Adicionalmente, apresenta preocupações com a responsabilidade social corporativa, ao participar em iniciativas que promovem a sustentabilidade, a responsabilidade ambiental e o envolvimento com as comunidades locais.

A Navigator sabe que participar de ratings que avaliam o desempenho dos fatores ESG é importante, não apenas porque permite analisar os seus resultados nestes critérios, como fazer uma análise comparativa com os seus pares, mas, mais relevante ainda, porque permite identificar áreas de melhoria.

O Relatório de Sustentabilidade atual tem como base a resposta à Agenda de Gestão Responsável da The Navigator Company, conhecida como "Agenda 2030". Este documento visa demonstrar o desempenho da empresa no contexto da Agenda 2030, abrangendo o eixo central de Negócio Responsável e os três eixos estratégicos de atuação: Natureza, Clima e Sociedade.

Além disso, o relatório apresenta pela primeira vez o desempenho da empresa em relação aos 15 compromissos estabelecidos no Roteiro 2030, publicado no Relatório de Sustentabilidade 2020. A experiência da Navigator em relatórios de sustentabilidade permitiu à empresa fazer a transição para as novas normas da GRI, implementando as normas universais GRI 1, 2 e 3, publicadas em outubro de 2021, um ano antes do prazo de implementação.

Para compreender melhor a composição do PSI e a diversidade setorial das empresas que o constituem, apresenta-se a tabela resumo a seguir. A tabela 8 categoriza as 19 empresas cotadas no índice principal da bolsa portuguesa em diferentes indústrias de atividade, indicando o número de empresas por setor e a respetiva percentagem de representação, com o propósito de proporcionar uma perspetivas das áreas económicas predominantes no PSI e fornecer uma base sólida para a análise subsequente do relato de sustentabilidade e das suas principais tendências em cada uma dessas indústrias.

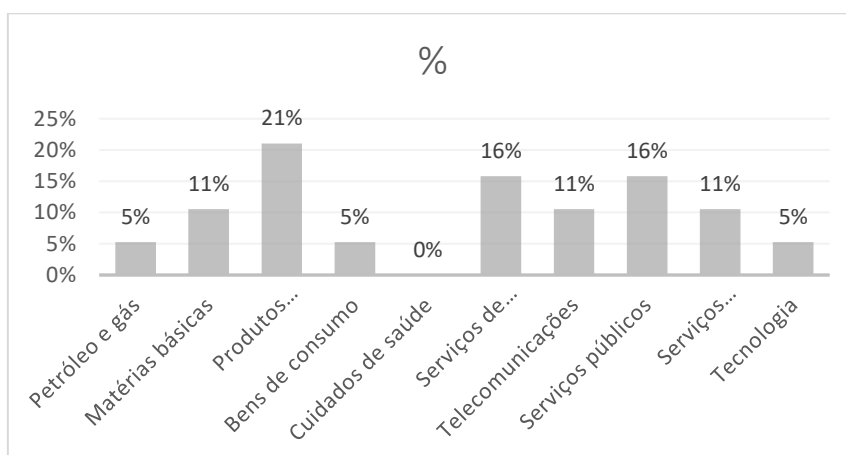
**Tabela 8.** Resumo da classificação por setor ICB

<b>Indústria de atividade</b>	<b>N.º Empresas</b>	<b>%</b>
<b>Petróleo e gás</b>	1	5%
<b>Matérias básicas</b>	2	11%
<b>Produtos industriais</b>	4	21%
<b>Bens de consumo</b>	1	5%
<b>Cuidados de saúde</b>	0	0%
<b>Serviços de consumo</b>	3	16%
<b>Telecomunicações</b>	2	11%
<b>Serviços públicos</b>	3	16%
<b>Serviços financeiros</b>	2	11%
<b>Tecnologia</b>	1	5%
<b>Total</b>	19	100%

Fonte: Elaboração Própria.

A sua análise (tabela 8) permite destacar o setor dos "Produtos Industriais" como o mais representativo. Com 4 empresas, responde por 21% do total, apresentando o setor industrial como um dos principais pilares da economia portuguesa, pelo menos no que se refere às grandes empresas cotadas. Os "Serviços de Consumo", "Serviços Públicos" e "Serviços Financeiros", são outros setores que contam com 3 empresas (16%), cada, permitindo sublinhar a importância dos serviços no seio destas empresas. Pelo contrário, setores como o "Petróleo e Gás", "Bens de Consumo" e "Tecnologia" têm uma representação menor, com apenas 1 empresa cada, o que corresponde a 5% do total por setor, como se procura ilustrar no gráfico 1.

**Gráfico 1.** Resumo da classificação por setor ICB



Fonte: Elaboração Própria.

Esta distribuição setorial (Gráfico 1) reflete a diversidade e, de certa forma, as prioridades da economia portuguesa. Acreditando que cada setor apresenta desafios e oportunidades únicos para a implementação de políticas de sustentabilidade, o que influenciará as práticas de relato de sustentabilidade, e que essa diversidade setorial é um espeto importante, será considerado na análise detalhada do relato de sustentabilidade no âmbito das empresas do PSI.

Para se compreender o compromisso de uma qualquer entidade com práticas sustentáveis e, nesse âmbito, o nível de adoção dos mais avançados padrões internacionais, a análise dos relatórios de sustentabilidade apresenta-se como um passo fundamental. Tal como já tivemos oportunidade de destacar, desde 2014 que as grandes empresas europeias e, dentro destas, as cotadas nas diferentes Bolsas de Valores enfrentam uma crescente pressão por parte dos *stakeholders* para aderirem às normas globais de sustentabilidade. Ao longo dos anos foram surgindo diferentes normativos para atividades sustentáveis, com destaque para as normas da GRI, os ODS das Nações Unidas ou a taxonomia da União Europeia (UE), tal como já tivemos oportunidade de discutir. Na tabela 9, que a seguir se apresenta, oferece-se uma visão geral da adoção destes referenciais por parte das empresas que constituem o PSI.

**Tabela 9.** – Normas GRI, ODS 17, Taxonomia UE e Relatório Independente de Fiabilidade

<b>Empresas (19)</b>	<b>Normas GRI</b>	<b>ODS (17)</b>	<b>Taxonomia EU</b>	<b>Fiabilidade</b>
<b>Altri</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Banco Comercial Português</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Corticeira Amorim</b>	✓	✓	✓	✓
<b>CTT</b>	✓	✓	✓	✓
<b>EDP</b>	✓	✓	✓	✓
<b>EDP Renováveis</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Galp</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Ibersol</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Jerónimo Martins</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Mota-Engil</b>	✓	✓	✓	✓
<b>NOS</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Novabase</b>	X	X	✓	✓
<b>Pharol</b>	X	X	X	✓
<b>Ramada Investments</b>	✓	X	✓	✓
<b>REN</b>	✓	✓	✓	✓
<b>SEMAPA</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Sonae</b>	✓	X	X	✓
<b>Sonae Capital</b>	✓	✓	X	✓
<b>The Navigator Company</b>	✓	✓	✓	✓
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>19</b>
<b>Total (%)</b>	<b>89%</b>	<b>79%</b>	<b>84%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração Própria.

A sua análise (tabela 9) permite constatar que, das empresas que integram o PSI e para o período em análise, 17 (89%) relataram de acordo com as Normas GRI, demonstrando uma ampla adoção desse padrão internacional, considerado uma referência para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A adesão aos ODS é também significativa, com 15 empresas (79%) que alinhando as suas atividades com esses objetivos globais, refletindo o compromisso com metas de desenvolvimento sustentável amplamente reconhecidas. A taxonomia da UE, uma ferramenta relativamente nova e específica para o contexto europeu, foi adotada por 16 empresas (84%), evidenciando a importância crescente da conformidade regulatória no mercado europeu. É possível verificar, ainda, que todas as empresas do PSI contratam Empresas de Verificação Externa para obterem o Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade e, dessa forma, assegurarem a transparência e a credibilidade das suas informações financeiras e não financeiras.

Considerando que a adoção de múltiplas normas e *frameworks* de sustentabilidade, não apenas facilita a comparação e a avaliação da performance das empresas como fortalece a sua imagem perante investidores e outros stakeholders, os resultados mostram, também, que a maioria das empresas, 14 no total, demonstra ter um forte compromisso com todas as quatro áreas analisadas, o que evidencia a sua liderança no mercado em termos de responsabilidade e transparência. Pelo contrário, empresas como a Pharol, a Novabase, a Sonae e até a Ramada Investments, demonstram um menor grau de compromisso, ao não adotaram algumas dessas normas, o que pode indicar diferentes níveis de maturidade ou de foco com relação à temática da sustentabilidade.

### 3. Apresentação e Análise dos Resultados

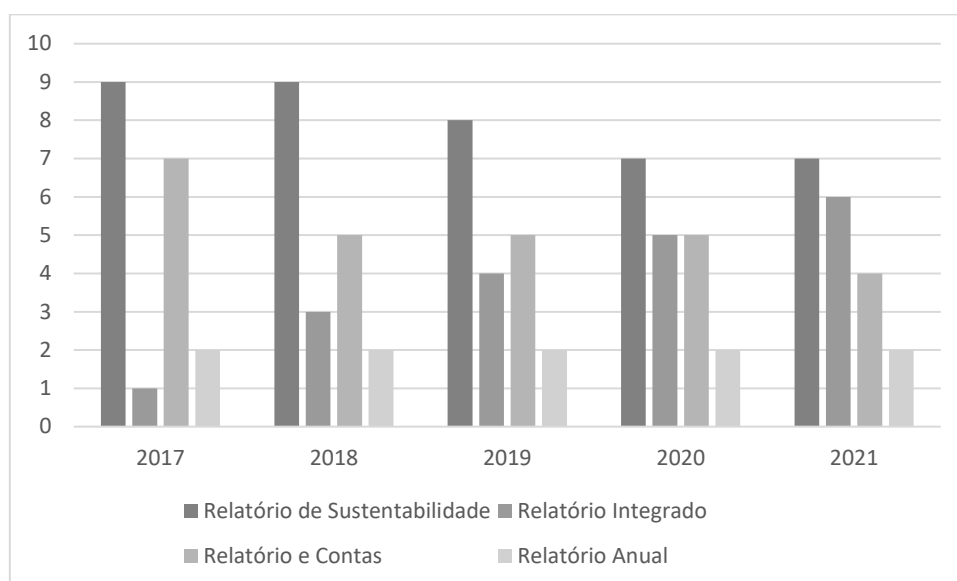
O relato de sustentabilidade tornou-se uma prática essencial para as empresas que desejam demonstrar o seu compromisso com a responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG). A tabela 10 compreende as empresas que constituem o PSI e o tipo de relatório que publicaram entre 2017 e 2021, destacando, ainda, a evolução identificada na adoção dos diferentes tipos de relatórios. Dito isso, a maioria das empresas listadas abaixo publicam diversos relatórios anualmente, o objetivo é mais relacionado em saber sobre informações não financeiras e onde estas podem estar publicadas dentro dos relatórios das empresas. A análise da tabela 10 permite observar tendências e identificar as práticas mais comuns das principais empresas portuguesas.

**Tabela 10.** Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI ao longo do período

<b>Empresas (19)</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Altri</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>Millenium BCP</b>	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado
<b>Corticeira Amorim</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>CTT</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado
<b>EDP</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>EDP Renováveis</b>	Relatório e Contas	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual
<b>Galp</b>	Relatório e Contas	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado
<b>Ibersol</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório Integrado	Relatório Integrado
<b>Jerónimo Martins</b>	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas
<b>Mota-Engil</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>NOS</b>	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório Integrado
<b>Novabase</b>	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas
<b>Pharol</b>	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas
<b>Ramada Investments</b>	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas	Relatório e Contas
<b>REN</b>	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual
<b>SEMAPA</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>Sonae</b>	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Integrado	Relatório Integrado	Relatório Integrado
<b>Sonae Capital</b>	Relatório Anual	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
<b>The Navigator Company</b>	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade

Fonte: Elaboração Própria.

**Gráfico 2.** Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI ao longo do período



Fonte: Elaboração Própria.

A sua análise (tabela 10 e gráfico 2) permite constatar que, ainda que as empresas tenham publicado diversos tipos de relatórios, a maioria publicou o Relatório de Sustentabilidade. A análise torna, ainda, evidente a tendência de crescimento na adoção deste tipo de relatórios, de Sustentabilidade e/ou Integrado (gráfico 2).

Em 2017, 52,6% das empresas (10 de 19) publicaram relatórios de sustentabilidade/integrado, enquanto em 2021 esse número subiu para 68,4% (13 de 19). Observa-se, também, que a utilização do Relatório Integrado se tornou bastante mais comum, registrando um elevado crescimento, ao passar de um peso de 5,26% (1 de 19), em 2017, para 31,5% (6 de 19), em 2021.

A disseminação de relatórios de sustentabilidade e integrados reflete um esforço para atender às expectativas de *stakeholders*, cumprir com as regulamentações emergentes e contribuir para um mercado mais transparente e sustentável.

O panorama identificado sugere um compromisso crescente das empresas do PSI com a sustentabilidade, embora ainda haja espaço para a uniformização e aprimoramento das práticas de relato, tal como se procura demonstrar na tabela 11, onde se oferece uma visão resumida dos tipos de relatórios publicados pelas empresas do PSI entre 2017 e 2021, destacando-se a frequência e a percentagem de cada tipo de relatório.

**Tabela 11.** Resumo dos Relatórios publicados pelas empresas constituintes do PSI

<b>Tipo de Relatório</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Relatório de Sustentabilidade</b>	9	9	8	7	7	40	42,1%
<b>Relatório Integrado</b>	1	3	4	5	6	19	20,0%
<b>Relatório e Contas</b>	7	5	5	5	4	26	27,4%
<b>Relatório Anual</b>	2	2	2	2	2	10	10,5%
<b>Total</b>	19	19	19	19	19	95	100%

Fonte: Elaboração Própria.

A análise (tabela 11) revela uma predominância dos relatórios de sustentabilidade, que representam 42,1% do total de relatórios emitidos (relacionados com a sustentabilidade). Este tipo de relatório foi consistentemente o mais comum ao longo dos 5 anos em análise, refletindo o compromisso das empresas com a transparência nas práticas de sustentabilidade. Os relatórios integrados, que combinam informações financeiras e não financeiras, somam 20% do total, demonstrando um crescimento gradual na adoção desta prática, que visa oferecer uma visão mais holística do desempenho das empresas.

Por outro lado, identifica-se um grupo de empresas, que representam 27,4% da amostra, que apenas publicaram relatórios e contas, demonstrando um compromisso com um modelo de relato que representa “uma certa continuidade” na prestação de contas, mais próximo do modelo tradicional, ainda que se observe em muitas dessas empresas sinais de transição para formatos mais abrangentes. Na mesma linha, identifica-se um outro grupo de empresas, que representam 10,5% dos documentos publicados, que elaboram relatórios anuais, o que também reflete uma opção por formatos mais convencionais. No total, foram publicados e analisados 95 relatórios entre 2017 e 2021, com uma média anual de 19 relatórios ano.

O panorama observado, não obstante, sugerir uma tendência de abandono do Relatório e Contas e do Relatório Anual em favor da adoção do Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, revela duas tendências principais no relato deste tipo de informações pelas empresas do PSI, como se sistematiza na tabela 12 que a seguir se apresenta. Essas duas abordagens de relato, uma que combina Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Integrados e outra que utiliza Relatórios e Contas juntamente com Relatórios Anuais, representam diferentes estratégias de comunicação de performance, tanto na perspectiva financeira quanto na não financeira.

**Tabela 12.** Número de empresas que publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados e Empresas que publicaram Relatórios e Contas e Relatórios Anuais

Tipo de Relatório	2017	2018	2019	2020	2021	Total	%
Relatório de Sustentabilidade e Relatório Integrado	10	12	12	12	13	59	62,1%
Relatório e Contas e Relatório Anual	9	7	7	7	6	36	37,9%
<b>Total</b>	19	19	19	19	19	95	100%

Fonte: Elaboração Própria.

A sua análise (tabela 12) permite observar ambas as abordagens. A primeira, que responde por 62,1% das empresas da amostra e onde se incluem as empresas que publicaram, separadamente, os Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Integrados. Neste grupo estão a Altri, BCP, Corticeira Amorim, CTT, EDP, Galp, Ibersol, Mota-Engil, SEMAPA, Sonae Capital e The Navigator Company, empresas que se focam em comunicar detalhadamente as suas práticas de sustentabilidade, em linha com os Standards Internacionais, em linha com a teoria (Ramanathan & Isaksson, 2023). O Relatório Integrado, por sua vez, combina informações financeiras e de sustentabilidade, proporcionando uma visão mais holística do impacto global da empresa. Este modelo de relato tende a ser adotado por empresas que procuram alinhar as suas estratégias de negócio com práticas robustas de governança ambiental e social, o que também está em linha com a teoria (Lima, Melo, & Cavalcanti, 2022; Trocz, Lorenzini, Vesco, & Walter, 2022).

Pelo contrário, no segundo grupo, representado por 37,9% das empresas em análise, estão as empresas que se mantêm fiéis aos Relatórios e Contas ou aos Relatórios Anuais e onde se incluem empresas como a EDP Renováveis, Jerónimo Martins, Nova Base, REN, entre outros. Seguem uma abordagem mais tradicional, muito focada na apresentação de informações financeiras detalhadas, conforme as regulamentações locais, embora todas estas empresas também incluam dados sobre sustentabilidade, ainda que não com a mesma profundidade que as empresas que integram o primeiro grupo, salvo empresas como a Pharol e a Novabase em que os seus relatórios anuais são exclusivamente financeiros.

A escolha por uma ou outra abordagem de relato reflete as prioridades estratégicas das empresas e o seu nível de preocupação e compromisso com a divulgação de informações relacionadas com os fatores ESG. Assim, as empresas que integram a primeira abordagem demonstram uma maior preocupação e compromisso mais claro com a sustentabilidade, possivelmente procurando atender às expectativas de *stakeholders* que valorizem a adoção de boas práticas no âmbito dos fatores ESG. Por sua vez, as empresas que permanecem fiéis à segunda, publicando apenas "Relatórios e Contas e Relatórios Anuais", podem estar focadas em

uma abordagem mais conservadora e tradicional de comunicação com seus *stakeholders*, priorizando informações financeiras e operacionais. Não obstante isso, o facto de uma empresa optar por publicar somente um Relatório Anual ou um Relatório e Contas não significa que essa empresa não pode apresentar informações não financeiras de forma clara e transparente. De referir que a informação não financeira contida num Relatório Anual ou de Contas de uma determinada empresa pode ser tão exata, completa e transparente quanto aquela informação que é publica num Relatório de Sustentabilidade ou Relatório Integrado de uma outra empresa. Observa-se, que, globalmente, o relato da sustentabilidade tem vindo a ganhar relevância no seio destas empresas (PSI), que parece quererem encará-lo como uma ferramenta essencial para demonstrarem o seu compromisso com práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Porém, e independentemente do tipo de relatório que é elaborado e publicado, a sua verificação é obrigatório e deve ser feita por entidades externas e especializadas, tal como se sistematiza na tabela 13.

**Tabela 13.** Empresa de Verificação Externa

<b>Empresas (19)</b>	<b>Empresas de Verificação Externa</b>
<b>Altri</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>Banco Comercial Português</b>	Deloitte & Associados, SROC (DSROC)
<b>Corticeira Amorim</b>	Ernst & Young Audit & Associados, SROC
<b>CTT</b>	Ernst & Young Audit & Associados, SROC
<b>EDP</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>EDP Renováveis</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>Galp</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>Ibersol</b>	KPMG & Associados, SROC
<b>Jerónimo Martins</b>	Ernst & Young Audit & Associados, SROC
<b>Mota-Engil</b>	Bureau Veritas Rinave - Sociedade Unipessoal Lda
<b>NOS</b>	Ernst & Young Audit & Associados, SROC
<b>Novabase</b>	KPMG & Associados, SROC
<b>Pharol</b>	BDO & Associados, SROC
<b>Ramada Investments</b>	Deloitte & Associados, SROC (DSROC)
<b>REN</b>	Ernst & Young Audit & Associados, SROC
<b>SEMAPA</b>	KPMG & Associados, SROC
<b>Sonae</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>Sonae Capital</b>	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PWC)
<b>The Navigator Company</b>	KPMG & Associados, SROC

Fonte: Elaboração Própria.

Estas entidades de verificação desempenham um papel crucial, enquanto garante da confiabilidade e da transparência das informações apresentadas aos *stakeholders*. Observa-se (tabela 13) que, ainda que a escolha recaia em diferentes empresas de verificação, o que não deixa de refletir a busca por uma maior especialização em determinados temas de sustentabilidade ou a necessidade de adequar o processo de auditoria às necessidades específicas de cada entidade, a maioria das empresas recorreu às multinacionais de auditoria, como PricewaterhouseCoopers (PWC), Ernst & Young (EY) e KPMG, o que demonstrar a necessidade de procurem certificar a qualidade dos dados reportados em conformidade com os

padrões internacionais mas também, e fundamentalmente, de demonstrarem que o processo de verificação externa é mais do que uma exigência regulatória, na medida em que se apresenta como uma ferramenta estratégica de gestão de risco reputacional, ao assegurar a precisão das informações reportadas e fortalecer a confiança dos *stakeholders* nas práticas sustentáveis adotadas pelas empresas. O facto de as empresas recorrerem a auditorias externas para verificar a precisão dos seus relatórios não-financeiros é amplamente defendido na literatura. Autores como (Bauwhede & Cauwenberge, 2022) afirmam que a verificação externa aumenta a credibilidade e confiança nas informações de sustentabilidade, ajudando a reduzir a assimetria de informações entre empresas e *stakeholders*. (Wu, Zhang, & Jinhong, 2020) também destacam que a verificação de terceiros é uma prática fundamental para garantir a integridade dos dados reportados e para consolidar a reputação da empresa junto dos investidores.

Um panorama que, no seu conjunto, oferece uma visão bastante clarificadora acerca das práticas de relato das empresas que integram o PSI (tabelas 10, 11, 12 e 13), ajudando a entender como estas empresas podem evoluir na comunicação da sua performance, sobretudo no que toca aos desafios e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Ou seja, globalmente, esta análise permite compreender a maturidade e a tendência manifestada por estas empresas em relação ao relato de sustentabilidade, bem como identificar áreas de melhoria.

Ainda neste âmbito, encontram-se, um pouco por todo o mundo, cada vez mais empresas a integrarem nas suas estratégias e práticas de sustentabilidade os ODS, estabelecidos pela ONU em 2015. Considerando que esta prática é mais evidente em empresas com maior visibilidade, como é o caso das cotadas, e que os ODS fornecem um plano global para se alcançar um futuro mais sustentável e justo, analisar como as empresas incorporam os ODS nos seus relatórios de sustentabilidade apresenta-se crucial para entender qual o seu grau de comprometimento para com a agenda global e quais as áreas prioritárias (Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021).

Um levantamento que se apresenta fundamental para avaliar o impacto real das empresas na promoção da sustentabilidade global e no cumprimento dos compromissos assumidos pela comunidade internacional, pelo que apresentamos, na continuação, conforme as tabelas 14, 15 e gráfico 3 que se seguem, os resultados da avaliação da forma como as empresas do PSI estão a integrar esses objetivos nas suas estratégias e práticas de sustentabilidade.

No que respeita ao grau de compromisso com a agenda, a análise reflete a amplitude (tabela 14 e 14 Cont.) com que estas organizações (PSI) estão a responder às metas da ONU. No que respeita às áreas prioritárias, a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas em estudo (PSI) revela um compromisso claro com os ODS, embora com diferenças significativas entre as empresas e os setores (gráfico 5).

**Tabela 14.** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados pelas empresas do PSI

Empresas (19)	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8
Altri					✓	✓	✓	✓
Banco Comercial Português	✓			✓	✓		✓	✓
Corticeira Amorim							✓	✓
CTT			✓	✓			✓	✓
EDP					✓		✓	✓
EDP Renováveis					✓		✓	✓
Galp			✓			✓	✓	✓
Ibersol								
Jerónimo Martins			✓	✓			✓	
Mota-Engil					✓			✓
NOS			✓	✓	✓		✓	✓
Novabase								
Pharol								
Ramada Investments					✓	✓	✓	✓
REN		✓	✓	✓	✓			✓
SEMAPA			✓	✓			✓	✓
Sonae								
Sonae Capital		✓		✓	✓		✓	✓
The Navigator Company	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaboração Própria

**Tabela 14.** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados pelas empresas do PSI (Cont.)

Empresas (19)	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	Total
Altri				✓	✓		✓			7
Banco Comercial Português		✓			✓		✓		✓	9
Corticeira Amorim	✓		✓	✓	✓		✓			7
CTT			✓	✓	✓			✓		8
EDP	✓		✓	✓	✓					7
EDP Renováveis	✓		✓	✓	✓		✓			8
Galp	✓		✓			✓	✓	✓		9
Ibersol										0
Jerónimo Martins	✓		✓	✓	✓				✓	8
Mota-Engil	✓			✓	✓					5
NOS	✓		✓	✓	✓			✓	✓	11
Novabase										0
Pharol										0
Ramada Investments	✓			✓	✓					7
REN	✓	✓	✓				✓		✓	10
SEMAPA	✓		✓	✓	✓		✓		✓	10
Sonae										0
Sonae Capital		✓		✓	✓	✓	✓			10
The Navigator Company	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			15
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	

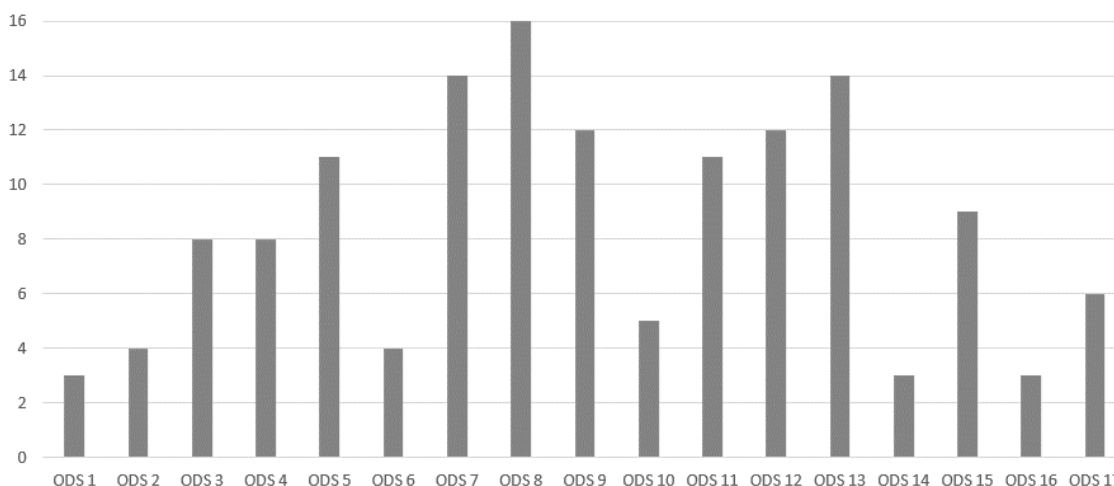
Fonte: Elaboração Própria

A análise (tabela 14 e 14 Cont.) por empresa permite destacar a The Navigator Company, que já integra nos seus relatórios 88% dos ODS, seguida da NOS e Sonae, com uma taxa de cobertura de 65%, demonstrando um compromisso mais abrangente com a agenda de sustentabilidade.

No extremo oposto estão empresas como a Novabase e Pharol, que não mencionam nenhum ODS, o que pode indicar uma ausência de alinhamento explícito com as metas globais de sustentabilidade ou uma falta de divulgação pública dessas iniciativas. Observam-se, ainda, tendências setoriais, de que é exemplo a EDP, do setor energético, que destaca ODS relacionados com a energia limpa e a ação climática (ODS 7 e 13), refletindo a importância desse setor na transição para uma economia de baixo carbono.

Empresas de bens de consumo, como Jerónimo Martins e Sonae, que enfatiza ODS ligados à saúde, produção sustentável e trabalho digno (ODS 3, 8 e 12), mostrando a relevância dessas questões para o seu setor. Esses resultados vão de acordo como estudo realizado por (Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou, 2020; Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete, 2021), indicando que o setor da empresa aparenta ser um fator que afeta as práticas de relato adotadas pelas empresas em relação aos ODS da ONU, pois as características de cada setor apresenta diferentes níveis de magnitude de seus impactos em diferentes dimensões de sustentabilidade.

**Gráfico 3.** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaboração Própria.

No que respeita a áreas prioritárias (gráfico 3), os ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico), ODS 7 (Energia limpa e acessível) e ODS 13 (Ação Climática) surgem como os mais abordados, refletindo as prioridades corporativas em áreas diretamente ligadas à atividade económica e à responsabilidade ambiental e sugerindo que as empresas do PSI estão concentradas em questões como a ação climática, a energia e crescimento económico

sustentável, destacando a importância de enfrentar as mudanças climáticas e promover economias mais resilientes e inclusivas.

Em contrapartida, os ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Acabar com a Fome), mais focado em empresas do setor público ou educacional, ODS 14 (Oceanos, Mares e Recursos Marinhos), empresas do setor pecuário e ODS 16 (Paz e Justiça), também do setor público, são os menos citados, uma tendência que pode ser explicada com o facto de as empresas do PSI se focarem em metas diretamente ligadas com o impacto empresarial, ambiental e económico e menos com metas que, ainda que muito relevantes, poderão ser específicas da sociedade em geral.

Não obstante isso, o alinhamento com os ODS é cada vez mais reconhecido como uma prática relevante entre empresas, o que está em linha com os resultados obtidos e com a teoria de Tsalis, Malamateniou, Koulouriotis, & Nikolaou (2020), que vem defendendo que as empresas que integram os ODS nas suas estratégias operacionais tendem a melhorar o seu impacto social e ambiental e, ao mesmo tempo, responder às expectativas da comunidade global. Esses autores também indicam que o alinhamento com os ODS pode reforçar a posição competitiva das empresas, promovendo inovação e resiliência a longo prazo.

A relevância crescente em torno dos fatores ESG tem sido acompanhada pela produção de referenciais normativos para que as empresas possam divulgar o seu desempenho de sustentabilidade com base em normas reconhecidas internacionalmente, de que são exemplo as *GRI standards*, um quadro compreensivo de normas que permite que as organizações reportem o seu impacto económico, ambiental e social de forma consistente e transparente (Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023; Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023).

Identificar padrões de boas práticas, lacunas e áreas de melhoria ao nível da transparência e gestão dos impactos dos fatores ESG apresenta-se fundamental para os objetivos desta investigação, pelo que, com o propósito de procurar compreender as tendências e os desafios que se colocam ao relato de sustentabilidade em Portugal, apresenta-se, na continuação (tabela 15), os resultados do grau de adesão e conformidade dos relatórios das empresas do PSI com as *GRI standards*.

De referir que, no que respeita ao nível de conformidade com este referencial, temos as empresas que não o aplicam e as que o aplicam e, dentro destas, as que estão de acordo com o essencial (*Essencial/Core*), as que, estando de acordo, dão maior relevo à transparência (*Comprehensive Option*), e as que seguem as *GRI standards*.

**Tabela 15.** Opções de Conformidade adotadas pelas empresas constituintes do PSI

<b>Empresas (19)</b>	<b>Normas GRI</b>
<b>Altri</b>	
<b>Banco Comercial Português</b>	
<b>Corticeira Amorim</b>	
<b>EDP Renováveis</b>	
<b>Ibersol</b>	
<b>Jerónimo Martins</b>	Opção - De Acordo Essencial / Core Option
<b>Mota-Engil</b>	
<b>NOS</b>	
<b>Ramada Investimentos</b>	
<b>SEMAPA</b>	
<b>Soane</b>	
<b>Sonae Capital</b>	
<b>REN</b>	
<b>CTT</b>	Opção - Abrangente / Comprehensive Option
<b>EDP</b>	
<b>The Navigator Company</b>	
<b>Galp</b>	Opção Referência às Normas GRI, incluindo a norma GRI 11 para o setor Oil & Gas
<b>Novabase</b>	Não aplicam as normas GRI
<b>Pharol</b>	Não aplicam as normas GRI

Fonte: Elaboração Própria.

A análise (tabela 15) permite constar que as *GRI standards* são, no seio das empresas que integram o PSI, o padrão de referência para a elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade, ainda que possamos identificar dois grupos, o das empresas que não as segue (10,5%) e o grupo maioritário, na medida em que cerca de 89,5% das empresas que integram este índice (PSI) seguem estas normas.

No primeiro grupo estão a Novabase e a Pharol, e que podem ser apresentadas como exemplos de empresas que podem utilizar outros *frameworks* ou, simplesmente, optarem por não reportar as suas práticas de sustentabilidade de forma estruturada, o que pode refletir a natureza das suas operações ou uma estratégia empresarial diferente em relação à comunicação de suas iniciativas ESG. No que respeita ao segundo grupo, o das empresas que seguem as *GRI standards*, observa-se alguma diversidade de abordagens, o que, à partida, permite sublinhar a flexibilidade das *GRI standards*, permitindo que empresas de diferentes setores e tamanhos adaptem os seus relatórios às suas necessidades específicas e às expectativas dos seus *stakeholders* (Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt, 2023; Vieira, Silva, Junior, & Mattos, 2020). Assim, no que respeita ao grau de conformidade com este referencial, temos uma primeira

categoria de empresas, as que estão de acordo com o essencial (Essencial/Core Option), que inclui a Altri, o Banco Comercial Português ou a Jerónimo Martins. É a opção mais comum, de acordo com a qual as empresas reportam os indicadores essenciais, proporcionando uma visão geral sólida de seu desempenho em sustentabilidade, sem se aprofundar detalhes. Esta abordagem é ideal para aquelas empresas que procuram comunicar os seus esforços de forma clara e objetiva, sem sobrecarregar o relatório com informações excessivas (GRI STANDARDS, 2023).

Uma segunda categoria, que respeita a uma opção mais abrangente (Comprehensive Option), adotada por empresas como a REN, os CTT, a EDP e a The Navigator Company e que exige um nível mais detalhado de relato para cobrir todos os tópicos materiais identificados pelas *GRI standards*, o que resulta em maior transparência. As empresas que escolhem esta abordagem visam, geralmente, demonstrar um compromisso mais profundo com a sustentabilidade, oferecendo uma visão mais detalhada das suas práticas e impactos (GRI STANDARDS, 2023).

Na terceira e última categoria está a opção de referência às *GRI standards*, onde apenas se inclui a Galp e que acaba por se destacar como a única empresa que, para além de seguir as *GRI standards*, faz referência específica à norma GRI 11, voltada para o setor de Oil & Gas, uma escolha que reflete a complexidade e os desafios únicos enfrentados por empresas desse setor, que precisam lidar com questões ambientais e sociais cruciais, como é o caso das emissões de carbono e os impactos nas comunidades locais (GRI STANDARDS, 2023; Khan, Uddin, Fujimoto, & Afridi, 2023).

Com o propósito de procurar identificar o nível de preocupação, de compromisso e, inclusive, de compreensão destas empresas relativamente aos fatores ESG, apresentamos, na continuação, os resultados da análise relativamente ao tipo de informações que são divulgadas, ou seja, que fatores ESG incluem estas empresas nos seus relatórios. O estudo revelou que a maioria das empresas do PSI adota as normas da GRI, resultado suportado pela literatura (KPMG, 2022), que aponta as *GRI standards* a norma mais utilizada mundialmente para o relato de sustentabilidade, pois oferece um *framework* claro e comparável para divulgar impactos ambientais, sociais e de governança.

Adicionalmente, argumentam que a adoção das *GRI standards* ajuda as empresas a alinhar-se com as expectativas dos *stakeholders* em termos de transparência e prestação de contas. Com o propósito de avaliar o grau de transparência e a adesão das empresas do PSI às *GRI standards* foram elaboradas as tabelas 16, 17 e 18 e os gráficos 4, 5 e 6, que se seguem. A tabela 16 faz referência aos resultados obtidos para os indicadores da Categoria Económica, os indicadores 201 a 207, da Global GRI, ou seja, identifica que empresas, de entre as que integram o PSI, publicam nos seus relatórios de informação não financeira dados específicos sobre esses indicadores.

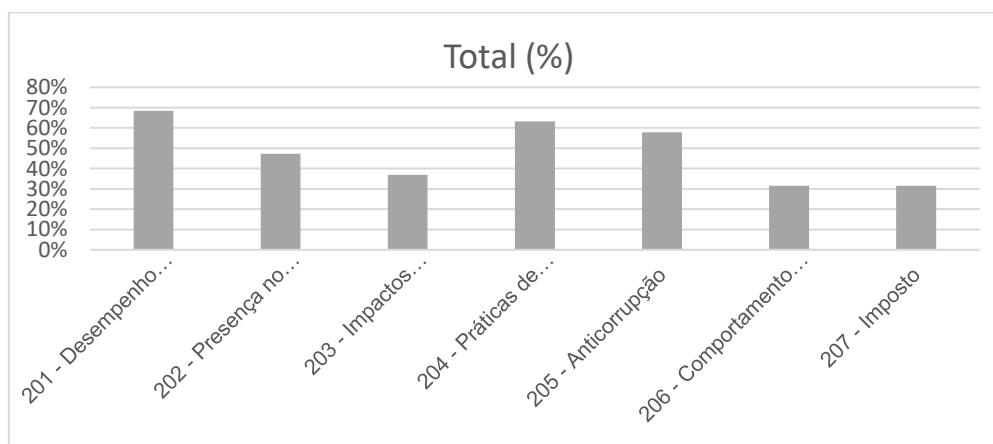
**Tabela 16.** Indicadores Categoria Económica

Empresas (19)	201	202	203	204	205	206	207
Altri	✓			✓	✓		✓
Banco Comercial Português	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Corticeira Amorim	✓			✓	✓		
CTT	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EDP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EDP Renováveis	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Galp							
Ibersol	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Jerónimo Martins	✓	✓	✓	✓	✓		
Mota-Engil	✓	✓			✓		
NOS	✓			✓	✓	✓	
Novabase							
Pharol							
Ramada Investments	✓			✓			
REN							
SEMAPA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sonae							
Sonae Capital							
The Navigator Company	✓	✓		✓			
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Total (%)</b>	<b>68%</b>	<b>47%</b>	<b>37%</b>	<b>63%</b>	<b>58%</b>	<b>32%</b>	<b>32%</b>

Fonte: Elaboração Própria.

A sua análise (tabela 16) permite identificar os indicadores divulgados por empresa e a representatividade (percentual) de cada indicador na amostra. No que respeita à divulgação de informações sobre os indicadores da Categoria Económica da GRI, os resultados mostram que esta varia significativamente entre as empresas do PSI. Em termos percentuais, a maior taxa de divulgação é observada no indicador 201, com 68%, seguido dos indicadores 204 (63%) e 205 (58%), também com taxas de divulgação relativamente altas. Em contraste, os indicadores 206, 207 e 203 registam taxas de divulgação mais baixas, com 32%, 32%, e 37%, respetivamente, como se procura ilustrar com o gráfico 4.

**Gráfico 4.** Indicadores Categoria Económica



Fonte: Elaboração Própria.

Globalmente (tabela 16 e gráfico 4) estes resultados sugerem que enquanto algumas áreas de informação económica são amplamente divulgadas, como é o caso do desempenho e das práticas de compras e de anticorrupção, outras enfrentam, ainda, desafios de transparência. Por isso, esta pesquisa permite sublinhar a importância contínua de promover práticas de reporte que estejam alinhadas com os padrões da GRI, incentivando uma maior consistência e abrangência na divulgação de dados de sustentabilidade económica entre as empresas do PSI.

A tabela 17, que se segue, sistematiza os resultados obtidos para os indicadores da Categoria Ambiental, em concreto, quais as empresas que reportaram, nos seus relatórios de informação não financeira, dados específicos sobre os indicadores 301 a 308 das *GRI standards*.

**Tabela 17.** Indicadores Categoria Ambiental

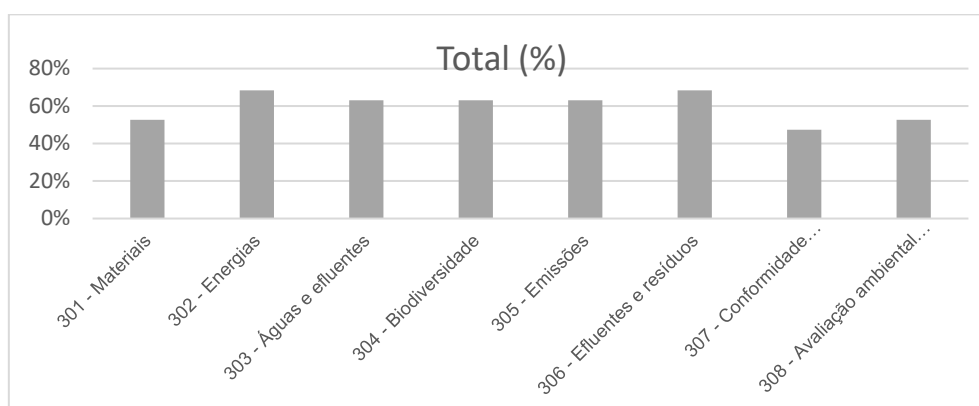
<b>Empresas (19)</b>	301	302	303	304	305	306	307	308
<b>Altri</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Banco Comercial Português</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Corticeira Amorim</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>CTT</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>EDP</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>EDP Renováveis</b>		✓		✓	✓	✓	✓	✓
<b>Galp</b>								
<b>Ibersol</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Jerónimo Martins</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Mota-Engil</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>NOS</b>		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Novabase</b>								
<b>Pharol</b>								
<b>Ramada Investments</b>		✓	✓			✓	✓	✓
<b>REN</b>								
<b>SEMAPA</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
<b>Sonae</b>								
<b>Sonae Capital</b>								
<b>The Navigator Company</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
<b>Total</b>	10	13	12	12	12	13	9	10
<b>Total (%)</b>	53%	68%	63%	63%	63%	68%	47%	53%

Fonte: Elaboração Própria.

A análise (tabela 17 e gráfico 5) permite identificar, também, uma variação significativa na divulgação dos indicadores da Categoria Ambiental da GRI entre as empresas do PSI, como se procura ilustrar com o gráfico 5. O indicador 302, que aborda o consumo de energia, surge como o mais reportado, com 68% das empresas a apresentarem dados relevantes.

Os indicadores 303 (água e efluentes), 304 (biodiversidade) e 305 (emissões), também registam uma taxa relativamente alta de divulgação (63%). Em contraste, o indicador 307 (conformidade ambiental) apresenta a menor taxa de reporte, com apenas 47%, demonstrando que, embora certas áreas de impacto ambiental já estejam bem cobertas, outras ainda necessitam de maior atenção e transparência. Promover a adoção consistente dos padrões da GRI pode melhorar a qualidade e a abrangência das divulgações ambientais entre as empresas do PSI, incentivando práticas mais sustentáveis e transparentes.

**Gráfico 5. Indicadores Categoria Ambiental**



Fonte: Elaboração Própria.

Para completar esta análise, ou seja, avaliar o nível de transparência social e a sua conformidade com as *GRI standards*, apresenta-se, na continuação (tabela 18), os resultados obtidos para a divulgação de informações relacionadas com os indicadores da Categoria Social, mais concretamente se as empresas que integram o PSI reportaram, nos seus relatórios de informação não financeira, informações específicas sobre cada um dos indicadores 401 a 419, situação que também se procura ilustrar com o gráfico 6.

**Tabela 18. Indicadores Categoria Social**

Empresas (19)	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410
Altri	✓		✓	✓	✓	✓				
BCP	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Corticeira Amorim	✓	✓	✓	✓	✓					
CTT	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EDP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
EDP Renováveis	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Galp										
Ibersol	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Jerónimo Martins	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mota-Engil	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
NOS	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Novabase										
Pharol										
Ramada Invest.	✓		✓	✓	✓					
REN										
SEMAPA	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sonae										
Sonae Capital										
Navigator Comp.	✓		✓	✓	✓					
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>6</b>
<b>Total (%)</b>	<b>68%</b>	<b>37%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>53%</b>	<b>47%</b>	<b>47%</b>	<b>42%</b>	<b>32%</b>

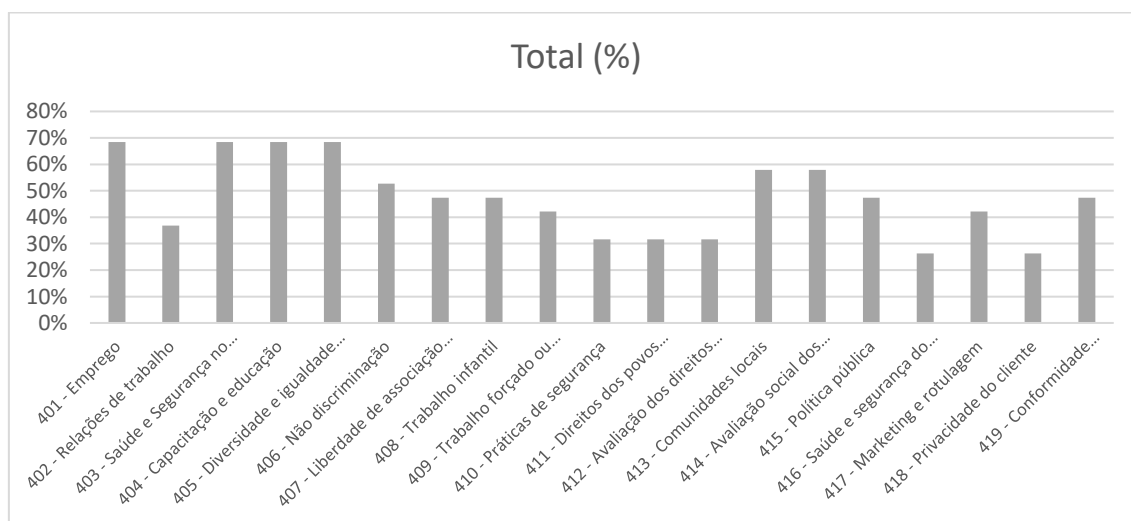
Fonte: Elaboração Própria.

**Tabela 18.** Indicadores Categoria Social (Cont.)

Empresas (19)	411	412	413	414	415	416	417	418	419	Total
Altri			✓	✓			✓		✓	9
BCP		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	14
Corticeira Amorim			✓	✓	✓					8
CTT	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	19
EDP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	19
EDP	✓		✓	✓	✓				✓	14
Renováveis										0
Galp										0
Ibersol	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	19
Jerónimo Martins	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			17
Mota-Engil	✓	✓	✓	✓					✓	15
NOS			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	15
Novabase										0
Pharol										0
Ramada Invest.									✓	5
REN										0
SEMAPA			✓	✓	✓		✓			13
Sonae										0
Sonae Capital										0
Navigator										0
Comp.										4
<b>Total</b>	6	6	11	11	9	5	8	5	9	171
<b>Total (%)</b>	32%	32%	58%	58%	47%	26%	42%	26%	47%	

Fonte: Elaboração Própria.

**Gráfico 6.** Indicadores Categoria Social



Fonte: Elaboração Própria.

Em linha com as anteriores, também a análise (tabela 18, 18 Cont. e do gráfico 6) permite identificar variações significativas no que respeita à divulgação de indicadores da Categoria Social da GRI entre as empresas do PSI. Os indicadores 401 (emprego), 403 (saúde e segurança no trabalho), 404 (formação e educação) e 405 (diversidade e igualdade de oportunidades) são

os mais frequentemente reportados, cada um com uma taxa de divulgação de 68%. Pelo contrário, os indicadores 410 (práticas de segurança), 411 (Direitos dos povos indígenas) e 412 (avaliação de direitos humanos) apresentam taxas de divulgação significativamente mais baixas, ambos com 33% e as menos reportadas acabam por ser as 416 (Saúde e segurança do cliente) e 418 (Saúde e segurança do cliente) ambos com 26%. Este padrão sugere que, embora certos aspectos sociais recebam uma atenção considerável nas divulgações, há áreas que ainda precisam de melhorias em termos de transparência e consistência.

Ao utilizar as *GRI Standards* como referência metodológica, procurou-se identificar o nível de adesão e conformidade dessas empresas com as normas internacionais mais amplamente aceitas para o relato da sustentabilidade. A abordagem, que se centrou na análise dos relatórios, foi particularmente adequada para explorar como essas empresas estão a interpretar e divulgar as suas práticas de sustentabilidade, confirmando a relevância das *GRI standards*. Ou seja, os resultados do estudo revelaram que as empresas do PSI estão num caminho progressivo de implementação das melhores práticas de sustentabilidade e de reporte, com cerca de 89% das empresas analisadas a seguirem as normas GRI, o que demonstra, por um lado, um compromisso significativo com a transparência e com o fornecimento de informações detalhadas sobre o seu impacto ambiental, social e de governança, e, por outro, um nível de adoção das normas GRI que, não sendo o desejável, que evidencia uma resposta clara às expectativas dos investidores e outros *stakeholders*, que cada vez mais exigem relatórios consistentes e comparáveis sobre o desempenho não-financeiro, como se sistematiza na tabela 19.

**Tabela 19.** Padrão de adoção das GRI standards.

Indicadores	Categorias		
	Económica	Ambiental	Social
201-desempenho	302-Consumo Energia	401-Emprego	
202- Presença no mercado	303-Água	403-Saúde e Segurança Trabalho	
204-Práticas Compras	304-Biodiversidade	404-Formação e Educação	
205-Anticorrupção	305-Emissões	405-Diversidade e Igualdade Oportunidades	
	306-Efluentes e Resíduos		

Fonte: Elaboração própria.

A ênfase observada, e que se sistematiza (tabela 19), é a de que a componente qualitativa supera uma análise quantitativa mais rigorosa dos impactos e resultados das práticas de sustentabilidade, ecoando nas críticas apresentadas na literatura, que sugere que muitas empresas utilizam o relato da sustentabilidade como uma ferramenta de marketing. Ou seja, ainda que sejam várias as empresas do PSI que adotam as *GRI Standards*, os seus relatórios não só não as seguem em toda a sua extensão como carecem de uma ligação clara entre as

metas estabelecidas e os resultados quantitativos, o que pode sinalizar uma abordagem mais superficial. Um fenómeno que consiste na divulgação da sustentabilidade com foco na reputação e não na substância e que põe em evidência uma das principais críticas apontadas ao relato da sustentabilidade em Portugal, a de que muitas vezes enfatiza a componente qualitativa e sem um real compromisso com a criação de valor sustentável (Lima B. , 2021).

Adicionalmente, esta análise traz à tona algo que foi central ao longo de toda esta investigação – se as empresas estão verdadeiramente comprometidas com a sustentabilidade e em que medida ou se estão apenas a responder às expectativas regulatórias e de mercado. Neste particular, e ainda que estas empresas pareçam reconhecer os benefícios empresariais e reputacionais da adoção de práticas sustentáveis, os resultados mostram que são apenas as grandes empresas e com foco especializado na sustentabilidade que estão plenamente envolvidas com essas práticas, sugerindo que a sustentabilidade nas empresas portuguesas pode ainda estar limitada a um subconjunto de companhias com maior capacidade financeira e organizacional para implementar tais práticas. Por sua vez, as disparidades na profundidade das informações reportadas refletem uma variação significativa na qualidade e na abrangência dos dados divulgados, algo que é amplamente discutido na literatura de Luque-Vílchez, Cordazzo, Rimmel, & Tilt (2023) e Lassala, Orero-Blat, & Ribeiro-Navarrete (2021), que destaca que, ainda que as empresas estejam cada vez mais obrigadas a fornecer informações não financeiras, existe uma considerável diferença na forma como estas informações são apresentadas. Em muitos casos, é adotada uma abordagem superficial ao relatar as suas iniciativas de sustentabilidade, focando-se muito mais na conformidade com as exigências regulatórias do que na profundidade das suas práticas.

Assim, e não obstante as tendências otimistas, as lacunas observadas são ainda evidentes, especialmente quando se trata de um relato extenso e quantitativo mais aprofundado e comparável. Como refere Lima B. (2021), muitas empresas ainda abordam o relato de sustentabilidade de maneira qualitativa, sem fornecer métricas concretas ou comparações de desempenho ao longo do tempo. Este é um ponto crucial, pois a falta de quantificação torna difícil para os *stakeholders* avaliar o verdadeiro impacto das iniciativas de sustentabilidade e a evolução das empresas em relação aos seus objetivos. Os resultados da análise sugerem que, para melhorar a transparência e a gestão dos impactos ambientais, as empresas do PSI precisam avançar em direção a um relato mais quantitativo e comparável, alinhado com as expectativas dos investidores e da sociedade em geral. Isso pode ser alcançado com a implementação de metas claras e mensuráveis, acompanhadas de relatórios periódicos sobre o progresso alcançado. Neste particular, e ainda que se tenha constatado que 79% das empresas analisadas demonstraram uma integração visível dos ODS nas suas operações, essas empresas precisam adotar uma abordagem mais holística, integrando os ODS de maneira mais coerente nas suas estratégias empresariais para que a sustentabilidade seja vista como uma parte central do seu modelo de negócio e não apenas como uma exigência regulatória ou uma prática de marketing.

## Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

Recordamos que a presente investigação se desenvolve no âmbito dos desafios da sustentabilidade, com o propósito de analisar a estrutura de relato da sustentabilidade das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa que integram o PSI e, nesse âmbito, identificar o nível de compreensão acerca dos seus impactos, como estão a relatá-los e que fatores influenciam a sua divulgação, incluindo a análise da adoção das *GRI standards*, avaliando como essas empresas adotam e implementam essas normas nos seus relatórios de sustentabilidade.

Ao concluir, é possível refletir sobre a importância crescente da sustentabilidade no contexto empresarial, especialmente nas grandes empresas cotadas em bolsa. A análise dos seus relatórios revelou uma tendência crescente para a utilização de relatórios de sustentabilidade ou integrados, refletindo um compromisso com práticas de divulgação que vão para além da divulgação das informações financeiras tradicionais e que respondem às exigências de um mercado mais rigoroso e regulado. No entanto, a adoção dessas práticas não é uniforme, com algumas empresas a seguir uma abordagem mais conservadora, ainda muito focada em relatórios financeiros e operacionais. Esta diversidade de abordagens evidencia diferentes níveis de maturidade e foco em relação à sustentabilidade e ao relato não financeiro. Assim, uma das principais conclusões deste trabalho revela uma tendência crescente e significativa em relação ao relato da sustentabilidade entre as empresas, especialmente no âmbito das de maior porte e que operam em setores fortemente regulados ou expostos a pressões de *stakeholders* mais exigentes. A ligação entre o enquadramento teórico, a metodologia adotada e os resultados obtidos revelam que, apesar dos avanços na adoção de práticas de sustentabilidade pelas empresas do PSI, existe uma disparidade na profundidade e qualidade do relato entre as grandes empresas e as outras. Esta desigualdade é refletida nas conclusões da revisão de literatura, que sugere que muitas empresas ainda veem o relato da sustentabilidade mais como uma resposta às pressões regulatórias e de *stakeholders* do que como uma estratégia genuína para a criação de valor sustentável. O desafio, portanto, é garantir que o relato da sustentabilidade evolua de uma prática predominantemente qualitativa e simbólica para um processo verdadeiramente integrado e quantitativamente robusto, que informe e convença os *stakeholders* do compromisso das empresas com o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, este estudo permitiu concluir também que, não obstante o aumento na divulgação de informações sobre práticas sustentáveis ser um sinal positivo de progresso, em muitos casos o relato de sustentabilidade é ainda tratado de forma superficial, particularmente focando-se no cumprimento de requisitos normativos ou na construção de uma imagem pública favorável, e não tanto na sua missão em procurar transmitir um compromisso genuíno com a sustentabilidade a longo prazo. Embora o relato da sustentabilidade esteja claramente a evoluir em Portugal, com um número crescente de empresas a adotarem estruturas robustas de divulgação de informações no âmbito dos diferentes pilares da sustentabilidade (ESG), identificam-se ainda desafios para algumas empresas que mostram um compromisso menos claro com essas

práticas. As empresas que ainda não aderiram aos referenciais internacionais ou que apresentam menor transparência em relação às suas iniciativas de sustentabilidade poderão enfrentar maior pressão dos *stakeholders* à medida que as exigências regulatórias e de mercado forem aumentando.

Adicionalmente, o estudo demonstrou, também, que as grandes empresas tendem a liderar no relato da sustentabilidade, geralmente por causa de maiores pressões regulatórias e pela necessidade de responderem às expectativas dos investidores institucionais, governos e outras partes interessadas. Estas empresas são mais propensas a adotar *frameworks* internacionais amplamente reconhecidos, como os GRI *standards* e os critérios ESG, que as ajuda a garantir uma comunicação mais estruturada e comparável acerca dos seus impactos ambientais, sociais e de governança. No entanto, mesmo entre estas empresas, a profundidade das informações divulgadas muitas vezes não acompanha o esperado. Ainda que se observe uma tendência crescente para incluir indicadores quantitativos e métricas claras, até então observa-se uma predominância de relatos qualitativos, onde o foco é narrar iniciativas de forma geral, sem necessariamente medir e demonstrar o progresso em termos tangíveis e concretos.

Ademais, o estudo identificou que muitas empresas utilizam o relato da sustentabilidade mais como uma ferramenta de marketing do que como uma forma estratégica de gestão empresarial. Esta prática resulta na publicação de relatórios que não refletem verdadeiramente o impacto das ações das empresas, nem o seu compromisso real com o desenvolvimento sustentável. Assim, o relato acaba por ser visto como uma forma de conformidade ou uma resposta às expectativas de reputação, em vez de um mecanismo robusto para demonstrar responsabilidade social corporativa e geração de valor sustentável a longo prazo. Isso aponta para a necessidade de um maior alinhamento entre os relatórios de sustentabilidade e a estratégia corporativa. A transparência e a profundidade da informação devem ser fortalecidas, com um enfoque na quantificação e na demonstração do progresso concreto em áreas-chave, como emissões de carbono, uso de recursos, igualdade social e governança ética. Só assim os *stakeholders* – incluindo investidores, clientes e a sociedade em geral – poderão confiar plenamente nos compromissos assumidos pelas empresas em relação à sustentabilidade. A pesquisa também sugere que a adoção de relatórios mais integrados e baseados em dados quantitativos poderá ser um diferencial competitivo importante no futuro. Com a crescente consciencialização global sobre as questões climáticas, sociais e de governança, as empresas que forem capazes de demonstrar, de forma consistente e mensurável, a implementação de práticas sustentáveis poderão atrair mais investidores e fortalecer a sua reputação. Essas práticas não apenas satisfazem as exigências regulamentares, mas também, respondem a uma procura crescente por responsabilidade corporativa num mundo que deve caminhar para uma economia mais verde e socialmente consciente. Para as empresas menores ou aquelas que operam em setores menos regulados, o desafio será integrar de forma mais profunda a sustentabilidade na sua estratégia empresarial. Isso requer uma mudança de mentalidade, onde a sustentabilidade deixa de ser vista como uma obrigação secundária e passa a ser um componente estratégico central, com impacto direto no desempenho financeiro e na competitividade a longo prazo.

Por fim, conclui-se ainda que, para o futuro, será crucial que as empresas evoluam na forma como abordam o relato da sustentabilidade, transformando-o de uma mera ferramenta de comunicação para um reflexo autêntico do seu compromisso com a criação de valor a longo prazo. Essa evolução permitirá que as práticas de sustentabilidade sejam verdadeiramente incorporadas na cultura organizacional, levando a um desenvolvimento mais sustentável, ético e socialmente responsável. Essa transformação também será essencial para que as empresas possam contribuir de forma eficaz para os desafios globais da sustentabilidade, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos e as desigualdades sociais. Em última análise, a verdadeira sustentabilidade depende da capacidade das empresas para integrar plenamente os princípios ESG nas suas operações diárias e para medir e comunicar de forma transparente os seus progressos em direção a um futuro mais sustentável.

Ainda que as conclusões deste estudo sejam muito positivas, devem ser interpretadas no âmbito de um conjunto de limitações que marcaram o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a amostra está restrita às empresas do PSI, o que limita a generalização das conclusões para outras empresas portuguesas, especialmente para as pequenas e médias empresas (PMEs), que podem ter práticas de relato de sustentabilidade bastante distintas das grandes empresas cotadas em bolsa. Outro aspeto a considerar é o foco seguido, exclusivamente nos GRI *standards*. Embora esta abordagem forneça uma estrutura padronizada, pode não capturar todas as práticas de sustentabilidade inovadoras que não estão cobertas pelos indicadores GRI. Algumas empresas podem seguir outras diretrizes ou padrões, como o SASB ou o TCFD, o que limita a visão abrangente sobre o relato de sustentabilidade. Além disso, a análise qualitativa dos relatórios, embora eficaz para identificar tendências e conformidade, carece de uma análise mais aprofundada, capaz de revelar de forma mais detalhada como as empresas implementam essas práticas no seu dia a dia. Isso significa que, embora o foco esteja na divulgação, o impacto real das ações sustentáveis das empresas pode não ser completamente abordado. Outro fator limitador é o contexto temporal da pesquisa, uma vez que as práticas de relato de sustentabilidade estão em constante evolução, sendo influenciadas por novas regulamentações e exigências dos *stakeholders*.

As limitações permitem sugerir algumas linhas para investigação futura. Desde logo a expansão da amostra, para abranger empresas não cotadas e PMEs, para se obter uma visão mais abrangente acerca das práticas de sustentabilidade em Portugal. Além disso, seria útil complementar a análise qualitativa com a aplicação de métodos quantitativos, com recurso à aplicação de entrevistas semiestruturadas a gestores de sustentabilidade, ou até mesmo a realização de estudos de caso e observações diretas, para entender melhor as motivações e os desafios enfrentados pelas empresas. A comparação internacional também se revela como um campo promissor de análise, ao permitir identificar como as práticas de relato de sustentabilidade em Portugal se comparam com as de outros países, especialmente dentro da União Europeia, e como os fatores culturais e regulatórios influenciam essas práticas. O impacto real das práticas de sustentabilidade relatadas, analisando métricas de desempenho ambiental e social ao longo do tempo para verificar se as empresas estão realmente a melhorar os seus impactos ou apenas

a relatar sem grandes mudanças, apresenta-se como outra linha de investigação muito interessante. Por sua vez, com o surgimento de novos padrões, como o TCFD e o SASB, seria igualmente pertinente explorar a adoção e o impacto dessas novas normas nas empresas portuguesas, bem como a convergência de múltiplos *frameworks* de sustentabilidade. Considera-se, ainda, muito interessante que estudos futuros possam adotar uma abordagem longitudinal para observar as mudanças ao longo do tempo nas práticas de relato de sustentabilidade, em vez de se focarem apenas em um período específico. Isso ajudaria a identificar não só o impacto de novas regulamentações como, eventuais mudanças nas condições económicas e sociais. Outro foco interessante seria a análise setorial, investigando setores específicos como o da energia, finanças, tecnologia ou agroindústria, para identificar os desafios únicos enfrentados por cada setor e como esses desafios impactam nas suas práticas de sustentabilidade. Por fim, o impacto das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, *blockchain* e *big data*, nas práticas de sustentabilidade e no relato também oferece uma área promissora para futuras investigações, na medida em que as expectativas em torno dessas tecnologias são no sentido de poderem concorrer para melhorar a transparência, a rastreabilidade e a precisão das informações relatadas, oferecendo novos caminhos para a evolução do relato de sustentabilidade nas empresas.

## Referências Bibliográficas

- Alase, A. (2017). The Interpretative Phenomenological Analysis (IPA): A Guide to a Good Qualitative Research Approach. *International Journal of Education and Literacy Studies*, 5(2), 9-19. doi:10.7575/aiac.ijels.v.5n.2p.9
- Bauwhede, H., & Cauwenberge, P. (2022). Determinants and Value Relevance of Voluntary Assurance of Sustainability Reports in a Mandatory Reporting Context: Evidence from Europe. *Sustainability*, 14(9795), 1-14. doi:https://doi.org/10.3390/su14159795
- Bax, K., Bonaccolto, G., & Paterlini, S. (2022). Do lower environmental, social, and governance (ESG) rated companies have higher systemic impact? Empirical evidence from Europe and the United States. *Corporate Social Responsibility and Environment Management*(30), 1406-1420. doi:DOI: 10.1002/csr.2427
- Buallay, A., Barone, E., & Hamdan, A. (2019). Sustainability reporting and firm's performance: Comparative study between manufacturing and banking sectors. *International Journal of Productivity and Performance Management*. doi:DOI: 10.1108/IJPPM-10-2018-0371
- CDSB. (2020). *About CDSB*. Retrieved from Climate Disclosure Standards Board (CDSB): <https://www.cdsb.net/our-story>
- Chang, R.-D., Zuo, J., Zhao, Z.-Y., Zillante, G., Gan, X.-L., & Soebarto, V. (2017). Evolving theories of sustainability and firms: History, future directions and implications for renewable energy research. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 48-56. doi:https://doi.org/10.1016/j.rser.2017.01.029
- Chersan, I.-C. (2016). Corporate responsibility reporting according to Global Reporting Initiative: an international comparison. *Audit Financiar*, XIV(4(136)/2016), 425-435. doi:DOI: 10.20869/AUDITF/2016/136/424.
- Chouhan, V., Sharma, R., Goswami, S., Al-Zaimoor, N., & Sharma, A. (2024). Exploring the need for environmental, social, and governance disclosure strategy from the shareholders' perspective. *Corporate & Business Strategy Review*, 5(3), 81-93. doi:10.22495/cbsrv5i3art8
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2021). Mandatory CSR and sustainability reporting: economic analysis and literature review. *Review of Accounting Studies*, 1176-1248. doi:doi.org/10.1007/s11142-021-09609-5
- Cochran, I., Mackenzie, C., & Brander, M. (2024, Maio 22). EU's sustainable finance disclosure regulation: does the hybrid reporting regime undermine the goal to reorient capital to climate action? *Climate Policy*. doi:doi.org/10.1080/14693062.2024.2353115
- Comissão Europeia. (2019). *O que é o Pacto Ecológico Europeu?*
- Corrêa, R., & Ribeiro, H. (2020). Evolução do relatório de sustentabilidade Global Reporting Initiative - GRI: 20 anos de aplicação. *Amazon, Organizations and Sustainability (AOS)*, IX(2), 294-311. doi:doi.org/10.17648/aos.v9i2.1292
- Creswell, J. (2013). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches*. SAGE, 2013.

- Crisóstomo, V., Carneiro, C., & Gomes, L. (2018). Análise da Evolução da Adesão de Empresas ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). *Revista de Administração da UFSM*, 11, 772-794. doi:DOI: 10.5902/19834659 31879
- Driver, T., El-Alfy, A., & Weber, O. (2023). The Future of Standardized Sustainability Reporting. *Centre for International Governance Innovation*(275), 1-21.
- Ferrer, F., Moreira, J., & Jesus, J. (2019). A responsabilidade social das empresas: uma análise além do discurso organizacional. *Revista Negócios em Projeção*, 10(1), 205-219.
- Fornasari, T., & Traversi, M. (2024). The Impact of the CSRD and the ESRS on Non-Financial Disclosure. *SYMPHONYA Emerging Issues in Management*, 1, 117-133.
- FTSE RUSSEL. (n.d.). *Industry Classification Benchmark (ICB)*. Retrieved from FTSE RUSSEL: <https://www.lseg.com/en/ftse-russell/industry-classification-benchmark-icb#overview>
- Gallégo-Álvarez, I., Lozano, M., & Rodríguez-Rosa, M. (2018). An analysis of the environmental information in international companies according to the new GRI standards. *Journal of Cleaner Production*, 182, 57-66. doi:doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.01.240
- Garcia-Salazar, Á., Echeerri-Rubio, A. a.-S., & Jaime, A. (2021). Responsabilidade social corporativa e governança: uma revisão. *Revista Universidad y Empresa*. doi:https://doi.org/10.12804
- Global Reporting Initiative. (2024). *GRI Standards*. Retrieved from globalreporting: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- Gorovaia, N., & Makrominas, M. (2024). Identifying greenwashing in corporate-social responsibility reports using natural-language processing. *European Financial Management*, 1-36. doi:DOI: 10.1111/eufm.12509
- GRI. (2022). *about-gri-brochure*. Retrieved from globalreporting.org: <https://www.globalreporting.org/media/wmxlklns/about-gri-brochure-2022.pdf>
- GRI. (2022). *GRI Universal Standards 2021: Frequently Asked Questions (FAQs)*. Netherlands.
- GRI STANDARDS. (2023). *Glossário das Normas GRI*. GRI.
- Hermiyetti, & Usmar. (2024). Environmental accounting as a means of disclosing corporate social responsibility (CSR) and its effect on corporate image. *International Journal of Society Reviews*, 2(9), 2421-2434.
- IFRS. (n.d.). *Climate Disclosure Standards Board*. Retrieved from ifrs.org: <https://www.ifrs.org/sustainability/climate-disclosure-standards-board/>
- IFRS. (n.d.). *International Sustainability Standards Board*. Retrieved from ifres.org: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>
- IIRC. (2021). *INTEGRATED REPORTING Now part of IFRS Foundation*. Retrieved from INTEGRATED REPORTING: [https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2022/08/IntegratedReportingFramework\\_081922.pdf](https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2022/08/IntegratedReportingFramework_081922.pdf)

- Khan, I., Uddin, M., Fujimoto, Y., & Afridi, A. (2023). Evaluating sustainability reporting on GRI standards in developing countries: a case of Pakistan. *International Journal of Law and Management*. doi:10.1108/IJLMA-01-2022-0016
- KPMG. (2022). *The KPMG Survey of Sustainability*. Retrieved from Big shifts, small steps: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/se/pdf/komm/2022/Global-Survey-of-Sustainability-Reporting-2022.pdf>
- Krik, B., & Kozuch, M. (2024). EU regulations on reporting sustainable development as a determinant of limiting the environmental pressure of chemical enterprises in Poland. *ECONOMICS AND ENVIRONMENT*, 1(88), 1-21. doi:DOI: 10.34659/eis.2024.88.1.695
- Lassala, C., Orero-Blat, M., & Ribeiro-Navarrete, S. (2021). The financial performance of listed companies in pursuit of the Sustainable Development Goals (SDG). *Economic Research- Ekonomska Istraživanja*, 34(1), 427-449. doi:10.1080/1331677X.2021.1877167
- Lima, B. (2021). *Corporate Sustainability Reporting in Portugal: An Analysis of PSI-20*. Lisboa.
- Lima, E., Melo, D., & Cavalcanti, D. (2022). Relatório Integrado e Indicadores GRI: Um enfoque na Estrutura e na Contabilidade Ambiental no Terceiro Setor. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE*, 8(4), 120-142. doi:doi.org/10.51891/rease.v8i4.5037
- Luque-Vílchez, M., Cordazzo, M., Rimmel, G., & Tilt, C. (2023). Key aspects of sustainability reporting quality and the future of GRI. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(4), 637-659. doi:10.1108/SAMPJ-03-2023-0127
- Monteiro, S., Roque, V., & Faria, M. (2024). Does Sustainability Reporting Impact Financial Performance? Evidence from the Largest Portuguese Companies. *Sustainability*, 16(6448), 1-11. doi:https://doi.org/10.3390/su16156448
- ODS. (n.d.). ODS. Retrieved from <https://ods.pt/ods/>
- Ponce, E., & Khare, A. (2020). GRI 300 as a measurement tool for the United Nations Sustainable Development Goals: Assessing the impact of car makers on sustainability. *Journal of Environmental Planning and Management*, 1-48. doi:doi.org/10.1080/09640568.2020.1746906
- Prates, J., & Avelino, B. (2024). Análise alternativa da transparência nos relatórios de Sustentabilidade: uma revisão crítica da Literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 18(1), 139-158. doi:doi.org/10.17524/repec.v18i1.3500
- Ramanathan, S., & Isaksson, R. (2023). Sustainability reporting as a 21st century problem statement: using a quality lens to understand and analyse the challenges. *The TQM Journal*, 35(5), 1310-1328. doi:DOI 10.1108/TQM-01-2022-0035
- República Portuguesa. (2020, 11 13). *Estratégia Portugal 2030*. Retrieved from [portugal.gov.pt: https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=resolucao-do-conselho-de-ministros-que-aprova-a-estrategia-portugal-2030](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=resolucao-do-conselho-de-ministros-que-aprova-a-estrategia-portugal-2030)
- Rizzi, D., Mazzioni, S., Moura, G., & Oro, I. (2019). Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 13(1), 21-39. doi:https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i1.1596

- Rodrigues, J. A. (2024). Novos de safios da Contabilidade, Consultoria e Fiscalidade: Sustentabilidade e IA. *Novos de safios da Contabilidade, Consultoria e Fiscalidade: Sustentabilidade e IA*. ISCTE.
- Rodrigues, S. (2019). *Relatórios De Sustentabilidade Em Portugal e Espanha: Sua Publicação e Auditoria*. Leiria.
- Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro Grande Inquérito em Portugal*. Lisboa.
- Shalhoob, H., & Hussainey, K. (2023). Environmental, Social and Governance (ESG) Disclosure and the Small and Medium Enterprises (SMEs) Sustainability Performance. *Sustainability*.
- Shi, L., Han, L., Yang, F., & Gao, L. (2019). The Evolution of Sustainable Development Theory: Types, Goals, and Research Prospects. *Sustainability*, 1-16. doi:<https://doi.org/10.3390/su11247158>
- Silva, C., Silva, L., Brito, A., Souza, M., & Lima, A. (2020). Conceito Introdutório sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. *Revista Terceira Margem Amazônia*, 6(15), 195-205. doi:<http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p195-205>
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2023). Sustainability Reporting: Is Convergence Possible? *Accounting in Europe*, 1-27. doi:[doi.org/10.1080/17449480.2023.2189016](https://doi.org/10.1080/17449480.2023.2189016)
- Taliento, M., Favino, C., & Netti, A. (2019). Impact of Environmental, Social, and Governance Information on Economic Performance: Evidence of a Corporate 'Sustainability Advantage' from Europe. *Sustainability*, 11(1738), 1-26. doi:[doi.org/10.3390/su11061738](https://doi.org/10.3390/su11061738)
- TCFD. (n.d.). *The challenge we're addressing*. Retrieved from Task Force on Climate-Related Financial Disclosures: <https://www.fsb-tcfd.org/about/>
- Tettamanzi, P., Venturini, G., & Murgolo, M. (2022). *Sustainability and Financial Accounting: a Critical Review on the ESG Dynamics*. Environmental Science and Pollution Research.
- Trocz, P., Lorenzini, L., Vesco, D., & Walter, S. (2022). Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 14(1), 8-26. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i1.80037>
- Tsalis, T., Malamateniou, K., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 1-13. doi:<https://doi.org/10.1002/csr.1910>
- Vieira, I., Silva, E., Junior, L., & Mattos, U. (2020). Pontos positivos e negativos dos relatórios de sustentabilidade no modelo global reporting initiative: revisão da literatura nacional e internacional. *Revista Gestão Industrial*, 16(2), 21-46.
- Villiers, d. C., & Sharma, U. (2020). *A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting*. Critical Perspectives on Accounting. doi:<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>

Wu, Y., Zhang, K., & Jinhong, X. (2020). Bad Greenwashing, Good Greenwashing: Corporate Social Responsibility and Information Transparency. *Management Science*, 1-18.  
doi:doi.org/10.1287/mnsc.2019.3340

Zdolšek, D., & Beloglavec, S. (2023). "The 2023's new and the fresh": the International Sustainability Disclosure Standards. *1st International Scientific Conference on Economy, Management and Information Technologies*, 205-212.  
doi:doi.org/10.46793/ICEMIT23.205Z